

SÔNIA REGINA RIBEIRO DE CARVALHO

**A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES E O
PROCESSO BRASILEIRO DE DEMOCRATIZAÇÃO:
UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO – 1993 – 2003**

Doutorado – Serviço Social

Pontifícia Universidade Católica

São Paulo

2007

SÔNIA REGINA RIBEIRO DE CARVALHO

**A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES E O
PROCESSO BRASILEIRO DE DEMOCRATIZAÇÃO:
UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO – 1993 – 2003**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Lucia Carvalho da Silva.

Pontifícia Universidade Católica

São Paulo

2007

São Paulo, ___/___/___

Banca examinadora

“O PÃO DO POVO”

A justiça é o pão do povo.
Às vezes bastante, às vezes pouca.
Às vezes de gosto bom, às vezes de gosto ruim.
Quando o pão é pouco, há fome.
Quando o pão é ruim, há descontentamento.

Fora com a justiça ruim!
Cozida sem amor, amassada sem saber!
A justiça sem sabor, cuja casca é cinzenta!
A justiça de ontem, que chega tarde demais!
Quando o pão é bom e bastante
O resto da refeição pode ser perdoado.
Não pode haver logo tudo em abundância.
Alimentando o pão da justiça
Pode ser feito o trabalho
De que resulta a abundância.

Como é necessário o pão diário.
É necessária a justiça diária.
Sim, mesmo que várias vezes ao dia.

De manhã, à noite, no trabalho, no prazer.
No trabalho que é prazer.
Nos tempos duros e nos felizes.
O povo necessita do pão diário.
Da justiça, bastante e saudável.

Sendo o pão da justiça tão importante
Quem, amigos, deve prepará-lo?
Quem prepara o outro pão?

Assim como outro pão
Deve o pão da justiça,
Ser preparado pelo povo.
Bastante, saudável, diário.

AGRADECIMENTOS

A todos os dirigentes e assessores da CMP, que me acolheram, me ouviram e compartilharam comigo suas significativas experiências de lutas sociais.

À Professora Doutora Maria Lúcia Carvalho da Silva (Malú), pela carinhosa acolhida e incentivo permanente e por suas orientações que sempre me estimulavam.

À banca examinadora: Professores Doutores Edaléa Maria Ribeiro, Pedro Pontual, Rosângela Dias Oliveira Paz, Luiz Eduardo Wanderley.

À Sociedade Paulista de Serviço Social, pelo apoio financeiro que tornou possível a realização desta pesquisa.

Ao Prof Danilo Vieiro e a todos da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, que acompanharam esta trajetória e sempre tinham uma palavra de incentivo. Agradeço especialmente à Prof Inmaculada pela preciosa contribuição na formatação final deste trabalho.

Aos colegas da UMAPAZ, que souberam compreender minhas constantes ausências neste final do trabalho e em especial à Débora pelo trabalho de digitação.

A minha filha Júlia, que mesmo de longe, torcia por mim.

A minha mãe que ficava sempre impaciente com a minha falta de atenção.

A todos meus amigos queridos, em especial aqueles que tiveram paciência de me ouvir, discutir idéias e acompanhar com muita torcida a elaboração desta tese.

E por último, ao Chico, companheiro de todas as horas, pelo amor e dedicação com que revisou este trabalho.

RESUMO

A presente tese investigou a construção da trajetória da Central de Movimentos Populares - CMP no período de 1993-2003, tendo como foco o processo brasileiro de democratização. O objeto desse estudo centrou-se na CMP enquanto sujeito coletivo e político que congrega múltiplos e diversos movimentos sociais, visando articulá-los em torno de lutas gerais que os unificassem e, ao mesmo tempo, respeitando suas autonomias e fortalecendo suas lutas específicas. O processo investigativo teve como objetivo geral analisar a contribuição desse sujeito coletivo, por meio de sua participação política, nas lutas pelo aprofundamento da democracia. A investigação de caráter qualitativo fundamentou-se metodologicamente em material bibliográfico, documental, nos depoimentos de assessores e dirigentes da CMP, obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, bem como na observação participante da pesquisadora. As referências teóricas que embasaram a análise de conteúdo dos depoentes foram, substancialmente, movimentos sociais, democracia e participação social. O estudo realizado revelou que a trajetória dos dez anos de existência da CMP, em sua constituição e dinâmica, foi polêmica e conflitiva, com dificuldades organizacionais, relacionais e de sustentabilidade. Expressou, igualmente, significados relevantes, principalmente quanto ao seu papel de entidade mobilizadora e articuladora dos movimentos sociais, na perspectiva de um projeto político democrático brasileiro, com participação social, conquista de direitos sociais e cidadania, inaugurando novas formas de fazer política.

Palavras chave: movimento social, democracia, participação social, articulação, autonomia.

ABSTRACT

This dissertation thesis concentrated on the investigations of the trajectory of *Central de Movimentos Populares - CMP* [Populist Movement Central – CMP] during the period between 1993-2003, having as focus the democratization process in Brazil. The object of this study was centered on the CMP as a collective and political subject that congregates multiple and various social movements, aiming the articulation of such movements towards the general efforts for their unification and, at the same time, respecting their autonomies and strengthening their specific struggles. The investigative process had as general objective to analyze the contribution of this collective subject through its political participation in the struggles for the consolidation of democracy. The qualitative investigation was methodologically based on bibliographic and documental material, on the depositions of advisors and managers of CMP, all obtained by means of semi-structured interviews, as well as based on the participative observation of the researcher. The theoretical references that support the analysis of content of the interviewed parties were substantially social movements, democracy, and social participation. The study carried out revealed the trajectory of the ten years of existence of the CMP, in its constitution and dynamics, being polemical and conflictive, with organization, relational, and sustainability difficulties. It further revealed relevant meanings, especially in relation to its role as an entity that mobilizes and articulates the social movements in the perspective of a Brazilian democratic political project, with social participation, acquisition of social rights and citizenship, further inaugurating new forms to make politics.

Key-words: social movement, democracy, social participation, articulation, autonomy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ANOS 1980 E 1990	
1. Da distensão da ditadura à democratização	23
2. Principais enfoques teóricos de movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990	36
CAPÍTULO II – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	
1. Considerações sobre democracia	50
2. A participação social no processo democrático brasileiro	63
CAPÍTULO III – TRAJETÓRIA DA CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES: IDENTIDADE E DINÂMICA DE UM SUJEITO COLETIVO EM MOVIMENTO	
1. Histórico do surgimento e construção da Central de Movimentos Populares – CMP	74
2. A estrutura da Central de Movimentos Populares: princípios, organização e propostas	86
CAPÍTULO IV – OLHANDO OS DEZ ANOS DA CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES: SIGNIFICADOS DE SUA TRAJETÓRIA	
1. Origem e constituição	100

2. A dinâmica da Central de Movimentos Populares: revelando conflitos, dificuldades e conquistas _____	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	143
BIBLIOGRAFIA _____	151
Anexo I – Cronologia das Lutas e Atividades da CMP nos dez anos de sua trajetória – 1993 -2003. _____	159
Anexo II – Roteiro das questões feitas a assessores e dirigentes da CMP e ANAMPOS _____	178
Anexo III – Quadro da diretoria e suplentes da CMP ,de 1999 a 2003 _____	180

SIGLAS

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CGT- Confederação Geral dos Trabalhadores

CMP - Central de Movimentos Populares

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores

CONCLAT - Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FCOC - Frente Continental das Organizações Comunitárias

FNMP - Fundo Nacional de Moradia Popular

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ONG - Organização Não Governamental

OP - Orçamento Participativo

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT - Partido dos Trabalhadores

SAB - Sociedade Amigos de Bairro

UNMP - União Nacional de Moradia Popular

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido nesta pesquisa tornou necessário viver um longo percurso de construção e reconstrução da dinâmica investigativa, sem perder de vista as categorias de análise que motivaram esse estudo: participação social, movimentos sociais e democracia participativa.

Foi preciso estabelecer conexões entre os processos de minha prática profissional como assistente social e os estudos teóricos, implicando extensa pesquisa bibliográfica e documental, além de leituras acerca da temática.

Considero que a prática profissional de assistente social na esfera pública desde 1980 possibilitou-me atuar com diferentes segmentos da sociedade: crianças, adolescentes, idosos, educadores e diversos movimentos sociais.

Trabalhar neste cenário envolve vislumbrar caminhos que sejam facilitadores do surgimento de sujeitos coletivos, que atuam na perspectiva da conquista de direitos sociais e da construção da cidadania.

As políticas sociais no âmbito do poder público colocam seus agentes na posição de mediadores privilegiados, representando um grande desafio para o profissional, que é decifrar uma realidade cheia de contradições e elaborar propostas de trabalho criativas e capazes de efetivar direitos.

Decifrar esta realidade pressupõe mergulhar no cotidiano das práticas institucionais, procurando entender as complexas modificações da sociedade brasileira. A necessidade de aprofundar essas experiências vividas motivou-me a ingressar no curso de pós-graduação. O mestrado significou o esforço em sistematizar aspectos da prática profissional, buscando novas bases conceituais e teóricas que pudessem ampliar e fundamentar as formas de intervenção social.

A dissertação do mestrado buscou compreender e analisar o processo de gestão participativa nas creches da região da Vila Prudente, na cidade de São Paulo, implementado pela Secretaria de Assistência Social – PMSP, no período de

1989 a 1992. As indagações que emergiram do mestrado motivaram-me a eleger como objeto de estudo do doutorado a Central de Movimentos Populares – CMP, esse sujeito político que influenciou na construção do processo democrático brasileiro no período de 1992 a 2003.

Priorizei conhecer e analisar a trajetória da CMP nesse contexto, bem como seus limites, possibilidades, questões e desafios no encaminhamento de suas lutas e como se configuravam as formas de participação social na sociedade brasileira nas décadas de 1980 e 1990.

Procurei compreender as razões e motivações para a criação de uma Central de Movimentos Populares, com a proposta de articular diversos movimentos populares e unificar suas lutas e com o grande desafio de que esses superassem o patamar de suas lutas específicas e desenvolvessem lutas conjuntas, visando romper o isolamento e fragmentação dos movimentos sociais.

Retomei o período que originou a idéia de se criar uma Central, que foi precedido pela criação da ANAMPOS – Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais, bem como o processo de criação da Pró-Central, que constituiu um período de preparação dos movimentos sociais para a fundação da Central de Movimentos Populares. As primeiras aproximações empíricas trouxeram-me algumas indagações:

- Em que medida uma Central de Movimentos Populares, articulando movimentos tão múltiplos e diversos, não interferiu na autonomia desses movimentos?
- Qual deveria ser o papel da CMP: dirigir ou articular os movimentos sociais?
- Como a CMP, com suas ações articuladoras, contribuiu para o fortalecimento dos movimentos sociais, para a consolidação e ampliação dos direitos sociais e para o aprofundamento das práticas participativas?
- Como a CMP contribuiu para a construção do processo democrático?
- Quais eram suas principais lutas?

As leituras sobre os movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990, bem como as leituras iniciais do material localizado na CMP, permitiram-me constatar a efervescência dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, seus temores de perder autonomia, se congregados em uma entidade central.

Percebeu-se, posteriormente, que os movimentos sociais e a CMP desejavam construir uma nova sociabilidade, que pudesse ampliar a permeabilidade do Estado, preservar direitos e exercitar práticas de democracia participativa.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho procuraram aprofundar aspectos conceituais e teóricos que possibilitassem a compreensão e a análise da trajetória da CMP e o processo brasileiro de democratização. Foi adotada a perspectiva analítica inserida na abordagem histórica, sócio-crítica, realizando sucessivas aproximações ao objeto de pesquisa.

A presente investigação teve como conceituações referenciais básicas os movimentos sociais, participação social e democracia participativa, que se inserem no objeto do estudo em pauta. Outras conceituações foram ressaltadas a partir dos dados empíricos, como o conceito de autonomia, articulação, sujeito coletivo e outros. Essas conceituações foram enfocadas em diversos autores e obras constantes da bibliografia.

O objeto do estudo requereu uma pesquisa qualitativa que, segundo Minayo,

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis (MINAYO, 2002, p.21).

CHIZZOTTI enfatiza o envolvimento do pesquisador no cotidiano em que se dão as experiências:

A identificação do problema e a sua delimitação pressupõem uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema. Pressupõe, também, uma partilha prática de experiências e percepções que os sujeitos possuem desses problemas para descobrir os fenômenos além de suas aparências imediatas (1998, p. 81).

A pesquisa qualitativa compreendeu diferentes momentos, passos ou procedimentos metodológicos que interagem. O primeiro momento dessa pesquisa envolveu a revisão bibliográfica e documental. Para a revisão bibliográfica busquei e selecionei, em diversas fontes, obras, textos e autores europeus e brasileiros que possuem uma produção significativa e relevante sobre o objetivo da pesquisa. O conjunto dos diversos textos e obras levantadas foi estudado, fichado, extraindo-se dele as conceituações centrais norteadoras da compreensão e análise do tema em questão.

A pesquisa documental concentrou-se na CMP, selecionando documentos, jornais, boletins, relatórios de atividades, cartazes sobre os fóruns, plenárias, encontros e congressos. Vale ressaltar que foram muitas as dificuldades encontradas, visto que a CMP não possui acervo e memória sistematizados. Com base nas publicações internas da CMP, nos boletins informativos e nas publicações de jornais, produziu-se um levantamento das lutas e ações gerais realizadas por essa entidade nos dez anos da sua trajetória (1993 a 2003) que compõe um anexo deste trabalho denominado “Cronologia das Lutas da CMP. De 1993 a 2003”.

O segundo momento da pesquisa qualitativa representou a primeira aproximação empírica, concretizada por meio da identificação dos principais personagens da ANAMPOS que assessoraram sua criação e dirigentes e assessores da CMP. Para esta identificação realizei contatos e encontros com dois dirigentes da CMP, os quais desenvolviam sua prática na região Sudeste-Ipiranga-São Paulo, área de minha atuação profissional como assistente social da Prefeitura do Município de São Paulo.

Com as indicações e referências dos sujeitos da pesquisa, optei por realizar entrevistas semi-estruturadas, com base em um roteiro de questões. As entrevistas, previamente agendadas, foram dirigidas e gravadas, tendo sido realizadas em distintos locais: convento, órgãos públicos, salões paroquiais e na própria CMP.

A adoção desse instrumental permitiu que os entrevistados manifestassem livremente suas idéias. As interferências da pesquisadora se davam apenas no sentido de aprofundar alguma questão. As falas foram transcritas na íntegra, sem qualquer mudança que alterasse o conteúdo. Os entrevistados leram-nas e autorizaram sua utilização.

A escolha seguiu o seguinte critério: era necessário que fossem pessoas conhecedoras da trajetória da CMP e que dela tivessem participado, como dirigente ou assessor. Como ressalta Queiroz,

A qualidade do material obtido depende da qualidade do informante escolhido, em função do que se pretende desvendar. Esta circunstância postula a existência de um conhecimento prévio do informante, por parte do pesquisador, quanto mais conhecido aquele, mais seguro estará o pesquisador de que obterá um relato interessante e apropriado ao que está buscando, quanto menos conhecido, maior o peso do acaso ou da contingência, isto é, da possibilidade tanto de se obter quanto de não se obter as informações requerentes [...] (1991, p. 75)

Realizaram-se (16) dezesseis entrevistas, na perspectiva de conhecer a história da criação da CMP e sua constituição como um novo sujeito coletivo.

Foi um momento privilegiado, porque os depoimentos reforçaram a relevância da escolha deste tema de pesquisa. Ao contar suas experiências, foram dando vida aos fatos e, ao mesmo tempo, apontaram para questões que serão aprofundadas na análise final da pesquisa.

Após a realização das entrevistas, procedi à análise dos dados coletados, a qual exigiu constantes reaproximações. Para o procedimento metodológico de análise de dados, optei pela análise de conteúdo que tem como objetivo, segundo Chizzotti, *“compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”* (1998, p. 98).

No procedimento analítico defini alguns eixos, a saber: origem, papel, lutas e relações da CMP. Foram esses eixos, junto com as referências conceituais, que permitiram reconhecer os significados da trajetória da CMP. Outra aproximação empírica foi participar como observadora nas oficinas realizadas pela CMP no II Fórum Social Mundial em Porto Alegre – RS, em 2001, onde foram debatidas diferentes questões dos movimentos populares ligados a CMP, como políticas públicas com participação popular, questões de gênero entre outros.

Particpei, em São Paulo, de reuniões, encontros e plenárias promovidas pela CMP para tratar de temáticas específicas dos setoriais de moradia, crianças e adolescentes, mulheres etc. Foram feitas diversas visitas à sede da CMP, onde tive acesso a arquivos, documentos e publicações. Este segundo momento propiciou maiores conhecimentos das diferentes ações e dos diferentes setores da CMP, tornando possível evidenciar suas fragilidades, avanços e desafios. Outro momento da pesquisa se deu a partir do exame de qualificação, com significativas contribuições para a continuidade do processo investigativo.

O percurso metodológico realizado demonstrou que os caminhos adotados para apropriação do tema não se restringem às formas utilizadas, pois é sabido que toda pesquisa deve ser encarada de forma provisória, já que a realidade é muito dinâmica e dela foram extraídos apenas fragmentos. Os sujeitos depoentes da pesquisa foram:

- **Pedro Pontual** – Ex - dirigente da ANAMPOS. Educador popular há vários anos, tendo atuado dos anos 1970 a 1980 em diversas ONGs no Brasil. Foi assessor pedagógico de diversas organizações populares, como a ANAMPOS - Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais, a CUT - Central Única dos Trabalhadores e a CMP – Central de Movimentos Populares. Foi

um dos fundadores do Instituto CAJAMAR, tendo atuado na sua coordenação pedagógica. Na gestão Paulo Freire (1989-1991), na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, desenvolveu trabalho de coordenação das políticas de educação de jovens e adultos, tendo coordenado o MOVA-SP- Movimento de Alfabetização de Adultos da cidade. De 1997 a 2002 exerceu, na Prefeitura Municipal de Santo André-SP, a função de coordenador do Núcleo de Participação Popular e de secretário de Participação e Cidadania. É doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É, atualmente, presidente da CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina) e membro da coordenação do Instituto Polis.

- **Devanir Ribeiro** - dirigente da ANAMPOS. Foi vereador de São Paulo em três legislaturas: (1989-1992); (1993-1996); (1997-2000). Filiado ao PT desde 1980, foi secretário do PT de 1980 a 1982 e presidente de 1983 a 1984. É autor da obra Manual de Orçamento para Entidade Filantrópica. Atuou como assessor da CUT- Central Única dos Trabalhadores. Atualmente, é deputado federal pelo PT para o mandato de 2007 a 2011.
- **Flávia Ferreira** - dirigente da ANAMPOS. Iniciou sua luta na década de 1970 na fundação das CEBS- Comunidades Eclesiais de Base, ligada à Igreja Católica. Atuou no movimento de saúde da zona leste de São Paulo. No governo municipal de Luíza Erundina de Sousa participou da Coordenadoria Especial da Mulher. Foi vereadora de São Paulo pelo PT no período de 2000 a 2004. Atua do movimento de mulheres há vários anos, sendo fundadora da Casa da Mulher Lilith.
- **Maria do Carmo Albuquerque** - dirigente da ANAMPOS. Mestre em Ciências Políticas pela UNICAMP, com graduação em Física, membro da equipe de coordenação do Instituto Polis-SP. Foi militante e educadora no movimento popular desde a fundação das CEBS, atuou no movimento de mulheres. Integrou, em 1985, na baixada fluminense, a nascente equipe de formação da Pastoral Operária Nacional. Integrou também a equipe de CAJAMAR em São Paulo.

- **Beat Wehrle (Tuto)** - assessor da CMP. De nacionalidade suíça. Coursou teologia e filosofia. Possui obra publicada na Suíça: “Sementes pequenas também dão frutos.” Desde 1995 é coordenador nacional do programa institucional E-Changer no Brasil, ONG suíça que tem como missão institucional trabalhar no intercâmbio de pessoas. O programa tem parceria com o MST, ABONG, CMP. Atualmente integra a coordenação do CEDECA – Interlagos

- **Afonso Celso Pancini Póla** - assessor da CMP. Foi coordenador da Secretaria de Políticas Sociais da CUT. A partir daí desenvolveu significativa interface com os movimentos populares. Participou ativamente do Fórum Nacional de Lutas, espaço de discussão e encaminhamentos de diversas ações e mobilizações importantes que marcaram o período que vai de 1997 até a eleição do presidente Lula em 2002. Participou, por vários anos, do Fórum Nacional de Combate ao Trabalho infantil, representando a CUT. É sociólogo, professor da Universidade Brás Cuba, de Mogi das Cruzes. Iniciou sua militância política no movimento estudantil.

- **Sônia Hipólito** - assessora da CMP. Socióloga e funcionária pública, militante da luta de resistência à ditadura militar nas décadas 1960/1970. Militante dos movimentos populares e sociais nas décadas de 1980 e 1990. A partir do primeiro mandato do Lula, 2002, foi compor a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Foi responsável pela organização e realização da 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.

- **Frei Betto** - assessor da CMP. Estudou jornalismo, antropologia, filosofia e teologia. É frade dominicano e escritor de várias obras. Ganhou o prêmio Jaboti, concedido pela Câmara Brasileira do Livro duas vezes: em 1985 por seu livro de memórias “Batismo de Sangue” e em 2000, com a obra coletiva “Mysterium Creationes. Um olhar interdisciplinar sobre o universo.”
Em 1986 foi eleito intelectual do ano pelos escritores filiados à União Brasileira de Escritores que lhe deram o prêmio Juca Pato. Possui obras editadas em vários países. É autor de 44 livros.

- **Eloísa Gabriel dos Santos** - da Direção Nacional da CMP. Assistente social, é professora do curso de Serviço Social da Faculdade FAMA em Mauá- SP. Trabalha na ONG Serviço à Mulher Marginalizada – SMM, como coordenadora do programa de formação para prevenção do tráfico de mulheres para a exploração sexual, com professores e alunos do ensino médio da rede pública estadual. Doordena o Núcleo de Gênero do CRESS-SP. Na Direção da CMP Nacional, é responsável pela área de formação.

- **José Albino** - da Direção Nacional da CMP. É militante do movimento popular, desde 1980, em São Bernardo do Campo. No processo da ANAMPOS, participou da fundação da CUT em 1983, da Pró-Central em 1990 e da formação da CMP em 1993. Desde 2001 é presidente do PT de São Bernardo do Campo para o período de 2005 até 2008.

- **Benedito Barbosa de Sousa (Dito)** - da Direção Nacional da CMP. É advogado, membro da Executiva Nacional da CMP, membro do movimento de moradia da região sudeste. Atua desde 1978 nos movimentos de moradia. É também membro da Executiva Nacional de Moradia Popular.

- **Raimundo Bonfim** - da Direção Nacional da CMP. Advogado, iniciou sua militância política em Heliópolis, em 1985. Foi secretário geral da UNAS-União dos Moradores da Favela Heliópolis. Militou na pastoral da moradia da região Ipiranga e foi membro da Associação Nacional do Solo Urbano. É um dos fundadores da CMP.

- **Luiz Gonzaga da Silva (Gegê)** - da Direção Nacional da CMP. Possui uma longa trajetória de atuação no movimento de moradia da região central. É educador popular e militou por vários anos no movimento sindical. É membro fundador da CUT e do PT. Participa da CMP desde o período da ANAMPOS. Compõe o setorial de moradia da CMP – SP. Compõe a direção Nacional do Partido dos Trabalhadores e é membro da Executiva Nacional da CMP.

-

- **Djalma Costa** - da Direção Estadual da CMP- SP. É arte educador e educador de rua, articulador e coordenador da Pastoral do Menor no Sudoeste da Bahia (1990 a 1992. Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos, participou por vários anos do setorial criança e adolescente da CMP.
- **Maria das Graças Xavier (Gracinha)** - da Direção Estadual da CMP-SP
É graduada em direito, coordenadora do movimento de moradia da região sudeste, coordenadora da União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e interior, representante da Rede Mulher e Habitat no Brasil, membro do setorial de mulheres da CMP – SP.
- **Gilson Isidoro** - da Direção Estadual da CMP – SP. É militante dos movimentos de negros e negras, membro da Entidade Fala Negão da Zona Leste, diretor da Escola de Samba Leandro de Itaquera, da zona leste. É membro do setorial Negros e Negras.

Para a redação final da investigação, estruturei a tese em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, “**Contextualizando os Movimentos Sociais nos Anos 1980 e 1990**”, traz uma análise histórica do surgimento dos movimentos sociais, procurando compreender o modo como eles, embora de forma desigual, descontínua e muitas vezes contraditória, se apresentam na cena pública, reinventando formas e espaços de luta e abrindo horizontes para se tornar visíveis, assinalando sua capacidade de legitimação política e abrindo espaços para a prática da democracia participativa.

Abordo também, neste capítulo, alguns enfoques teóricos dos movimentos sociais, examinando autores europeus que exerceram grande influência na América Latina e no Brasil, como estudiosos brasileiros que se destacaram na realização do debate teórico sobre movimentos sociais e colocaram em pauta suas formas de fazer política.

O segundo capítulo, **“Democracia e Participação: Fundamentos da Constituição dos Movimentos Sociais”**, compreende um resumo da evolução da democracia, desde seus primórdios até os dias atuais, tendo como foco os principais acontecimentos históricos que conduziram sua prática ao estado em que hoje se encontra. São feitas considerações a respeito da democracia representativa, denominada hegemônica em razão de sua universalidade, bem como da democracia participativa, que integra o conjunto das concepções contra-hegemônicas. Inclui ainda, um resumo da democracia no Brasil, com ênfase nos últimos 23 anos.

Outro aspecto abordado neste capítulo são algumas reflexões sobre participação social, as formas como se expressou e a trajetória histórica de construção de uma cultura participativa, envolvendo vários setores da sociedade e consolidando-se como referência importante no processo de construção democrática brasileira.

No terceiro capítulo **“Trajetória da CMP: Identidade e Dinâmica de um Sujeito Coletivo em Movimento”**, contextualizo o histórico, surgimento e construção da Central de Movimentos Populares, na luta por consolidação e legitimação desse sujeito coletivo que emerge no contexto dos anos 1980 e 1990 e congrega movimentos sociais e populares, visando articular e fortalecer suas lutas sociais e políticas, de forma a construir uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Este capítulo apresenta a formatação da CMP, seus princípios, organização e estrutura, bem como seus eixos e bandeiras de luta.

No quarto capítulo, **“Olhando os Dez Anos da CMP: significados de sua trajetória”**, procurei dar significado às falas e vivências dos entrevistados, assim como analiso os principais depoimentos. Nesta análise empenhei-me em compreender a dinâmica interna instalada na CMP e a relação desta entidade com o conjunto dos movimentos sociais, seus conflitos, fragilidades e sua relação com outros sujeitos (Igreja, poder público, partidos, sindicatos etc), bem como suas lutas e mobilizações.

Os depoimentos foram de notável riqueza e reforçaram, o tempo todo, o esforço dos depoentes pela publicização da política.

Nas **Considerações Finais** ressalto os avanços e desafios a serem enfrentados. Enfatizo a necessidade de serem revistos alguns processos internos da CMP na relação com os movimentos sociais. Procuo tecer algumas considerações propositivas, baseadas nas reflexões que desenvolvi à luz do referencial teórico que subsidiou a elaboração deste trabalho. Expresso minhas expectativas de que este estudo venha a contribuir com o universo de sujeitos coletivos que, com suas práticas participativas e suas presenças marcantes, constroem espaços de sociabilidade e ampliam suas formas de fazer política.

Além disto, tenho como expectativa que este estudo, ao se inserir na linha de pesquisa “Política Social: Estado , Movimentos Sociais e Associativismo Civil”, no Núcleo de Estudos de Movimentos Sociais – NEMOS- do Programa de Estudos Pós Graduated de Serviço Social da PUC-SP, possa enriquecer as reflexões e debates sobre este relevante sujeito político que é a CMP após seu primeiro decênio de existência e de lutas.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS NOS ANOS 1980 E 1990

1. Da distensão da ditadura à democratização

A partir de meados dos anos 1970 até 1988, o Brasil vivenciou o surgimento dos chamados movimentos sociais contemporâneos, que lutaram para se qualificar como atores de uma ação coletiva, redefinindo a forma de fazer política e alterando as formas de relacionamento da sociedade civil com o Estado.

Apresentavam suas demandas ao Estado e mobilizavam-se em torno de lutas urbanas. Eram constituídos por grupos de operários e moradores de bairros, desprovidos de políticas e ações, bem como de garantias dignas de qualidade de vida em relação a transportes, moradia, saúde, educação e segurança.

Este conjunto de mobilizações representava novas formas de organização política, evidenciando, para Sader, o início de uma sociabilidade fundada na solidariedade de classes populares, as quais se apresentavam como sujeitos que, com ações coletivas, criavam suas próprias cenas.

A ação desses sujeitos formulava novas práticas de fazer política quando o autor diz:

O respeito à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem 'sujeitos da própria história', tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabam alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano. (1988 , p. 311-312).

Segundo Eder Sader, esses novos sujeitos sociais eram capazes de se constituir em um coletivo que vai aos poucos construindo suas identidades enquanto 'sujeitos coletivos'. Para o autor,

[...] a noção de 'sujeitos coletivos' é usada no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas com as quais seus membros pretendem difundir seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas. (1988, p. 55)

Os movimentos sociais, afirma Sader,

[...] tiveram que construir suas identidades enquanto 'sujeitos coletivos' precisamente porque eram ignorados nos cenários políticos constituídos. Por isso o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de carência. (1988, p.199)

O autor enfatiza que a identidade dos movimentos começou a se formar por meio de reivindicações e se ampliou após o movimento constituinte, quando foi instituída a luta pela conquista de direitos sociais e por políticas públicas. Os movimentos conseguiram, naquele momento, apresentar ao Estado a necessidade do reconhecimento de sua legitimidade. Embora fossem mobilizados por questões emergenciais, conquistaram o direito de aparecer no espaço público.

Engendraram estratégias e lutas políticas que representaram níveis de interferência no processo de democratização em curso e que, com suas práticas coletivas, instituíam novas relações.

Embora houvesse, em sua 1ª fase, todo um espontaneísmo e ainda uma relação anti-Estado, com ações extremamente pragmáticas e locais, eles se transformaram em importantes experiências de como formar uma cultura democrática em contraposição às práticas autoritárias.

A 2ª fase inaugura-se com o processo constituinte. Os movimentos sociais passam a se articular com setores organizados e a se inserir nos espaços constituídos por partidos políticos, governo, Igreja Católica, universidades, ONGs e sindicatos, ao mesmo tempo em que integram novos atores: movimento de mulheres, negros, trabalhadores rurais, formando o que muitos autores denominam movimentos sociais urbanos.

A possibilidade de esses movimentos sociais urbanos interferirem no processo de democratização foi debatida sob ângulos diferentes. Há os que questionavam o fato de eles serem qualificados como sujeitos políticos, uma vez que suas mobilizações não procedem originalmente de partidos, sindicatos ou organizações governamentais, embora considerassem a sua importância.

Entre os autores que questionavam o fato de os movimentos sociais destacarem-se como sujeitos políticos, Ruth Cardoso, citada por Paoli, diz

[...] que o fôlego dos movimentos era pontual, nos seus embates com o governo, de modo que estes estavam longe de ser dirigidos contra o sistema político; que o conteúdo transformador dos movimentos sociais populares era uma projeção dos ideais de boa parte dos sociólogos ou de intérpretes e militantes políticos; que os movimentos sociais estavam longe de unificarem através da sua condição autônoma e discurso crítico, mas de fato toda a sua existência devia-se ao modo de funcionamento dos aparelhos de Estado... ou seja, jamais iriam substituir partidos políticos e sindicatos (na hipótese de isto ser algo pretendido pelos movimentos), podendo, no máximo, vir a ter um 'papel mediador' entre sociedade e Estado. (1993, p.36)

Entre os autores que pensavam a questão da autonomia e do alargamento do âmbito da política, destacam-se Eder Sader (1988), Kowarick (1987), Telles (1994) e Caccia-Bava (1994). Esses estudiosos de movimentos sociais, com o intuito de qualificar o que é sujeito político, partiram para a investigação da noção de identidade, com a compreensão de que a formação de identidades coletivas,

nascidas da prática organizada desses movimentos, poderia fornecer elementos para a construção de práticas autônomas.

Ressaltaram também a importância da questão dos direitos na dinâmica dos movimentos sociais. Telles (1987), citado por Paoli, diz:

A construção de identidades coletivas baseada na noção de direitos precisou de um novo espaço para ser pensado e para acolher um novo sentido para a ação “contra o Estado”, montando uma relação de antagonismo radical que permita aos atores políticos pensarem de modo autônomo, sem o pesado estigma de serem figurações passivas, ou clientizadas, da dinâmica estatal.(1993, p. 35)

As posições desses autores, embora se apresentem como projetos distintos, caminham para a ressignificação da noção de autonomia, pela diversidade de experiências que foram se processando com vistas ao alcance de uma democracia participativa. O resultado dessa busca torna-se visível no início dos anos 1980, quando os movimentos sociais se ampliaram significativamente e trouxeram para o debate um leque de temas relativos à discriminação de raça e etnia, de gênero, de violência e de direitos humanos. Pode-se afirmar que os anos 1980 foram de forte articulação das organizações populares, com o ressurgimento dos novos movimentos sociais, definidos a partir de identidades coletivas e que, diferentemente dos movimentos anteriores, não possuíam uma base classista clara, como os movimentos operários e camponeses. Eles estavam voltados para a garantia dos direitos.

Os movimentos sociais, que tinham se organizado desde os anos 1970, fortaleceram-se nos anos 1980, marcados por uma notável dinâmica associativa e organizativa, que alguns autores denominaram a década da esperança democrática. Organizavam-se contra o Estado e organizavam suas lutas em entidades político-partidárias, sindicais, religiosas etc.

Em 1984 o país vive uma das maiores mobilizações de sua história, a Campanha das Diretas Já. É também nessa década que movimentos sociais, sindicatos, ONGs e organizações da sociedade civil, partidos políticos, especialmente o PT, participaram do esforço de elaborar as lutas sociais pela

democracia. Destacaram-se, nesse cenário, os orçamentos participativos e a relação de políticas públicas com participação conjunta de movimentos sociais e administração pública.

Para Paoli e Telles, citados por Alvarez, Dagnino e Escobar,

As lutas sociais dos anos 80 deixaram um legado importante aos anos 90: elas criaram espaços públicos plurais, informais e descontínuos, onde pode ocorrer o reconhecimento do outros portadores de direitos”. Os mesmos autores afirmam que “os movimentos populares e operários ajudaram igualmente a construir arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade, os sujeitos coletivos se constituem como interlocutores válidos e os direitos estruturam uma linguagem pública que delimita os critérios pelos quais as demandas coletivas por justiça e igualdade podem ser problematizadas e avaliadas (2000, p. 43)

Na década de 1980, o processo constituinte favoreceu a instalação de lutas em âmbito nacional, empreendidas por emblemáticos movimentos sociais:

- Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, com importante atuação nas políticas de habitação e desenvolvimento urbano. Atuava tanto no nível institucional quanto na ação direta, por meio de ocupação de terra, da co-gestão e das cooperativas de construção de moradias populares.
- União Nacional por Moradia Popular – UNMP, que atuou em vários estados, principalmente em São Paulo. Sua experiência mais significativa é a dos mutirões habitacionais auto-geridos (em parceria com órgãos públicos), ao lado de sua importância na luta pelo Fundo Nacional de Moradia Popular – FNMP.
- Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS, entidade pioneira na rearticulação dos movimentos sociais, populares e sindicais, na fase final da transição do regime militar para a democracia.

-

- Movimento Nacional de Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, criado no Congresso de Curitiba, em 1985, a partir de reivindicações por reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, também criado em 1985, a partir de uma rede composta por pessoas e instituições engajadas em programas de atendimento a meninos e meninas de rua.

O próprio movimento pela Constituinte, processo que inaugurou importantes conquistas e que trouxe a inscrição de diversos direitos em leis, representou, ao mesmo tempo, um marco histórico, porque permitiu aos movimentos sociais apresentar emendas populares que tiveram como saldo a introdução de mecanismos importantes de participação social, como plebiscito e referendo popular, audiências públicas e a criação de conselhos gestores das políticas públicas e do orçamento participativo, possibilitando novas formas de participação e organização da política. Esses mecanismos transformaram as relações entre a população e o poder público, pois os movimentos sociais que antes reivindicavam seus direitos ao Estado e deixavam que este equacionasse a resposta para suas reivindicações, passaram a se expressar como interlocutores legítimos.

Gonh, ao estudar os movimentos sociais no Brasil a partir da década de 1970, realizou um mapeamento que compreende três ciclos:

O 1º ciclo – Lutas pela Redemocratização do País e Acesso a Serviços Públicos: 1972 – 1984 – Com os movimentos nacionais, movimentos sociais populares urbanos, movimentos populares rurais, movimentos sindicais e movimento estudantil.

2º ciclo – Institucionalização de Movimentos: 1985 – 1989 – Com movimentos sobre temas específicos, movimentos populares urbanos de âmbito nacional, movimentos rurais nacionais e movimentos sindicais .

3º ciclo – Emergência de Novos Atores e Desmobilização dos Movimentos Populares urbanos. Crescimento dos movimentos populares rurais: 1990 – 1997 – Com movimentos populares

nacionais, movimentos internacionais, movimentos étnicos, raça, sexo e idade e movimentos sindicais (1997, p. 379-383).

Esse cenário de luta dos movimentos sociais expressou um momento de sua consolidação, pois permitiu que representações de segmentos sociais tivessem acesso ao governo e tomassem decisões sobre alguns problemas de ordem pública. Dessa forma, participaram da definição dos direitos sociais e abriram espaços para a prática da democracia participativa.

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, foi muito influenciada por esses movimentos, desenhando um novo contexto que pressupôs novas regras de convivência política.

Toda a dinâmica dos movimentos sociais foi de fundamental importância para a construção de sindicatos autônomos e combativos e para a criação das centrais sindicais de âmbito nacional, que enfrentavam os conflitos entre capital e trabalho. Esse enfrentamento também será recorrente no movimento popular nos desafios para enfrentar as desigualdades sociais e econômicas e qualificar suas relações com o Estado.

No Brasil, uma grande novidade do processo de construção democrática foi a constituição de espaços públicos. Ao longo desse processo, os mais diversos movimentos sociais, sindicatos, universidades, igrejas e partidos de oposição marcaram presença na disputa política e no debate para assegurar direitos.

O debate sobre a ocupação do espaço público é reafirmado por Dagnino, Oliveira e Panfichi, quando afirmam:

O debate sobre o espaço público no Brasil foi conduzido desde a perspectiva do projeto participativo, que ganhou espaço na Constituição de 1988 e foi definido no processo de transição por numerosos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Nesta ótica, os espaços públicos seriam instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e dão voz a novos atores e temas; que não são monopolizados por algum ator social ou político ou pelo Estado, mas são heterogêneos, ou seja, refletem a pluralidade

social e política que, portanto visibilizam o conflito, oferecendo condições para tratá-lo de maneira tal que se reconheçam os interesses e opiniões na sua diversidade, e nos quais haja uma tendência à igualdade de recursos dos participantes em termos de informação, conhecimento e poder (2006, p. 23-24) .

Penso que, para os autores, esses espaços públicos plurais, que dão visibilidade ao conflito, possibilitam tornar a gestão pública mais permeável à negociação de direitos reivindicados pelos movimentos sociais. Dagnino sustenta ainda que *“essas novas esferas públicas de representação, negociação e interlocução representam um campo democrático em construção que assinala pelo menos a possibilidade de repensar e expandir os parâmetros da democracia realmente existente”* (2000, p. 43).

Os anos 1990 podem ser lembrados como a década das lutas cívicas pela cidadania. Os movimentos sociais buscavam realizar suas lutas de forma autônoma, por qualidade de vida, não violência, ecologia, paz etc. Encenaram novas formas de negociação, com acentuada ênfase no ideário participacionista.

A grande novidade nessa década foi a aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta do Estado com a sociedade civil. Um bom exemplo dessa atuação são as práticas de Orçamento Participativo – OP, inaugurado pela administração do Partido dos Trabalhadores – PT, em Porto Alegre, a partir de 1989, pioneiro na participação da população nas discussões e decisões da administração pública municipal.

Embora, na avaliação de muitos teóricos e técnicos que o integraram, esse tenha sido um processo com algumas ambigüidades, pois se de um lado representava uma prática inovadora e democratizante que tinha como premissa a inversão de prioridade, de outro possuía alguns limites e desafios, principalmente no que se refere à convivência, em alguns casos, com uma relação pouco democrática em função do sistema de representação de que era constituído, como também trazia o desafio de romper com a cultura do clientelismo, ou seja, romper com as relações privadas com vereadores e políticos e ser capaz de levar a população organizada a pensar sua região de forma mais abrangente.

A década de 1990 conviveu com dois cenários: de um lado, a democracia em processo de consolidação; de outro, todo um cenário de violência, terceirização, precarização do trabalho e violação dos direitos marcados profundamente pelo processo de globalização e da introdução das práticas neoliberais.

Instalou-se, nos meios populares, uma onda de desencanto e descrédito com o governo eleito em 1989 (Collor de Melo) para o período de 1990 a 1992, no qual iniciou-se a implantação do projeto neoliberal, que trouxe profundas mudanças para o aparelho estatal brasileiro e introduziu um novo tipo de relação entre a sociedade e o Estado, atingindo em cheio a esfera social, com redução de serviços públicos e diminuição do papel do Estado.

Com a introdução dos princípios neoliberais, o Estado se desresponsabilizou de suas ações e declinou de sua função reguladora, alterando substantivamente seu papel, tanto sob o ponto de vista da sua competência, como da extensão das suas responsabilidades, pois transferiu parte delas para a sociedade civil, reduzindo drasticamente o espaço público.

Francisco de Oliveira diz que

[...] o que a destruição do público opera em relação as classes dominantes é a destruição de sua política, o roubo da fala, sua exclusão do discurso reivindicativo e, no limite, sua destruição como classe, seu retrocesso ao estado de mercadoria, que é o objetivo Neoliberal (1999, p. 79).

A redução do Estado implicou a diminuição do espaço público, bem como os espaços de reivindicação dos movimentos sociais, visto que ele passa a reorganizar sua estrutura e funcionamento com vistas a dar sustentação à reprodução do capital. Nesta perspectiva, a garantia de direitos sociais fica comprometida e o acesso a direitos fica submetido à lógica do mercado.

Durante a década de 1990 evidenciou-se uma crise que traz novos desafios aos movimentos sociais. Estes, que antes exerciam sua participação com

enfrentamentos e protestos, perceberam que essas formas perdem eficácia na relação com o Estado. A interlocução passa a ser feita por meio de negociação. Saem da posição de contestação para apresentação de propostas concretas.

A década de 1990 foi marcada também pelo surgimento de novos atores, como as ONG's, as redes institucionais de políticas, os movimentos sociais fundamentados em questões éticas, com destaque para o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com suas lutas por reforma agrária. Destaca-se, também, a participação da população nas estruturas de conselhos gestores de políticas públicas como da criança e do adolescente, dos idosos, de saúde e de educação.

Essas novas experiências revelavam a construção de uma nova cultura política, no que se refere à relação entre o Estado e a sociedade civil. Essa década também conviveu com os efeitos sociais perversos advindos da modernização. De um lado, houve toda uma mobilização de grupos pela defesa e ampliação de direitos e, de outro, as propostas neoliberais representadas pela globalização da economia em um contexto marcado por pobreza e desigualdades.

No que se refere às ONGs, elas cresceram e se diversificaram nessa década. Gohn historiciza o papel delas nas três últimas décadas ao afirmar que,

[...] nas décadas de 1970 e 1980, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estavam por detrás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Define-as nesse período como ONGs cidadãs, movimentalistas e militantes, pois atuam numa linha de conscientização dos grupos organizados. Nos anos 90, essas ONGs diversificam e se transformam. A maioria delas passa a atuar a partir da intervenção direta no meio popular, assumindo um papel mais ativo de produzir conhecimentos acerca de temas relevantes como: mulheres, crianças e adolescentes, políticas públicas etc. (2005, p. 89-90).

A respeito das ONGs, a autora afirma: *“Elas são as entidades, por excelência, procuradas para servir de mediadoras nas políticas de parcerias, ou seja, práticas que articulam o governo e a comunidade organizada”* (1997, p. 64).

Somente nas duas últimas décadas os movimentos sociais passaram a encenar ações coletivas. Tanto é assim que, em análises atuais, essas ações foram relacionadas com o surgimento de redes de movimentos por congregarem movimentos sociais plurais e por estabelecerem articulação com diferentes setores e organizações, como ONGs, partidos políticos, Igreja Católica e universidades.

Essas novas expressões de organização e participação colocaram no cenário social distintas formas de relacionamento com a política e com a cultura.

Wanderley, para ilustrar que não se deve restringir a discussão sobre a política à questão da representação nos partidos políticos, diz

[...] que é um universo maior que do que o mero sistema de representação partidário, ou o sistema eleitoral. Ela abarca todos os canais de representação no plano político e todas as ações políticas que se dão nos demais planos da realidade: política econômica, política social etc. Engloba, ainda, as mediações que se criam entre esses movimentos sociais, quando se institucionalizam, e as autoridades governamentais e não governamentais (2005, p. 62) .

Já a relação dos movimentos sociais com a cultura é interpretada por Dagnino, ao enfatizar que

[...] as implicações culturais significam reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas visões de uma sociedade democrática, na medida em que eles identificam a ordem social existente como limitadora e excludente em relação a seus interesses (2000, p. 81).

Nesse contexto, a luta por direitos sociais, encenada pelos movimentos, revelou que era preciso estabelecer tanto a luta política como, ao mesmo tempo, estender suas articulações aos movimentos de outra natureza, a exemplo dos

movimentos culturais, étnicos, de mulheres, de homossexuais, ecológicos, entre outros. Tanto as lutas políticas como as culturais de movimentos sociais estão entrelaçadas. As lutas políticas são abrangentes e contribuem para outras formas de sociabilidade. Esse entrelaçamento propicia estabelecer um campo comum de articulação que, com suas lutas, desafia a “cultura política” dominante. Alvarez, Dagnino e Escobar a definem como:

[...] a construção social particular em cada sociedade do que conta como ‘político’. Desse modo, a cultura política é o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente políticas, (da mesma maneira que outros domínios são vistos como propriamente ‘econômicos’, ‘culturais’ e ‘sociais’). (2000, p. 25-26)

Os anos 1990 compreenderam uma série de alterações de ordem política, econômica e social, numa conjuntura de desemprego, violência urbana, mudanças no mundo do trabalho e redução de investimentos na área social. As organizações da sociedade civil e os movimentos sociais, que no início dessa década viveram um período de inflexão, sem muita visibilidade, reapareceram na cena pública.

O processo de construção democrática, envolvendo o Estado e a sociedade civil, coloca para os movimentos sociais o desafio de atuar nas contradições do desenvolvimento capitalista. É nesse contexto que a construção de uma cidadania e de uma cultura baseada na idéia de direitos sociais e políticos constitui, hoje, um dos problemas cruciais para o aprofundamento da democracia e que envolve a (re)invenção da sociedade civil.

Como afirma Vera Telles,

[..] vem sendo construída nos últimos anos, por um lado, uma trama social formada por movimentos sociais e entidades civis. É uma rede associativa, plural, feita e refeita a contradições e ambigüidades. Nessa trama vão se explicitando os conflitos, fazendo circular a linguagem dos direitos, desprivatizando carências e necessidades. Por outro lado, ações, demandas e atores coletivos diversos vêm se inscrevendo em uma institucionalidade fundada em

regras formais ou informais da convivência pública e que de alguma forma realizam o debate sobre o legítimo nos acontecimentos que afetam a vida de grupos, classes e mesmo de uma população inteira (1994, p. 48).

Nesses termos, o processo de construção de uma relação democrática entre Estado e sociedade civil representou um grande desafio da conjuntura política do país, mesmo que os diferentes segmentos populacionais organizados viessem se expressando em inúmeros espaços de representação e de negociação dos interesses públicos, realizando experiências efetivas em diferentes fóruns. Essas experiências, no entanto, não alcançaram impacto transformador para o conjunto da sociedade brasileira.

As reflexões aqui trazidas sobre a ação e lutas nos movimentos sociais, nas décadas de 1980 e 1990, revelaram que, apesar das muitas dificuldades e conflitos, suas experiências vêm perseguindo, nos últimos tempos, uma nova cultura participativa, em que as forças populares, com suas manifestações coletivas, vêm apostando na construção de uma sociabilidade que aponte para a instalação de um verdadeiro processo democrático em nosso país.

2. Principais enfoques teóricos dos movimentos sociais brasileiros nos anos 1980 e 1990

A temática dos movimentos sociais é permeada por conflitos que não são novos e que têm raízes profundas naquelas camadas que não encontram espaço na modernidade. A crescente importância dos movimentos sociais no Brasil revela controvérsias quanto ao significado desse conceito.

Para conceituar os movimentos sociais, serão examinados brevemente alguns autores europeus que exerceram grande influência na América Latina e no Brasil. Touraine, um dos mais conceituados sociólogos franceses, para quem os movimentos sociais só encontraram possibilidades em sociedades democráticas, afirma que

[...] um movimento social é ao mesmo tempo um conflito e um projeto cultural. Isto tanto é verdade no que se refere ao movimento dos dirigentes como ao dos dirigidos. Ele visa sempre um adversário social. Uma luta reivindicadora não é por si mesma um movimento social [...] Para que ela se torne um movimento social, é preciso que fale em nome dos valores da sociedade industrial e se faça defensora, contra seus próprios adversários (1998, p. 254).

O autor ainda compreende os movimentos sociais como sujeitos da história, como atores sociais e como força central da sociedade moderna. Para ele, não se encontra mais em jogo a tomada de poder, mas sim a defesa dos direitos.

Os movimentos sociais recuperam a dimensão do sujeito, aquele que se destaca no lugar a ele atribuído no sistema de produção, ocupando um lugar culturalmente central na sociedade. Na visão do autor, o movimento social se apresenta como ação de um grupo, como ato coletivo. Sua preocupação em entender a dinâmica dos movimentos sociais é citada por Gohn: *“São ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade”* (1997, p. 149).

Este estudioso dos novos movimentos sociais (NMS) identifica-os muito mais com um modelo de autogestão nos rumos do direito à livre expressão, à livre escolha e à democracia interna, do que com a tomada de poder.

Outro conceituado autor, que estudou os movimentos sociais por várias décadas, foi Mellucci, de origem italiana. Chama a atenção para a necessidade de não analisá-los apenas do ponto de vista empírico, de sua manifestação concreta, mas proceder também a uma análise conceitual. Para ele,

[...] um movimento social é uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual sua ação se refere. Um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. (Mellucci, 2001, p. 35).

Para Mellucci, os atores sociais são indivíduos que constroem uma identidade coletiva, criam vínculos sociais e afetivos num processo interativo e solidário, forjando os atores coletivos. Desta forma, os movimentos sociais e os atores coletivos, ao se apresentarem na cena social, são resultados de processos sociais. Estes interagem com diversos níveis de realidade.

O autor priorizou em seus estudos a categoria de identidade coletiva, com um enfoque mais psicossocial. Compreende os movimentos sociais como sistemas de ações que se relacionam a partir de distintos elementos dentro da lógica sistêmica, buscando compreender as relações internas e externas presentes na ação coletiva.

Entende que a ação coletiva é *“um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma às suas relações”* (2001, p. 46).

A partir da ação desses atores, o autor criou o conceito de identidade coletiva. Para ele, *“a identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, discussões, conflitos entre atores”* (2001, p. 23).

Compreende a identidade coletiva como um processo de aprendizagem que é classificada pelo autor em três mecanismos:

[...] a definição cognitiva relativa aos fins (isto é, do sentido que a ação tem para o autor); aquelas relativas aos meios (isto é, as possibilidades e aos limites da ação); e por fim, aquelas relativas às relações com o meio ambiente (isto é, ao campo no qual a ação se realiza). (2001, p. 47)

Essas relações se constroem a partir de um processo contínuo de negociação, em que os atores interagem e definem o campo de suas possibilidades e limites para suas ações.

O autor cita Habermas e Touraine entre os autores europeus que já na década de 1970 desenvolviam suas análises tomando como base a abordagem estrutural, sistêmica, julgando que esta tornaria visível os conflitos. Para ele,

[...] os conflitos sociais são reduzidos ao protesto político e vistos como parte de um sistema político. A confrontação com o sistema político e com o Estado é apenas um fator mais ou menos importante na ação coletiva. O conflito frequentemente pode afetar o próprio modo de produção ou a vida cotidiana das pessoas (1989, p. 51- 53).

Essa afirmação impõe uma nova lógica para as relações sociais, que estão em permanente tensão com as múltiplas experiências, com regras, formas de organização e de culturas muito diversas, verificando-se uma notável ampliação nas possibilidades de os grupos sociais definirem o sentido de suas ações, criando condições para a implementação da democracia e ao mesmo tempo dando visibilidade aos conflitos que emergem no processo de disputa na esfera produtiva pela garantia dos direitos sociais e pela inclusão dos muitos excluídos na esfera da cidadania.

Outro autor europeu muito influente é Clauss Offe, da corrente alemã. Sua abordagem situa-se na matriz neomarxista ou pós-marxista, embasada na teoria da Escola de Frankfurt com continuidade nos trabalhos de Habermas. O autor prioriza a

análise política, relacionando os campos político e sociocultural. Para Clauss Offe, citado por Gohn,

[...] os movimentos sociais são elementos novos dentro de uma nova ordem que estava se criando. Eles reivindicam seu reconhecimento como interlocutores válidos, atuam na esfera política e privada, objetivam a interferência em políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, articulando-se em torno de objetivos concretos. O que é novo é o paradigma da ação, que tem caráter eminentemente político. (1997, p. 168)

Offe enfatiza que a forma de ação dos movimentos inaugura uma nova forma de fazer política que, de certa forma, contribui para a democratização das instituições em geral, bem como, de alguma maneira, também propicia uma desinstitucionalização generalizada.

Manoel Castells, outro importante pensador europeu, de linhagem espanhola, conceitua os movimentos sociais no contexto das questões urbanas. O autor diz que

[...] movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos. Em outras palavras, eles não são o que dizem ser. Suas práticas, e sobretudo suas práticas discursivas, são sua autodefinição. Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a “verdadeira” consciência dos movimentos, como se somente pudessem existir revelando as contradições “reais”. Como se, para vir ao mundo, tivessem necessariamente de carregar consigo essas contradições, da mesma forma que o fazem com suas armas e bandeiras (2001, p. 94).

Para Castells, os movimentos sociais são construções políticas das sociedades e causam impacto nas estruturas sociais. Ao mesmo tempo, estão sujeitos ao jogo do clientelismo político. Seus estudos acerca de movimentos sociais foram referências importantes, tanto na Europa como na América Latina e Brasil.

Enquanto, na década de 1970, pensava os movimentos sociais como verdadeiros impulsionadores de mudanças e de renovação da cidade, na década de 1980, influenciado pelas idéias de Touraine, passa a conceber os movimentos sociais como uma forma de resistência. Nessa lógica, define os movimentos sociais como *“práticas coletivas conscientes originárias de proplemas urbanos, capazes de produzir mudanças qualitativas no sistema urbano, na cultura local e nas instituições políticas em contradição com os interesses sociais dominantes institucionalizados”* (1983, p. 278).

Nesse período, o autor distingue três tipos de protestos urbanos: sindicais, que lutam por questões relacionadas ao consumo coletivo; os comunitários, que almejam a constituição de sua identidade cultural, bem como o alcance de autonomia das culturas locais; os movimentos de cidadãos, que almejam a ampliação do poder local.

O autor ressalta que os movimentos sociais, em favor do atendimento de suas demandas imediatas, também possuem seus limites no que se refere à capacidade de transformação urbana, embora não descarte a importância que esses movimentos possuem para que processos democráticos sejam implantados na cidade.

Outro autor, também de renome no estudo dos movimentos sociais urbanos, é o espanhol Jordi Borja, citado por Gohn, que define os movimentos sociais como *“movimentos reivindicatórios urbanos, como as ações coletivas da população enquanto usuárias da cidade, quer dizer, de habitações e serviços, ações destinadas a evitar a degradação de suas condições de vida, a obter a adequação destas às novas necessidades ou a perseguir uma maior nível de equipamento”* (Gohn, 1997, p. 196).

O autor analisa as contradições urbanas. Para ele, o Estado é responsável por parte delas. Esse autor, assim como Castells, muito influenciou, no Brasil, os estudos sobre movimentos sociais.

Importantes estudiosos brasileiros se distinguem no estudo dos movimentos sociais. Maria da Glória Gohn, no livro “Teoria dos Movimentos Sociais” conceitua-os como *“ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos em certos cenários da conjuntura socioeconômica de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.”* (1997, p. 251).

Essas novas expressões de organização e participação coletiva vão colocando no cenário social distintas formas de relacionamento com a política e com a cultura, enfatizando os aspectos de luta social que se relacionam diretamente com a cidadania e a garantia dos direitos sociais, ampliando os espaços de participação social e política.

Outro estudioso dos movimentos sociais, Luís Eduardo Wanderley, ao se referir aos movimentos sociais urbanos, afirma:

Os movimentos sociais urbanos surgem no desenvolvimento de processo urbano-industrial e nascem dentro de setores da sociedade civil, apresentando composição social heterogênea, com demandas reivindicativas e defensivas que giram fundamentalmente em torno da esfera do consumo (2005, p. 43).

O autor enfatiza o caráter espontâneo dos movimentos sociais, visto que a maioria apresenta demandas locais e interesses imediatos, vinculando-se quase sempre às contradições sociais geradas pelo capitalismo presente na realidade urbana. Ao estudar os movimentos sociais, classifica-os em três tipos: populares, rurais e urbanos. No que se refere aos movimentos sociais populares diz:

O conceito inicialmente se aplicou mais ao movimento sindical nas sociedades de capitalismo industrial [...] O segundo tipo são os movimentos sociais rurais. Neste caso destaca as lutas de camponesas que tiveram maiores impactos nas transformações sociais: as do México, a exemplo do movimento Zapatista e os exércitos de Villa (envolvendo camponeses, vaqueiros, rancheiros, mineiros, intelectuais e grupos de militantes). O terceiro tipo são os movimentos sociais urbanos (2005, p. 34-36).

Para Wanderley, “o termo popular refere-se às pessoas que vivem uma condição de exploração e de dominação dentro do capitalismo”. O autor centra seu foco na exploração capitalista e associa o termo popular às classes desprivilegiadas subordinadas aos interesses de uma cultura dominante (1981, p. 108).

Para Maria Célia Paoli,

[...] os movimentos sociais nascem no campo da ação coletiva – portanto, como práticas e representações de atores constituídos por mobilizações definidas, em tempos e espaços específicos – Os movimentos sociais das últimas décadas entraram, desde cedo, na linguagem e no debate político das sociedades contemporâneas (1993, p. 24).

As sociedades contemporâneas são qualificadas pela autora como cenário de crise, em conseqüência do mundo globalizado atingindo a legitimidade de distintas instituições como a política, a cultura, a economia, a vida pública e privada, evidenciando, em conseqüência, uma crise social profunda com um quadro perverso de desemprego, violências, desigualdade e aprofundamento da pobreza. É nessa conjuntura de crise e descrédito que nascem os novos movimentos sociais, que diferem dos movimentos anteriores por não terem uma base classista clara, ou seja, seus interesses não estão voltados diretamente às estruturas institucionais de poder. Possuem outras aspirações. Estão mais voltados para a garantia de direitos sociais para os segmentos populares que representam.

Para Ana Maria Doimo, citada por Silva,

[...] é possível verificar que se construíram no Brasil três matrizes interpretativas: a primeira, conhecida como estrutural-autonomista, tinha por postulados as contradições urbanas e a capacidade ativa da sociedade civil de organizar-se autonomamente contra o regime autoritário. A segunda situada nos anos 80, conhecida como cultural- autonomista, traz à tona a ‘pluralidade de sujeitos’ e uma ‘constelação de novos significados’ criados na experiência vivenciada.

[...] A terceira matriz é a interpretativa, conhecida como enfoque institucional (2201, p. 32).

Para Silva,

[...] as duas primeiras, embora diverjam entre si em alguns aspectos, situam-se no universo marxista e consideram que os movimentos sociais são capazes de provocar a ruptura da estrutura capitalista, por sua visão de 'democracia de base' ou democracia direta, de autonomia em relação ao Estado e de independência em relação aos partidos políticos. Já a terceira matriz interpretativa, conhecida como 'enfoque institucional', contraria as premissas analíticas das duas matrizes anteriores, mostrando que a relação dos movimentos sociais com o Estado deverá se processar segundo os interesses em jogo e a ótica cultural segundo a qual é conhecida (2001, p. 32).

Essas reflexões revelam que os movimentos sociais ganharam notoriedade. Traziam questões novas e também novas formas de organização, reivindicação, autonomia frente ao Estado e pleiteavam políticas públicas e sociais. Buscavam a condição de cidadania plena, na qual pudessem alcançar a realização de direitos civis, políticos e sociais.

Outro autor, Tullo Vigevani, ao realizar sua análise sobre movimentos sociais no Brasil, afirmou que:

[...] os movimentos sociais urbanos caracterizam-se em sua emergência particularmente em razão de reivindicações frente a alguém: este alguém é sobretudo o Estado, em seus diferentes segmentos e agências. Claro que há outros movimentos que surgiram independentemente de reivindicações imediatas frente ao Estado: feministas, ecologistas, parte dos movimentos de trabalhadores enquanto vendedores de força de trabalho etc. (Vigevani, 1989, p. 99).

Essa afirmação demonstra que, ao mesmo tempo em que a ação reivindicativa contribuiu para o desenvolvimento da identidade desses atores, também tinha a intenção de pressionar o Estado.

Para Ruscheinsky,

[...] a temática dos movimentos sociais, de um lado, tem sido alvo do interesse da análise sociológica e, de outro, coleciona críticas em vista a crise dos seus referenciais interpretativos, sobretudo quando se insiste num certo refluxo das mobilizações populares reivindicativas. (1999, p. 17)

O autor se opõe à tese do refluxo, pois reconhece que os atores e as lutas sociais continuam presentes no cenário político. Concordando com ele, considero que os movimentos sociais, a partir dos anos 1990, reconfiguraram-se em consequência do modelo econômico neoliberal que introduziu um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade.

Esta posição também é defendida por Gohn quando diz: *“Nos primeiros anos da década de 1990 não significava o desaparecimento deles, e nem o seu enfraquecimento enquanto atores sócio-políticos relevantes, mas sim uma rearticulação, interna e externa, de seu papel na sociedade”* (2005, p. 80).

A rearticulação dos movimentos sociais foi marcada por vários mecanismos de participação, instituídos desde a Constituição de 1988: os vários conselhos, audiências públicas, redes, fóruns. Associado a isto, ainda nos anos 1990, outros atores entraram em cena, como os variados tipos de ONG, entidades e fundações que compõem o que Gohn denomina de ‘novas redes associativas’.

O termo “rede” foi utilizado nos anos 1990, tanto na academia como em ONGs, nos movimentos sociais e até mesmo em órgãos públicos. Para os movimentos sociais o termo significa uma estratégia privilegiada de realizar articulações e mobilizações. Alguns autores brasileiros, como Isa Guará (1998), Scherer Warren

(1997) e Mance (2000) desenvolveram conceitos sobre rede, classificando-as segundo suas diferentes características e princípios.

Isa Guará desenvolve um conceito tradicional de rede, que constituiria uma *“cadeia de serviços similares, subordinados em geral a uma organização mãe que exerce a gestão de forma centralizada e hierárquica”* (1998, p. 12). E, noutro conceito, *“as redes modernas mantêm-se num processo contínuo de busca de legitimação através de fluxos ativos de informação.”* (1998, p. 13)

Scherer, Warren Ilse observa que *“as redes singularizam-se pelas interações horizontais e práticas pouco formalizadas ou institucionalizadas entre as organizações da sociedade civil, grupos e atores informais”* (1997) ¹

Mance parte do seguinte conceito:

São articulações entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável (2000, p. 24).

Tatagiba destaca as redes sociais movimentalistas ou societárias como estratégia de luta dos movimentos sociais, resgata uma definição de Doímo e afirma que *“as redes sociais movimentalistas são formadas por laços mútuos de relacionamento que remetem a experiências comuns de uma gente que se conhece e se reconhece por uma linguagem compartilhada”* (2006, p. 146).

Essa explicação, na minha opinião, define também as estratégias de lutas desenvolvidas pela CMP, que se fundamentaram em princípios comuns que os unificassem. A partir daí construíram suas bandeiras e ações coletivas.

¹ Essas redes associativas, que juntam ONG's, entidades, organizações de assistência social, fundações sociais de empresas privadas, universidades, diferentes fóruns sociais é que formam o terceiro setor. Vide Gohn 2005

Assim, apesar das muitas dificuldades e conflitos, no decorrer da década de 1990, o campo movimentalista teve presença ativa nas questões relacionadas ao interesse público.

No tocante à relação entre o Estado e sociedade, a partir do ideário neoliberal, estabeleceu-se todo um processo de negociação entre o Estado e os grupos sociais demandatários de ação pública. Nesse contexto Giddens (1991) citado por Gohn, formulou uma interessante hipótese de trabalho para a análise dos movimentos sociais na era da globalização. Para ele

[...] a participação em atividades coletivas está se tornando um fator decisivo na construção de identidades pessoais e nas biografias pessoais, na moderna sociedade industrial. Isto porque o paradigma atual, no mundo do trabalho, exige cada vez mais o trabalho multidisciplinar e em equipe (Gohn, 1997, p. 341).

Surgiram, a partir de 1990, outras formas de expressão dos movimentos sociais: a constituição de fóruns nacionais de luta pela moradia, pela reforma urbana, movimentos contra as reformas do Estado. Vários grupos se organizaram: mulheres, homossexuais, movimento afro-brasileiro, entre outros. Destacaram-se, nos anos 90, entidades de movimentos sociais com estrutura nacional como a Central de Movimentos Populares – CMP.

Os movimentos sociais que emergiram nos anos 90 trouxeram para o debate teórico uma nova noção de cidadania, enfatizada por Dagnino quando diz:

Procurro caracterizar essa nova cidadania que surge a partir da experiência dos movimentos sociais e marca a cena política dos anos 90. Expressando uma estratégia para a construção da democracia que delinea, desde logo, o seu aprofundamento, a cidadania afirma um nexos constitutivo entre as dimensões da cultura e da política (1994, p. 13).

Para a autora trata-se de, ao mesmo tempo em que se amplia o espaço da política, conceber a cidadania enquanto estratégia política que vai se construindo

historicamente e que contribui para a construção e aprofundamento da democracia . Na sua visão,

[...] esta nova cidadania consiste no processo de construção de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram ser seus direitos e lutando para o seu reconhecimento enquanto tais nesse sentido é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania 'desde baixo'. (Dagnino 2000, p. 87)

Esse processo de exclusão se revelou com a diminuição do alcance da qualidade das políticas sociais, a falência do sistema de saúde e de educação, a crise habitacional e escassez de recursos destinados à saúde, educação, moradia, transporte e infra-estrutura urbana. Este cenário mobilizou os movimentos sociais nas duas últimas décadas. Tornaram-se sujeitos ativos na construção de novos canais de participação em diversos fóruns públicos de representação.

A partir dessas reflexões trazidas aqui por muitos estudiosos dos movimentos sociais, sobre os muitos debates teóricos realizados, pode-se concluir que movimentos sociais são formas de ação coletivas que atuam nas contradições e conflitos do desenvolvimento capitalista, ora estabelecendo relações, ora disputando espaços de sociabilidade por meio de mobilizações sociais que se alteram conforme o momento conjuntural.

Do conjunto de reflexões feita por estudiosos de movimentos sociais, que foram apresentados neste trabalho, ficaram explicitados muitos debates teóricos com diferentes significados, ressaltando categorias como ações coletivas (Touraine), identidade coletiva (Mellucci), conjuntura sócio política (Offe), questões urbanas (Castells e Borja), autores que se sobressaem pela influência que as reflexões teóricas européias exerceram nos estudos de movimentos sociais na América Latina e Brasil.

Verificaram-se inúmeras mudanças na trajetória dos movimentos sociais apresentada pelos diferentes paradigmas teóricos. Constatou-se, também, a heterogeneidade das formas de mobilização.

Na década de 1970, no Brasil, em que os movimentos sociais surgiram em toda a sua efervescência, com ações locais, com caráter reivindicativo e ações diretas, a categoria analítica priorizada pelos estudiosos foi a da autonomia.

Na década de 1980, os movimentos sociais inscreveram suas demandas no campo do direito social e do alcance da cidadania, passando a priorizar a construção da identidade coletiva e a ingressar no campo da política, na luta pelo aprofundamento democrático em transição. E a tornarem-se interlocutores privilegiados do Estado. Nesse momento, os estudiosos centraram suas análises na categoria direito e participação social.

Na década de 1990, os movimentos sociais esboçaram uma visão mais ampliada da relação entre Estado e sociedade civil, destacando-se para análise a construção de uma nova cultura política que enfatiza duas categorias básicas: cidadania e exclusão social. Atualmente, procura-se analisar os movimentos sociais resgatando categorias de análise como cidadania, democracia, cultura política, poder local e controle social, entre outras.

Mais recentemente, estudiosos dos movimentos sociais, como Dagnino (2000 e 2006), Santos (2002)², entre outros, estudaram temáticas referentes ao aprofundamento do processo democrático, preocupados com os limites impostos à democracia no contexto dos tempos globais, marcados pelos efeitos sociais drásticos da modernização e reestruturação produtiva em curso no país.

Verificou-se que os movimentos sociais vêm sendo interpretados por diferentes autores em seus diferentes significados, e que as questões trazidas por eles se modificam a cada conjuntura. Independentemente do paradigma teórico, estes sujeitos sociais continuam protagonizando as lutas sociais, a defesa de interesses coletivos e a ampliação do espaço da política.

Todo este cenário de análise dos movimentos sociais permite concluir que os movimentos sociais são formas de ações coletivas que atuam nas contradições e conflitos do desenvolvimento capitalista, ora estabelecendo relações e diálogos, ora

² Vide Evelina Dagnino (2000 e 2006) e Boaventura de Sousa Santos (2002).

disputando espaços de sociabilidade, por meio de mobilizações que se alteram conforme o momento conjuntural. Pois são essas mobilizações sociais analisadas por diferentes enfoques que lhes trazem aprendizado e experiências.

“Essas experiências se recriam cotidianamente, na adversidade de situações que enfrentam.” Com suas organizações e manifestações coletivas formulam novas práticas de fazer política (Gohn, 2004, p. 14).

CAPÍTULO II – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

1. Considerações sobre democracia

Não é objetivo desta tese analisar a evolução da democracia através dos tempos. Limitar-se-á a alguns dados relativos à sua origem e desenvolvimento e que são relevantes no contexto deste estudo.

A democracia é uma instituição típica da civilização ocidental. Não se tem notícia de que tenha sido praticada por outra civilização. Tem sua origem na Grécia antiga, particularmente em Atenas, berço cultural do Ocidente. A partir daí estendeu sua influência pela república romana, que nos legou instituições como o Senado e o Direito Romano.

Foi ignorada por toda a Idade Média e só voltou a ser lembrada no período conhecido como Iluminismo (parte dos séculos XVII e XVIII), com as obras de pensadores como Locke, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, d'Alembert, dentre outros, de grande importância para a evolução do pensamento político e que tiveram enorme importância na Revolução Inglesa de 1688 (Revolução Gloriosa), que destituiu a maior parte do poder monárquico, transferindo-o para o Parlamento, na Declaração da Independência dos Estados Unidos e na elaboração da Constituição de vários estados americanos e na Revolução Francesa, acontecimentos estes que foram determinantes para o surgimento da democracia tal como hoje a conhecemos.

A sua consolidação, entretanto, somente se dará na segunda metade do século XX, quando o debate sobre democracia ganha centralidade. O início desse século foi marcado por debates acerca da desejabilidade ou não da democracia e disputas em torno da concepção marxista de democracia.

A proposta que se tornou hegemônica após a segunda Guerra Mundial, em 1945, foi o modelo liberal, consolidando a forma de democracia dominante, a

democracia representativa, também denominada procedimental. Autores como Joseph Schumpeter e Norberto Bobbio, são adeptos desta visão.

Para Schumpeter, *“O processo democrático é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar às decisões políticas e administrativas.”* (In: Santos e Avritzer 2002, p. 45)

Bobbio (1979), citado por Santos e Avritzer, compreende a democracia como *“um conjunto de regras para a formação de maiorias, entre as quais valeria a pena destacar o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, políticas, religiosas e étnicas na constituição do eleitorado”* (2002, p. 45).

Desta forma, o autor reduz a democracia a um conjunto de regras e a um procedimento eleitoral. Acontece que as maiorias e os centros de decisão assim constituídos apresentam falhas na sua formação. Há que se considerar, inicialmente, a enorme influência do poder econômico, fazendo com que as minorias privilegiadas adquiram um poder de representação proporcionalmente muito superior ao dos setores populares e que são a maioria do eleitorado.

Outrossim há fatores que deformam a representatividade como a falta de controle dos eleitos pelos eleitores, os sistemas eleitorais que distorcem a representação, etc.

Tanto Schumpeter como Bobbio questionam a idéia de soberania popular e restringem a participação, na medida em que consideram a representação como a solução ideal.

É no contexto dos complexos desafios do mundo atual e das falhas na representatividade que entram em discussão as concepções contra-hegemônicas de democracia, propondo novas formas de representação e participação. São representadas por autores como Claude Lefort (1986), Cornelius Castoriadis (1986) e Jurgen Habermas (1984).

A concepção contra-hegemônica não contesta o procedimentalismo característico da democracia representativa na sua forma hegemônica, na verdade amplia o seu horizonte, associando procedimento com forma de vida e entendendo a democracia como forma de aperfeiçoamento da convivência entre os homens.

De acordo com esta concepção, a democracia é uma gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade. O que ela condena na forma hegemônica são as formas homogeneizadoras de organização da sociedade, tendo em vista a diversidade humana.

Essa diversidade pressupõe a criação de uma nova institucionalidade para a democracia. Admitindo-se que a democracia é um processo em constante evolução, conclui-se que ela implica o rompimento com instituições existentes para a criação de outras.

Habermas, citado por Santos (2002), propôs que o procedimentalismo passasse a ser pensado como prática social e não como método de constituição de governos, que tivesse origem na pluralidade de formas de convivência de cada sociedade. A participação de atores sociais passa, pois, a ser um componente essencial na composição e no exercício do poder.

O processo de construção da democracia no Brasil vem sendo analisado e debatido por vários autores, tanto na ótica da relação entre Estado e sociedade como em função do comportamento dos sujeitos sociais.

O atual período democrático brasileiro iniciou em 1984, com a eleição indireta de Tancredo Neves, prosseguiu com a promulgação da Constituição de 1988 e culminou com a eleição direta de 1989 para Presidente da República, a partir da qual as instituições democráticas adquirem a solidez que hoje vivenciamos.

Entendo que a maior crítica que se pode fazer à atual democracia no Brasil reside em que as conquistas sociais não acompanharam os avanços políticos. Em outras palavras, sob o aspecto formal as instituições funcionam razoavelmente bem,

mas a representatividade delegada pela sociedade não se traduz em benefício para os cidadãos, ao contrário do que aconteceu nos países desenvolvidos. Este também é o quadro que, em linhas gerais, se desenha em toda a América Latina.

A economia brasileira acha-se quase estagnada desde o início da década de 1980. As grandes mazelas da sociedade (educação, saúde, segurança e transporte públicos de péssima qualidade, condições precárias de moradia e falta de saneamento básico, distribuição de renda entre as piores do mundo etc), evoluíram pouco de 1984 até hoje.

As práticas neoliberais, introduzidas a partir do governo Collor, em nada contribuíram para melhorar esta situação. Na verdade, agravaram-na, na medida em que as relações de trabalho experimentaram uma enorme precarização, em função do aumento sem precedentes do trabalho informal.

O quadro exposto permite indagar se a democracia representativa, na sua forma hegemônica, não tenha se constituído num fracasso no Brasil, havendo, pois, necessidade de novas formas de delegação de poder e de participação da sociedade. As razões desse fracasso foram muito bem sintetizadas por Santos ao afirmar que o Brasil é

[...] uma sociedade com uma longa tradição de política autoritária. A predominância de um modelo de dominação oligárquico, patrimonialista e burocrático resultou em uma formação de Estado, um sistema político e uma cultura caracterizados pelos seguintes aspectos: a marginalização, política e social das classes populares, ou sua integração através do populismo e do clientelismo; a restrição da esfera pública e a sua privatização pelas elites patrimonialistas, a artificialidade do jogo democrático e da ideologia liberal, originando uma imensa discrepância entre o país legal e o país real.

A sociedade e a política brasileira são, em suma, caracterizadas pela total predominância do Estado sobre a sociedade civil e pelos obstáculos enormes à construção da cidadania, ao exercício dos direitos e à participação popular autônoma. (2002, p. 458)

Sendo assim, somente será possível construir uma nação realmente democrática na medida em que as deficiências e mazelas apontadas sejam superadas, notadamente a ascendência do Estado, autoritário e privatizado pelas elites, sobre a sociedade.

Pelas razões expostas, parece-me claro que a atual forma procedimentalista de representação é insuficiente e tem vícios de origem. Os representantes assim eleitos (vereadores e prefeitos, deputados estaduais e governadores, deputados federais, senadores e presidente da república), em sua grande maioria, ou representam os interesses das elites ou são cooptadas por elas. Quando não se comprometem com as elites, aderem ao status quo da máquina estatal, que sabemos recheada de privilégios e alheia às demandas da imensa maioria da população.

Quando se analisa o período de consolidação democrática no Brasil, percebe-se que os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva compreendem a sua maior parte (e mais recente). O primeiro pertence ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), originalmente de centro-esquerda e com um passado de lutas pela democracia e pela justiça social da maior parte de suas lideranças. O segundo pertence ao PT (Partido dos Trabalhadores), de esquerda democrática e com profundas raízes nas classes trabalhadoras e nos movimentos sociais.

Esses governos, embora tenham proporcionado avanços em questões importantes, não conseguiram encaminhar soluções para os problemas fundamentais da sociedade brasileira a que nos referimos. A política econômica neoliberal, seguida nos dois governos, tem-se revelado incapaz de promover um nível de crescimento compatível com as necessidades do país.

Essas considerações lavaram-me à conclusão de que são necessárias novas formas de representação política e de novos centros de decisão, que sejam capazes de implantar políticas públicas de modo a reverter a desoladora situação de exclusão social a que está submetida a maioria da população. Trata-se, enfim, de contrapor, ao projeto neoliberal, os princípios da democracia participativa.

Não se trata de substituir, num primeiro momento, os mecanismos de representação atuais, mas sim de ampliar e dar maior legitimidade aos já existentes, por meio de uma maior participação social nos centros de decisão política, participação esta que, com certeza, traria, como efeito imediato, um aumento de credibilidade para a esfera política, a qual, segundo inúmeras pesquisas de opinião, é uma das mais (senão a mais) desacreditadas instituições do país.

Segundo Santos, a participação e o conseqüente controle social

[...] contribuiriam para uma desprivatização do Estado, que se tornaria mais permeável ao interesse público a ser formulado nas instâncias de participação da sociedade e, portanto, menos subordinado à apropriação privada de seus recursos. A participação é então concebida fundamentalmente como o partilhamento do poder decisório do Estado em relação às questões relativas ao interesse público, distinguindo-se, portanto, de uma concepção de participação que se limita à consulta da população (2004, p. 496).

A democracia participativa tem sua origem na Europa nos anos 1960 e seus princípios ganham amplitude no Brasil a partir do processo constituinte, sem no entanto, adquirir a solidez da democracia representativa. O pressuposto da participação supõe interferência no processo de decisão por meio de mecanismos efetivos de controle e formas de autogestão ou de democracia direta. Bolívar Lamounier no artigo 'Ao inferno à procura de luz', mostra-se simpático à democracia participativa e faz restrições à democracia direta, ao afirmar:

Um dado auspicioso na atual cena política brasileira é o que se tem denominado democracia participativa – o ideal de uma participação relevante e mais diversificada, não limitada aos períodos eleitorais. Não vejo como alguém possa se opor a isso; quanto mais, melhor. A democracia direta reduz-se a uns poucos instrumentos bem conhecidos como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de legislação. Não morro de amores por nenhum deles, mas admito que possam ser úteis em conjunturas especiais e em relação a determinadas matérias, entre as quais obviamente não se incluem

questões econômicas ou políticas complexas como privatização, endividamento ou sistema de governo. (Folha de São Paulo 23 de abril de 2007-.Tendências/Debates).

Outro efeito importante da prática da democracia participativa seria a diminuição das deformações já apontadas do Estado brasileiro: clientelismo, patrimonialismo e corrupção.

Um elemento fundamental que deve ser levado em conta na discussão de democracia participativa é o papel dos movimentos sociais envolvidos na disputa pela ampliação do campo político, como afirmam Alvarez, Dagnino e Escobar:

Os movimentos sociais não somente conseguiram traduzir suas agendas em políticas e expandir as fronteiras da política institucional, como também lutaram, de maneira significativa, para redefinir o próprio sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação e, em consequência, da própria democracia. (2000,p.16)

Nesta visão os movimentos sociais disputam novas formas de relação com o Estado. Os autores criticam, há vários anos, as democracias existentes e afirmam a necessidade de repensar as relações entre o Estado e a sociedade civil.

No debate sobre democracia há também a tese que considera democracia como um valor a ser estendido a um maior número de campos da experiência humana. É considerado fundamental para democratizar a sociedade. Entre os autores que compartilham esta visão, destaca-se Carlos Nelson Coutinho. Para este autor,

[...] a democracia pode ser considerada um valor na medida em que contribui autor, para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do ser genérico do homem. É universal devido ao fato, historicamente inquestionável, de que as objetivações democráticas são capazes de promover essa explicitação em diferentes

formações econômico-sociais, quer dizer, tanto no capitalismo quanto no socialismo (1992, p. 21).

O autor enfatiza a ampliação da participação com o exercício da socialização política para além do Estado, visando formas de participação social que afirmem o controle da sociedade sobre o Estado.

As práticas de democracia participativa são ainda incipientes, mas já demonstraram sua eficácia nas instâncias em que foram aplicadas, como é o caso do orçamento participativo. Por outro lado, acredito que sua implantação se dará gradualmente, na medida em que a sociedade for se conscientizando da conveniência de implementá-la em diversos setores da esfera pública e também na medida em que seus segmentos mais representativos se mobilizem para este fim.

Para exemplificar, penso que o maior e mais complexo desafio para o Brasil é a educação básica. Colocá-la em níveis aceitáveis exigirá, estou certa, a mobilização de toda a sociedade. É um erro dizer que ela é uma tarefa apenas do Estado, simplesmente porque, a meu ver, ele não dará conta de realizá-la sozinho. Por outro lado, o engajamento social na solução deste problema constituiria, sem dúvida, uma excelente demonstração da prática da democracia participativa.

A necessidade do exercício da participação popular autônoma é reafirmado por Santos e Avritzer, quando recolocam a questão do procedimentalismo social que se origina na pluralidade das formas de vida presentes nas sociedades contemporâneas. Afirmam esses autores *"que para ser plural, a política tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação"* (2002, p. 52-53).

A compreensão da política advinda desse assentimento de atores plurais ensaia novas formas de lutas por direitos, na medida que se expressam para serem reconhecidos como sujeitos sociais ativos.

Compartilhando da mesma visão, Dagnino afirma

[...] ao politizar o que não é concebido como político, ao apresentar como público e coletivo o que é concebido como privado e individual, eles desafiam a arena política ao alargar seus limites e ampliar sua agenda. Para além da consideração dos sucessos ou fracassos que possam resultar deles, os efeitos culturais de tais esforços sobre essa disputa e sobre o imaginário social devem ser reconhecidos como políticos (Dagnino, 2000, p. 95).

Santos e Avritzer, no livro 'Democratizar a Democracia', ao estudar as potencialidades da participação social no Brasil, constatam que

a Assembléia Constituinte aumentou a influência de diversos atores sociais nas instituições políticas, por meio de novos arranjos participativos. Com isso, surgem formas efetivas de combinação entre elementos da democracia participativa e da representativa, através da intenção das administrações do Partido dos Trabalhadores de articular o mandato representativo com formas efetivas de deliberação em nível local. O orçamento participativo teve origem nesta intenção (Santos, 2002, p. 65).

Os processos de democracia participativa iniciam-se, geralmente, com a tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, que rompem com a identidade atribuída por um Estado autoritário e que configure a luta pela constituição de um ideal participativo. Vale ressaltar que quase sempre a democracia participativa atua como uma democracia direta, em que os movimentos reivindicam o direito de participar em nível local.

Ilse Gomes da Silva, ao se referir à democracia participativa, diz:

A democracia participativa inova ao ampliar os espaços de atuação para além da escolha do governo e ao colocar na agenda política formas de autogestão ou de democracia direta, mas conserva o interesse do controle. De certa forma, não rompe com a noção de

que política deve ser para os 'especialistas' ou de que as classes populares somente estão aptas a participar se forem 'educadas' de modo a não oferecer risco ao poder das classes dominantes (2003, p. 20).

Essa afirmação questiona a democracia, tal como hoje é praticada, impondo restrições à participação das classes populares. No Brasil, durante o processo de democratização, os movimentos sociais reivindicavam o direito de participar das decisões no nível local. Este processo incluiu a participação e o controle da gestão institucional pública. Assim é que pode-se citar, entre as diversas formas de participação que emergem no Brasil pós-autoritário, práticas participativas que combinam elementos da democracia representativa e participativa.

Paoli, citada por Santos e Avritzer, diz:

As práticas de deliberação participativas no Brasil estiveram, desde o início, ligadas à visibilidade política dos novos movimentos sociais e à redefinição de práticas do movimento operário nas décadas de 70 e 80. Elas foram entendidas através de uma renovada teoria do conflito social que apontava para formas de participação popular e lutas plurais demandantes de representação autônoma no processo de distribuição de bens e formulação de políticas públicas (2002, p. 63).

Os conflitos sociais vêm se dando no campo dos direitos sociais e da cidadania, no estabelecimento de uma nova forma de participação e gestão da coisa pública e na disputa pela construção de novas formas de relação social.

No difícil processo de democratização no Brasil, ressaltou-se a experiência de constituição de espaços públicos, visando a ampliação e democratização da gestão estatal, o que na década de 1990 ganhou objetivos por meio de conselhos, fóruns etc.

Esse processo foi recheado por lutas e disputas em torno de diferentes projetos políticos, culminando com um período mais recente de inúmeras dificuldades,

advindas das políticas neoliberais, que afetaram drasticamente os setores mais excluídos da população.

Avritzer, citado por Vieira, afirma que *“a ocupação plural do espaço público pode, entretanto, trazer um desequilíbrio na relação entre atores sociais e sistema político, com o predomínio da sociedade política, que passa a selecionar a inserção das associações civis no Estado, conferindo-lhes um status semipúblico”* (2001, p. 77).

O autor admite, com esta afirmação, uma nova sociabilidade entre as ações presentes na sociedade civil e os valores característicos do Estado, o qual, nessa visão, não pode desconsiderar as demandas da sociedade civil que, com seus sujeitos sociais e suas diferentes formas de ação coletiva, busca entrar em cena no espaço público e contribuir para a construção de uma estrutura institucional mais democrática.

O debate acerca da esfera pública teve influência de autores como Habermas, Hannah Arendt e Claude Lefort. Para Habermas, os espaços públicos *“instauraram uma nova sociabilidade na qual se deixa de levar em consideração diferenças de status. Uma ‘polidez da igualdade’, uma certa ‘paridade’ cuja base é a ‘autoridade de argumentos’ que pode se firmar contra a hierarquia social chegar a uma ‘igualdade’, à igualdade do ‘meramente humano’* ³.

Hannah Arendt concorda com Habermas ao afirmar que

o reconhecimento público, a legitimação da diferença, da alteridade, são procedimentos que delineiam a emergência de um espaço público de debate e deliberação, cenário no qual os conflitos de interesse são administrados com base em normas pactuadas e públicas, e não confinadas ao terreno do privado ou submetidas ao interesse mais forte ⁴.

³ Habermas. Idéias, Campinas 5(2)/6(2), 1998-1999 p.54 (org) Grupo de estudos da UNICAMP sobre construção democrática.

⁴ Arendt Hannah. Idéias, Campinas 5(2)/6(2), 1998-1999 p.54 (org) Grupo de estudos da UNICAMP sobre construção democrática.

A disputa entre o Estado e os grupos demandatários da ação pública só é viável quando os dois lados se reconhecem como partes constitutivas de uma realidade social. Nessa direção, são fundamentais a negociação e pactuação, que permitam uma nova relação capaz de imprimir modificações que façam avançar na construção democrática.

É possível constatar o quanto essa nova sociabilidade favorece a ampliação da política. É a participação da sociedade civil e dos movimentos organizados que vem influenciando, com suas lutas, o acesso às decisões do Estado, principalmente em relação à elaboração e planejamento das políticas públicas, consolidando uma política de direitos.

A questão dos direitos está intimamente relacionada com a noção de cidadania, uma vez que esta é constituída por diferentes tipos de direito: civis, políticos e sociais. Estes últimos correspondem à aquisição de um padrão mínimo de bem-estar e segurança sociais.

A cidadania será sempre defendida pela luta política, pois é pela atividade política que a sociedade civil se vincula ao espaço público democrático. E é na ação política dos movimentos sociais que a democracia participativa é concebida como uma prática política necessária.

A possibilidade de afirmação de valores democráticos passa pela construção de uma consciência de cidadania em nosso país. É necessário criar novos paradigmas, que atendam à realidade brasileira. Não basta limitar o papel do Estado, é preciso implantar uma estrutura que garanta a descentralização dos serviços e a criação de canais de intervenção e participação na sociedade. A construção democrática, nesse cenário de desregulação da economia e de desmontagem de direitos, fica ameaçada, assim como o alcance e a eficácia das políticas públicas.

A formulação e gestão das políticas públicas se davam originalmente no interior do Estado, embora nasçam na sociedade civil. Nesse sentido estabelece-se todo um processo de negociação entre Estado e os grupos sociais demandatários da ação

pública. Dessa forma, tem-se a separação entre Estado e sociedade civil, cada qual com seus papéis a desempenhar.

O modelo de Estado, com práticas tradicionais e clientelistas na relação que estabelece com a sociedade civil, precisa ser superado, garantindo autonomia da sociedade na perspectiva do aprofundamento da democracia. Ao longo das duas últimas décadas, a lógica neoliberal foi se instalando, com acelerado processo de globalização que marcou a configuração de uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil.

A partir dos anos 1990, com a introdução dos princípios neoliberais, o Estado se desresponsabilizou de suas ações e transferiu para a sociedade civil parte de suas ações, reduzindo, como já foi dito, o espaço público. Nesse sentido, acentuou-se a luta por direitos, que implicou inúmeras experiências participativas buscando a democratização da sociedade.

Nessa perspectiva, Paoli e Telles assim se expressam:

[...] ancoradas em uma dinâmica societária cada vez mais complexa, heterogênea e diferenciada, com novas clivagens surgindo e cruzando transversalmente a estrutura de classes, gerando pluralidade de interesses e demandas nem sempre convergentes, quando não conflitantes, essas experiências sugerem que, se é certo que a democracia depende da construção das 'regras do jogo', estas não se reduzem à racionalidade formal de ordem constitucional (2000, p. 123).

Na verdade, essas regras são construídas a partir da negociação e pactuação, possibilitando a negociação das diferenças de interesses.

A partir dessas reflexões compreende-se quão relevante tem sido o protagonismo dos movimentos organizados e da sociedade civil, marcando sua presença na cena pública com suas estratégias ora de protesto, ora de negociação, pactuação, empenhados em fazer avançar o processo democrático. A possibilidade

de afirmação de valores democráticos passa pela transformação da cultura política brasileira, contaminada historicamente por práticas fisiologistas, clientelistas e paternalistas.

Diante desse quadro, torna-se necessário o amplo debate da sociedade civil envolvendo todos os segmentos de modo a garantir participação individual e coletiva.

2. A participação social no processo democrático brasileiro

O tema participação não é novo, tem uma longa trajetória que tomou contornos diferentes nas várias conjunturas sociais. A participação sempre esteve presente no processo de transição do regime totalitário para o democrático. Possui muitas dimensões e significados, e sua efetiva consolidação está relacionada diretamente com o aprofundamento da democracia, ou seja, trata-se de um tema circunscrito aos marcos da questão democrática.

A participação social ganhou sentido especial no momento constituinte, no qual eclodiram demandas sociais dos distintos grupos que compunham o campo movimentalista (movimentos sociais, movimentos sindicais, pastorais sociais, ONGs, partidos políticos ditos de esquerda, setores acadêmicos e também entidades profissionais). Esses grupos, embora heterogêneos, possuíam em comum a demanda pelos fortalecimentos da sociedade civil.

Essa perspectiva pôde ser observada em experiências de administrações democráticas, ocorridas nos anos 70, como, por exemplo, de Lages em (SC), Boa Esperança (ES) e Piracicaba (SP), que inspiraram as plataformas da oposição nas eleições nas eleições de 1982.

Os anos 1980 foram marcados por uma dinâmica organizativa e associativa de setores da sociedade civil, por meio da organização de inúmeros movimentos sociais que colocaram em pauta um conjunto de temas relativos à participação na gestão da coisa pública, incluindo a reforma do Estado.

Esses grupos organizados dirigiam-se ao Estado para apresentar suas demandas por melhorias na qualidade de vida, por atendimento de saúde, moradia, educação e por questões ligadas à discriminação de gênero e raça. Esses eram temas que não estavam incluídos na pauta de negociação expressa pelos sindicatos e estabeleciam canais de negociação, buscando a incorporação de suas reivindicações pela agenda do Estado. Postulavam, também, interesses em participar de formulações e gestão das políticas públicas, tanto por meio de canais institucionais, como de espaços informais de organização.

O debate teórico acerca da participação se explicita de várias formas, direta, indireta, institucionalizada, deixando claro que são formas diferenciadas de expressão coletiva. Carvalho (1998), traça a trajetória da participação social como uma conquista da sociedade civil, de espaços democráticos. Conquista essa constituída dentro de um Estado de tradição autoritária e excludente.

A marca que predomina nessa trajetória é a construção de uma cultura participativa que reivindica e valoriza o controle social por usuários e outros segmentos interessados nas políticas públicas, deixando claro que a construção de uma cultura participativa não passa apenas pelo regime político, mas também pela democratização da sociedade.

A ampliação das possibilidades de participação é defendida pela autora quando afirma :

Participar da gestão de interesses da sociedade significa ainda explicitar diferenças e conflitos, disputar na sociedade os critérios de validade e legitimidade dos interesses em disputa, definir e assumir o que se considera como direitos, os parâmetros sobre o razoável e o não razoável. Significa superar posturas provisórias e corporativas e construir uma visão plural de bem público. Participar da gestão dos interesses da sociedade é participar da construção e alargamento da esfera pública. É construir novos espaços de poder, esse acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções (Carvalho, 1994, p. 24).

A participação dos movimentos na gestão da sociedade modificou e reconfigurou o cenário institucional. As experiências de participação procuraram, nos últimos tempos, alcançar uma nova cultura participativa, em que as forças populares, com suas organizações e manifestações coletivas, contribuíssem para a consolidação de um tipo de solidariedade que apontasse para a implantação do processo democrático em nosso país.

Gohn, em suas análises, compreende a participação

[...] como um processo que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de suas histórias, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores em uma cultura política nova (2005, p. 30).

Para a autora é esse tipo de participação que leva à mudança e à transformação social. Significa, ao mesmo tempo, a clareza de propósitos e intencionalidade dos movimentos e a apropriação e domínio sobre as questões pelas quais desenvolve sua ação coletiva.

Elenaldo Teixeira, em seus estudos acerca da participação, procurou desenvolver sua análise sobre o que denomina participação cidadã, para ele *“um processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento da sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações”* (2002, p. 30).

Entender a participação como um processo remete para a necessidade de compreender esse processo como plural, composto por muitos atores, Estado, sociedade civil e mercado, que utilizam diversos tipos de mecanismo de participação e representação. Afirma ainda que:

[...] a participação cidadã é um processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicados nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas (2001, p. 32).

O autor trabalha com a idéia de participação cidadã e a diferencia de participação comunitária, atribuindo à participação cidadã, objetivos mais amplos que vão além dos interesses específicos, ou mesmo reivindicações pelo atendimento

de determinadas carências. Em suas práticas políticas realizam interlocução com o Estado, sem no entanto ficarem reduzidas aos mecanismos institucionais.

Para melhor compreensão desse conceito, Vera Telles sugere “*requilibrar a participação nos termos de uma participação cidadã que interfere, interage e influencia na construção de um senso de democracia regida pelos critérios de equidade e justiça* (1999, p. 52).

A autora propõe uma nova sociabilidade, baseada em princípios reguladores das práticas sociais, por meio de ações em que os conflitos sejam explicitados e negociados, constituindo inúmeros desafios para as práticas de participação.

Entre os muitos desafios colocados nesse processo, estava a luta dos movimentos sociais já no final da década de 1970, pela abertura da administração pública, no sentido de conquistar espaços de participação social que pudessem fortalecer o papel da sociedade civil.

A participação da sociedade civil nas instâncias decisórias esteve presente no debate da sociedade brasileira de forma mais acentuada nas últimas décadas, embora transitasse desde o regime autoritário até o democrático. Nessa trajetória é possível elucidar várias experiências participativas de lutas sociais e diferentes forças políticas atuando pela conquista democrática.

Esse processo de construção de uma relação democrática entre o Estado e a sociedade civil é um grande desafio da conjuntura política desse início do século XXI em nosso país, ainda que os diferentes segmentos populacionais organizados venham se expressando em inúmeros espaços de representação e negociação dos interesses públicos.

O sentido da participação social se amplia com a participação dos sujeitos sociais na gestão e controle das políticas públicas. Esses realizam experiências efetivas em fóruns, conselhos, plenárias de orçamento participativo, redes, movimentos pela ética na política, onde a construção do espaço público representa um árduo desafio, colocando como imperativo a democratização do Estado.

Essas experiências se constituem em formas institucionalizadas de participação social, sendo esses fóruns e plenárias espaços públicos criados para interlocução entre as instâncias públicas e os movimentos sociais.

Dentre essas práticas, as experiências de orçamento participativo municipal se destacam por possibilitar a participação social na deliberação das prioridades dos serviços públicos e de estabelecer a afirmação de valores democráticos, a qual passa pela transformação da cultura política brasileira, contaminada historicamente por práticas fisiologistas, clientelistas e paternalistas, apontando para a necessidade de um amplo debate da sociedade civil envolvendo todos os seus segmentos, de modo a garantir o direito de participação individual e coletiva.

Em relação aos conselhos de gestão das políticas públicas, eles foram estabelecidos pela Constituição de 1988 e se organizaram em áreas temáticas prioritárias. Os Conselhos de Gestão de Políticas Públicas eram paritários, ou seja, com igual representação da sociedade civil e representantes do governo.

Luciane Tatagiba assim os define:

Os conselhos não são espaços do governo, tampouco da sociedade civil. São espaços públicos plurais, nos quais representantes da sociedade e do Estado disputam, negociam e, ao mesmo tempo,

compartilham a responsabilidade pela produção das políticas, em áreas específicas” (2004, p. 348)

Trata-se de um novo arranjo deliberativo das políticas públicas com participação plural, pois envolve vários setores da sociedade. Esses diferentes setores atuaram significativamente no momento constituinte, tendo conquistado importantes mecanismos de participação nas gestões públicas. Tarefa nada fácil e permeada de conflitos desde a luta por autonomia, que recusava a subordinação e tutela do Estado, até mesmo superar o importante desafio de transitar de uma posição apenas reivindicativa para outra de propositores da implantação de políticas públicas.

Outro aspecto a ressaltar é que, apesar da significativa atuação dos movimentos sociais e demais organizações populares, existia o receio da cooptação política por parte dos governantes, uma vez que, ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, muitas lideranças dos movimentos sociais passaram a compor o poder público, ou por meio de mandatos legislativos ou na estrutura das administrações democrático populares que se fundavam.

Como diz Caccia Bava:

[...] em meio a muitos embates esses atores coletivos se multiplicaram, alguns ganharam dimensão nacional. São hoje reconhecidos como legítimos interlocutores no cenário político brasileiro. E em torno deles se articulam as muitas vozes que expressam as demandas e aspirações dos de baixo, daqueles que, compondo uma sociedade plural, heterogênea, de alguma maneira se sentem excluídos do progresso, da riqueza da cidadania. (1995, p. 163)

Essa afirmação indica que, apesar de tantas dificuldade e conflitos, os movimentos sociais se legitimaram como sujeitos ativos no processo de elaboração e implantação de políticas públicas e na consolidação de novos canais de participação.

As novas expressões de organização e participação colocaram em cena diferentes formas de relacionamento com a política, engendrando uma cultura capaz de alterar comportamentos, tanto do Estado quanto da sociedade civil.

Como enfatiza Vieira :

[...] nos últimos anos, temos assistido a mudanças significativas nas formas de ação coletiva e de ocupação do espaço público por um conjunto diversificado de atores e associações, criando um pólo distinto da sociedade política para satisfação de necessidades e construção de novas identidades. Enquanto a representação fica a

cargo da sociedade política, uma estrutura de 'campanha' expressa o poder de veto último de sociedade civil (2001, p. 77).

O autor parece ponderar a importância do comportamento dos distintos movimentos sociais que compõem a sociedade civil, no intento de legitimação dos espaços públicos, sem que essa tarefa fique restrita ao sistema político, pois compreende que o predomínio da sociedade política pode ser conflituoso e impor limites à participação. Fica claro, portanto, nesta relação entre sociedade civil e Estado, que o grande desafio posto aos movimentos sociais é transpor os limites da política superando as formas tradicionais de clientelismo e corporativismo, presentes na história política da América Latina e do Brasil.

É preciso analisar a complexidade e diversidade das relações entre sociedade civil e Estado. As práticas participantes imprimiram importantes marcas e impulsionaram a criação de espaços públicos de representação de sujeitos na elaboração de uma nova sociabilidade. Observa-se também que essas práticas trouxeram novas demandas e, com isso, enormes desafios para o Estado, problematizando a eficácia e a eficiência do setor público. Isso pressupõe a necessidade de garantir autonomia da sociedade como forma de propiciar direitos hoje negados à grande parcela da população.

A negação de direitos está ancorada numa tradição de sólidas raízes históricas que colocam imensos desafios para a ampliação da cidadania. Para Telles, “o

desafio da cidadania é, mais do que nunca, construir um sentido de pertencimento, sem o qual homens e mulheres não podem se reconhecer como cidadãos "(1994, p. 44). Para a autora, a cidadania fica comprometida neste cenário de exclusão e desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. O debate atual acerca da cidadania propõe os direitos como mediação necessária nas relações entre mercado e sociedade e Estado, de forma a dar visibilidade aos conflitos e ressonância às demandas sociais. A autora propõe pensar a questão dos direitos sob o ângulo da demanda societária quando argumenta:

Os direitos operam como principais reguladores das práticas sociais, definindo regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada (negociada)

das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um. Como forma de sociabilidade e regra de reciprocidade, os direitos constroem, portanto, vínculos propriamente civis entre indivíduos, grupos e classes. (Telles, 1994, p. 91-92)

Na visão de Santos:

[...] a cidadania é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições, é produto de histórias sociais diferenciadas e protagonizadas por grupos sociais diferentes. Os cívicos correspondem ao primeiro momento de desenvolvimento da cidadania, são os mais universais em termos de base social que atinge e apóiam-se nas instituições de direito moderno e do sistema judicial que o aplica. Os direitos políticos são os mais tardios e de universalização mais difícil e traduzem-se institucionalmente nos parlamentos, nos sistemas eleitorais e nos sistemas políticos em geral. Por último, os direitos sociais se desenvolvem no nosso século e, com plenitude, depois da segunda guerra mundial; tem como referencia social as classes trabalhadoras e são aplicadas através de múltiplas instituições, que, no conjunto, constituem o Estado de Previdência (2001, p. 244).

Nesta visão opera-se forte articulação entre cidadania e classe social, em que a cidadania se baseia nos interesses da classe trabalhista.

Wanderley, ao se referir à questão dos direitos, relaciona com cidadania e enfatiza que esses direitos devem passar por um processo de conquista quando diz:

São os conflitos gerados entre a igualdade pretendida e as desigualdades trazidas pelo modo de produção capitalista que distinguem o surgimento dos diferentes direitos em cada século. Vale lembrar que muitos direitos e liberdades foram conquistados pela luta dos trabalhadores e setores sociais oprimidos com enormes resistências das classes e grupos dominantes (Wanderley 2000, p. 156).

Esses direitos de cidadania correspondem a um padrão mínimo de bem-estar e seguranças sociais, porém não podem ser confundidos com os benefícios de Welfare State que, na Europa, após a segunda guerra, estabeleceu um pacto interclasses, consagrando os direitos sociais como proteção social.

Tunner, citado por Liszt Vieira, considera a cidadania como *“um conjunto de práticas políticas, econômicas, jurídicas e culturais que definem uma pessoa como membro competente da sociedade”* (Liszt, 2001, p. 35).

De forma semelhante ao pensamento de Santos, Tunner trabalha com a idéia de que há

três gerações de direitos de cidadania que podem ser assim descritos: civis, políticos e sociais.

Primeiramente, os direitos civis correspondem aos direitos necessários para o exercício das liberdades, originadas no século XVIII; depois, os direitos políticos, consagrados no Séc. XIX, os quais garantem a participação, tanto ativa quanto passiva, no processo político; e finalmente, já no Séc. XX, os direitos sociais de cidadania, correspondentes à aquisição de um padrão mínimo de bem estar e segurança sociais que devem prevalecer na sociedade” (Liszt, 2001, p. 42).

Dagnino ressalta a idéia de cidadania enquanto estratégia política, quando diz:

[...] afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que seu conteúdo e significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como os vividos pela sociedade em determinado momento histórico. Esse contexto e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política (Dagnino, 1994, p. 107).

Entendo esta visão de cidadania como reveladora de que sua construção é histórica e vem enfrentando muitos dilemas, revelando a necessidade de transformação tanto na sociedade como nas estruturas de poder. Tudo isso se constitui num longo processo de aprendizado e luta política, buscando alargar os espaços de participação, pois é pela atividade política que a sociedade civil se vincula ao espaço público democrático.

A participação dos movimentos na gestão da sociedade modificou-se e reconfigurou-se nos anos 1990, conforme já apresentado anteriormente. Passaram a exercitar sua participação de outro modo. Os enfrentamentos e protestos perderam eficácia na relação com o Estado. A interlocução se fez presente nas negociações. Saíram da posição de contestação para a apresentação de propostas concretas.

Foi também nessa década a fundação da Central de Movimentos Populares (1993), como resultado da luta política dos movimentos sociais desde o final da década de 1970 (histórico tratado no III Capítulo).

A década de 1990 conviveu também com os efeitos sociais perversos advindos da modernização, que de um lado apresenta toda uma mobilização de grupos pela defesa e ampliação de direitos, mas de outro, apresenta as propostas neoliberais

representadas pela globalização da economia em um contexto marcada por pobreza e desigualdades. Como afirmam Paoli e Telles:

[...] a questão diz respeito às possibilidades da construção, entre Estado e sociedade, de armas públicas que dêem visibilidade aos conflitos e ressonância às demandas sociais, permitindo, no cruzamento das razões e valores parâmetros públicos, que reinventam a política no reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação de políticas que afetam a vida de todos. (2000, p. 116).

Nesse sentido, a participação social vem sendo organizada há muito tempo, construindo referências importantes no processo de construção democrática brasileira. Rosangela Paz ressalta, em suas conclusões da tese de doutorado,

[...] que a participação social é conquistada no exercício cidadão, mas também é fruto de aprendizagem. Pressupõe a construção de sujeitos coletivos, autônomos, com capacidade para decidir e definir suas ações e exercer o controle popular. Não é suficiente a criação de mecanismos, canais ou espaços de participação, é preciso criar condições para que esta participação de fato ocorra, através de mediações educativas, que formem os diferentes sujeitos sociais, para exercer o direito à participação (2002, p. 49).

Essas reflexões aqui trazidas acerca da participação social dos movimentos e grupos organizados revelam a necessidade de desenvolver a consciência social para compreender o direito de cidadania. Para exercer efetivamente esse direito, entretanto, há que se passar pela permanente experiência de participação social e política, que é uma tarefa de longo aprendizado, o que nos permite afirmar que a participação social é um processo plural das instâncias de decisão do Estado em relação às questões de interesse público.

CAPÍTULO III - TRAJETÓRIA DA CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES: IDENTIDADE E DINÂMICA DE UM SUJEITO COLETIVO EM MOVIMENTO

1. Histórico do surgimento e construção da Central de Movimentos Populares – CMP

A Central de Movimentos Populares (CMP) surge num cenário em que os movimentos sociais também emergem, abrindo novos espaços para a ação política. Tem sua origem no mesmo processo social que gerou o Partido dos Trabalhadores – PT, a Central Única dos Trabalhadores – CUT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Esse processo se inicia no período sombrio da ditadura militar (1964-1984), com suspensão das garantias constitucionais e restrições à participação popular, cassação de direitos políticos, de mandatos parlamentares e de lideranças sindicais. Período em que foram implantados o Serviço Nacional de Informações e a Lei de Segurança Nacional, e em que foram editados diversos Atos Institucionais, principalmente o AI-5, de dezembro de 1968, que fechou o Congresso Nacional e restringiu duramente os direitos políticos dos cidadãos.

Foi nesse contexto de lutas populares que os movimentos operário e sindical ressurgiram, com significativa concentração na região do ABC paulista, desencadeando, no período de 1978 a 1980, as grandes greves contra as perdas salariais impostas pelos anos de ditadura, as quais se distinguiram como uma das manifestações mais significativas no processo de reação aos anos de repressão.

Destacaram-se, também, nesse processo as “Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s”, originadas no movimento da Igreja Católica, como um importante canal de organização e reivindicações populares. A esse movimento da Igreja Católica vincularam-se inúmeros movimentos populares, entre estes o Movimento do Custo de Vida (1973), colhendo assinaturas contra a carestia, gerando protestos em várias

idades brasileiras; os clubes de mães; os movimentos feministas; movimentos por creches, por direitos humanos e também movimentos de oposição sindical.

Foi um período intenso de atividades dos movimentos populares, visando à organização e formação de lideranças, e ao protagonismo de movimentos que se expressavam de diversas formas. Sader descreve com clareza esse período ao afirmar que

[...] na década de 70 a diversidade se reproduzia enquanto tal apesar da presença de referências comuns cruzando os vários movimentos. Quando acompanhamos a história dos vários tipos de organização popular na Grande São Paulo nesse período, nos defrontamos quase sempre com a presença da Igreja Católica, sua rede de agentes pastorais e suas estruturas de funcionamento, com as matrizes discursivas da contestação, mescladas nas práticas concretas onde se encontram, muitas vezes, até com as mesmas pessoas circulando de um movimento para outro (1998, p. 198).

A citação de Eder Sader revela a diversidade de interesses e, ao mesmo tempo, de inúmeras reivindicações específicas dos movimentos sociais, cujas lideranças, muitas vezes, atuavam concomitantemente em mais de um movimento. Expressavam seus reclamos de uma forma autônoma, sem vinculação direta, à exceção da Igreja Católica, com as estruturas institucionais, partidos políticos, governo ou Estado. Suas práticas são enfatizadas por Carvalho quando diz:

Os movimentos assim constituídos organizam-se como espaços de 'ação direta', são reivindicativos e reativos, recusam relações subordinadas, de tutela ou cooptação por parte do Estado, dos partidos ou de outras instituições. A autonomia afirmada por eles não está, no entanto, na recusa do Estado e da institucionalidade. Sempre reconheceram o espaço institucional, sempre exigiram ser reconhecidos e recebidos para negociações. Estas, no entanto, eram marcadas pela subordinação característica das experiências vividas no período do populismo ou pela impermeabilidade e pela

relação de simbiose do Estado com interesses empresariais característicos do período autoritário (1977, p.14).

É neste cenário de intensa mobilização dos movimentos populares, de luta pela democracia do país, por abertura política e por eleições diretas que surgiu, em 1977, a idéia de uma Central de Movimentos Populares.

Essa idéia, nos anos 1980, levou ao surgimento da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS, no período que vai de 1979 a 1983. Sua fundação ocorreu em fevereiro de 1980, no Encontro Nacional de Movimentos Populares e Sindicais, em João Monlevade-Minas Gerais.

Esse período coincidiu com o nascimento do PT, em janeiro de 1980, num cenário de rearticulação da vida política e participativa do país. Caracterizou-se como um partido de massa e como representante das aspirações e interesses de um amplo movimento social que reunia algumas forças políticas e sociais como os setores progressistas da Igreja, grupos de intelectuais, movimentos populares e também a ala sindical mais combativa.

A ANAMPOS defendia a unificação dos movimentos populares com o sindicalismo e tinha como proposta realizar articulação com os movimentos populares, com a finalidade de criar bases para uma Articulação Nacional. Intitulava-se suprapartidária e caracterizava-se pela união dos setores sindical e popular.

Posteriormente, a ANAMPOS realizou outros encontros nacionais: em junho de 1980 em Taboão de Serra; em 1981 o Encontro de Vitória (ES); em 1982 em Goiânia.

Nesses encontros nacionais promovidos pela ANAMPOS discutia-se o papel do movimento popular, o qual era compreendido (segundo documento de São Bernardo 1980, p.07), citado por Gohn, como sendo *“todas as formas de mobilização e organização das pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade como no campo”*. O movimento sindical era visto como parte do movimento popular”. Discutiam também a construção de uma Central

Única de Trabalhadores, que fosse livre, autônoma e construída pela base.

Esses setores formularam, nos citados encontros, um projeto político democrático popular. Tal projeto político tinha como expressão partidária o PT. Ao mesmo tempo, no ABC Paulista, ocorriam as grandes greves. Foi na greve de 1980, da qual a ANAMPOS participou, que começaram a surgir divergências entre o movimento sindical e o popular.

Em sua 1ª fase (1979 a 1983), a ANAMPOS conviveu com um cenário de redefinições das forças políticas organizadas do país, com uma expressiva base de lideranças sindicais, principalmente sindicalistas de São Bernardo do Campo, Osasco, Santo André e oposição metalúrgica de São Paulo.

Vivia-se naquele momento um processo de reorganização das forças sindicais, que criaram um bloco combativo se opondo a algumas correntes políticas abrigadas no PMDB e no PDT. Essas divergências implicaram um “racha” do movimento sindical, que passou a realizar articulações de oposições sindicais.

A partir dessas articulações, a ANAMPOS realizou o CONCLAT - Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, que veio a se transformar em CGT- Central Geral das Classes Trabalhadoras, a partir da qual criou-se a Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983.

Em 1982 havia sido criada a Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM, num congresso realizado, em São Paulo, por federações, uniões e conselhos municipais e estaduais de associações de moradores, com o apoio de forças políticas do PMDB, PC, PC do B e MR8.

A CONAM tinha constituído sua base de sustentação junto às associações de amigos de bairro, as SAB's, tendo sido fortemente criticada pelos setores populares liderados pela ANAMPOS. No bojo dessas divergências, parte do movimento popular, pertencente aos movimentos de moradia simpáticos ao PMDB, rompeu com a ANAMPOS e passou a apoiar a CONAM.

Era uma época em que ocorriam, no interior da ANAMPOS, divergências de ordem político-partidária, que resultaram em rupturas entre a ala do PT e a ala a favor do PMDB e PC do B. Essas divergências relacionavam-se,

predominantemente, com a questão das relações de trabalho, que deram origem à criação da Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, ligada ao PMDB, enquanto a ala do PT ficou na Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Após a criação da CUT iniciou-se para a ANAMPOS uma 2ª fase, de 1983 a 1989, em que houve cisão entre os movimentos populares e sindicais. Estes últimos aglutinaram-se na recém criada Central Única dos Trabalhadores, enquanto os movimentos populares ficaram na ANAMPOS, que passou a posicionar seu foco como articulador do setor popular.

Freio Betto, assessor especial da ANAMPOS, reafirma isto quando diz:

No período que vai de 1989 a 1993, a ANAMPOS procurou ganhar visibilidade e avançar em busca de uma representação de todas as organizações populares do Brasil. Nesse momento, alguns dirigentes começaram a aprofundar o debate em torno da criação de uma Central de Movimentos Populares, pois se tratava de uma experiência inédita no Brasil, era algo novo e que exigia habilidade política, para não se cometer erros que inviabilizassem a criação da Central.⁵

Para Raimundo Bonfim, dirigente da CMP,

foi um processo muito rico de debates em todos os movimentos populares do Brasil, mesmo com aqueles que não concordaram ou tinham dúvidas. Lembro-me de que foram realizados, neste processo de discussão, debates em São Paulo e no Rio de Janeiro, com intelectuais que tinham opiniões sobre a criação ou não de uma Central de Movimentos Populares, sobre a visibilidade ou não, o conceito do nome de uma Central dos Movimentos Populares, etc.

⁵ Frei Betto, IN Cartilha da CMP, 1999 – p. 9.

*Esses debates reforçam ainda mais a nossa opinião de se ter uma Central enquanto espaço de articulação dos movimentos que lutam por diversas necessidades básicas, como moradia, meio ambiente, criança e adolescente, etc. Todos esses movimentos não tinham um espaço em nível nacional*⁶.

Após a cisão entre os movimentos populares e sindicais, a ANAMPOS vivenciou sua 3ª fase, no período que vai de 1989 a 1993. Procurou ganhar organicidade, após tantas divergências e rupturas. Sentiu necessidade de proceder a uma revisão e, em 1989, durante o VIII Encontro Nacional de Movimentos Populares, deliberou pela criação de uma entidade denominada Pró-Central de Movimentos Populares, de âmbito nacional.

No VIII Encontro Nacional foram debatidas as propostas de unificação dos movimentos populares, culminando com a realização da 1ª Plenária, em agosto de 1990, em Brasília, organizada pela comissão Pró-Central e contando com a participação de cerca de 500 representantes dos movimentos populares de 18 estados. Integraram-na representantes dos movimentos ecológicos, dos sem teto, de mulheres, indígenas, meninos e meninas de rua, associação de moradores, entre outros.

Sua preparação foi antecedida de plenárias municipais e estaduais, e significou um marco que deu início à implantação da Pró-Central em nível nacional e ao processo de construção da Central de Movimentos Populares – CMP. Nesta ocasião, a Pró-Central já estava organizada em 12 estados, a maioria pertencente às regiões Sul e Sudeste.

A Pró-Central participou ativamente do processo de construção, no contexto latino-americano, da Frente Continental das Organizações Comunitárias – FCOC, bem como esteve presente no III Encontro Latino-Americano de Organizações Populares, realizado em setembro de 1992, na República Dominicana, que contou com a presença de cerca de 200 delegados, representando 16 países.

⁶ Raimundo Bonfim – Cartilha da CMP, 1999 – p. 9-10

A criação da Pró-Central baseou-se na necessidade de preparar os movimentos populares, que eram muitos e que possuíam muitas fragilidades, o que tornava difícil a unificação das lutas. Havia, ainda, que considerar as reais dificuldades desses movimentos em transitar da reivindicação específica para lutas mais gerais e amplas.

A 2ª Plenária Nacional de Movimentos Populares foi realizada em outubro de 1991, em São Bernardo do Campo e contou com a participação de 20 estados. Nesta plenária foram definidos os critérios de filiação à CMP, que estava em vias de ser criada. Destacaram-se, entre outros, os critérios da independência em relação ao Estado, aos sindicatos e partidos políticos, à Igreja e às empresas. Em suas diretrizes havia o veto à participação dos segmentos que não fossem considerados populares. Para Frei Betto,

*Movimento popular é o que congrega e mobiliza o mundo popular (assalariados, desempregados, excluídos, os movimentos de conquistas de direitos humanos, mulheres, negros, etc); de resistência (numa área ameaçada de despejo, escola a ser tirada, centro de saúde a ser fechado); de solidariedade (aos sem terra, ao Timor Leste); de protestos (contra o presidente Fernando Collor de Mello, a empresa, em defesa do meio ambiente etc)*⁷.

Foram excluídos os grupos ecológicos mantidos pela iniciativa privada, os movimentos pastorais ligados à Igreja Católica, o que gerou polêmica (exposta no capítulo IV), e os conselhos comunitários ligados à municipalidade.

A 2ª Plenária Nacional do Movimentos Populares, em 1991, definiu o Movimento Popular como “*todas as formas de organizações entre pessoas visando a defesa e/ou conquista de direitos objetivamente coletivos de natureza autônoma e de caráter democrático, suprapartidário, laico e sem fins lucrativos*” (CPC. 1991:676).⁸

⁷ Frei Betto “Síntese da Oficina da CMP no II Fórum Social Mundial – Um Outro Mundo é Possível”. 2002 – políticas públicas 12.

⁸ Tese da 2ª Plenária Nacional de Movimentos Populares. 1991, p. 689.

Essa definição estava presente nos debates acerca dos critérios de participação. Um grande desafio desta plenária consistiu na definição de seus “eixos de luta”. Para os dirigentes

“um eixo de luta varia de acordo com a conjuntura, mas imprime ao movimento um rumo estratégico. Um dos mais importantes eixos de luta hoje é a Reforma Urbana. Em torno dele, agrupam-se os problemas mais agudos do país, como moradia, transporte e saúde. Portanto, são muitos os movimentos que se aglutinam em torno de um mesmo eixo.”⁹⁸

Para Pedro Pontual, assessor desde a ANAMPOS,

“um eixo de luta não é apenas uma luta imediata e prioritária do movimento, que mobiliza muita gente. Ele é algo muito maior que seria capaz de aglutinar as diversas lutas de diversos movimentos em torno dele, a fim de atingir as estruturas do capitalismo. A Reforma Urbana, por exemplo, enquanto eixo de luta, aglutina a luta pela moradia, saúde, e várias lutas pela cidade que são complementares... Sob o eixo cidadania, discutimos a questão da mulher, do negro, do homossexual, dos meninos e meninas de rua, dos direitos humanos e das várias lutas que em torno dele se aglutinam.”⁹

O Congresso de Fundação da CMP foi realizado em Belo Horizonte – MG, nos dias 28 a 31 de outubro de 1993. Contou com a participação de, aproximadamente, 950 representantes, entre convidados e delegados eleitos em 22 estados brasileiros: Paraíba, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina, Ceará, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Rio de Janeiro, Acre e Rio Grande do Norte.

⁹ Pontual, Pedro. IN Publicação interna da CMP. “O PT discute a Central dos Movimentos Populares”. 1993, p. 10-11.

Participaram vários movimentos populares, com destaque para os movimentos de mulheres, moradia, saúde, crianças e adolescentes, meninos e meninas de rua, homossexuais e pessoas com deficiência. Esse Congresso teve como principal objetivo a fundação da CMP, que colocava para si a tarefa de articular os movimentos populares e unificar suas lutas. Essa articulação gerou muitos debates e contribuições visando um amadurecimento da proposta de fundar uma Central que significasse a expressão da diversidade e pluralidade dos movimentos e pudesse garantir, ao mesmo tempo, a autonomia e democracia interna desses movimentos. Uma estratégia adotada foi a de desenvolver lutas conjuntas que fossem consideradas prioritárias.

Permearam esse debate questões como definição dos eixos de luta e a tarefa de unificar os movimentos populares. E ainda a difícil tarefa para a Central de articular as lutas específicas e imediatas dos movimentos, vinculando-as às lutas mais amplas. Trazia como bandeiras principais, entre outras, a jornada pela terra, a Lei do Inquilinato, a luta pela construção do socialismo.

Ao analisar a cultura política gerada pela ANAMPOS e a pró-Central, Maria da Glória Gohn destaca que

[...] a ANAMPOS sempre trabalhou a partir da análise da conjuntura momentânea, os argumentos sobre a necessidade da construção de uma Central de Movimentos Populares foram se alternando segundo as mudanças na conjuntura. No início o argumento passava pela necessidade de articular lutas e movimentos dispersos. O discurso foi se deslocando para a articulação das lutas. O alvo das lutas tinha como denominador comum: o Estado. À medida que a conjuntura política do país foi se alterando, os argumentos e táticas partiam de um novo conhecimento baseado em: Nova Constituição, novos mecanismos jurídicos de encaminhamento das questões sociais, novas formas jurídicas de participação popular, novas políticas sociais, estatais, federais, de cunho neoliberal e, fundamentalmente, nova correlação de forças na cabeça de várias administrações municipais, com a eleição do PT, aliado ao crescimento deste

partido nas últimas eleições, que levou seu candidato às finais do pleito presidencial.¹⁰

Essa afirmação traz a preocupação da CMP em abrigar diferentes correntes ideológicas ligadas à esquerda, que tivessem como denominadores comuns o processo de transformação social e o papel estratégico que os movimentos deveriam ter nesse processo.

Na compreensão de Mejía, essa transformação social vivida pelos movimentos sociais

começa a procurar formas de expressão que lhes permitam transformar-se numa força social e coletiva representativa dos interesses mais variados. Desta forma, rompem com o esquema político-gremial e levantam críticas à esclerose e conservadorismo que marcam suas práticas sociais (2003, p. 33) .

O autor destaca a possibilidade de uma nova regulamentação da vida social, representando uma tentativa de imprimir outro tipo de racionalidade que pudesse dar expressão à vida cotidiana e ao coletivo de excluídos.

O debate no interior da CMP buscou refletir sobre a estrutura, o funcionamento, o papel e os critérios de participação. Em relação aos critérios para participação no congresso de fundação, a seleção dos delegados foi realizada em duas etapas. A primeira consistiu nas plenárias de movimentos específicos e não escolhia delegados para o Congresso.

A segunda etapa ocorria em plenárias municipais ou regionais, com a participação dos movimentos populares que haviam realizado suas plenárias específicas, nas quais elegiam delegados para o Congresso Nacional, desde que respeitado o quórum mínimo de 10 representantes por plenária. Nesta segunda etapa (plenária municipal) elegiam-se 15% dos participantes como delegados para o

¹⁰ Gohn, Maria da Glória. In “ Movimentos Populares Urbanos- Crise e Perspectivas” Fase?Cidades 1992, p. 28.

Congresso. Havia ainda a plenária estadual, que realizava a discussão política com os delegados eleitos nas plenárias anteriores.

No período entre a 2ª Plenária dos Movimentos Populares e o Congresso de Fundação da CMP, em 1993, travou-se um intenso debate, com vistas à elaboração de propostas que unificassem as “bandeiras de luta”. Em relação a elas, Raimundo

Bonfim observa que *“entre as muitas bandeiras de luta da CMP, eu destacaria a questão da participação popular, da elaboração de políticas públicas, além das reivindicações específicas nas áreas da saúde, da educação e da habitação”*¹¹.

A CMP realizou seu I Congresso em 1996, na Praia Grande, SP. Entre seus eixos e bandeiras de luta, propostos nesse Congresso, destacaram-se a ruptura do acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI, o não pagamento da dívida externa, a luta pela ampliação dos gastos públicos com saúde, educação e habitação, pelo aumento do salário mínimo, a favor da Reforma Agrária, pela implantação de políticas que gerassem empregos e pela aprovação do Fundo e do Conselho Nacional de Moradia Popular, entre outras.

Para o período seguinte (1997, 1998 e 1999), a CMP propôs a ampliação de bandeiras de luta relacionadas com a participação na elaboração do orçamento participativo, na luta por políticas de habitação e reforma urbana, contra a violência e a favor de mais verba para as áreas sociais, a favor de uma política de geração de empregos e apoio às manifestações em defesa da reforma agrária.

O 2º Congresso da CMP, realizado entre os dias 13 e 16 de maio de 1999, em Belo Horizonte, seis anos após sua fundação, contou com a participação de cerca de 459 delegados dos movimentos de moradia, saúde, educação, crianças e adolescentes, mulheres, negros e negras, pessoas com deficiência, associação de moradores, gays e lésbicas.

¹¹ Bonfim, Raimundo. “Central de Movimentos Populares – CMP. Um instrumentos de luta dos movimentos populares - Março de 1999, p. 18.

Nesse Congresso, a CMP passou por transformações profundas no que se refere ao seu eixo principal de lutas. Foi retomada a discussão dos eixos que nortearam o Congresso de Fundação: direitos humanos, cidadania. Aos eixos do 1º Congresso, em 1996, foram acrescentados reforma agrária e reforma urbana. No 2º Congresso, o eixo de luta passou a ser “Políticas Públicas com a Participação Popular”. Este eixo, a juízo dos dirigentes, perpassava todas as atividades desenvolvidas pela entidade, sem descartar as propostas anteriores. Os delegados presentes nesse congresso entendiam que esse eixo tinha um caráter amplo e aglutinador, enquanto os eixos anteriores eram mais restritos, vinculando-se mais a lutas específicas.

As questões de cidadania e moradia foram suas frentes prioritárias de luta. Entre os principais objetivos estavam presentes a articulação dos diversos movimentos e a unificação das lutas, a qualificação desses movimentos para o fortalecimento de suas formas de mobilização e de organização, bem como o estímulo ao trabalho de base desses movimentos.

Em 2000, a CMP instituiu o dia 31 de maio como o Dia Nacional por Políticas Públicas com Participação Popular, de forma que as entidades parceiras da CMP foram às ruas em todo o país defender a participação popular na implantação de políticas públicas.

Em 2003, a CMP realizou o seu 3º Congresso Nacional, na cidade de São Paulo. Na ocasião comemorou seus 10 anos de existência e realizou um balanço crítico, expresso em uma das teses denominada “Conjuntura” e assumida pela maioria dos dirigentes. Este balanço será comentado nas Considerações Finais.

O 3º Congresso Nacional da CMP ocorreu em um momento de grandes desafios para as lutas populares em nosso país. De um lado, a sociedade brasileira convive com transformações estruturais profundas, que trazem em seu bojo o ajuste na economia, as altas taxas de juros, desemprego e subemprego. E de outro, a esperança para os movimentos populares com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, ao se sentirem parte importante dessa vitória pelas lutas travadas e pela identificação com a figura de homem do povo que o presidente

simbolizava. Vale lembrar que o governo do presidente Lula representava também a esperança de que suas reivindicações fossem finalmente atendidas, tendo em vista seu passado político e os compromissos assumidos, por ele e por seu partido, o PT, com as causas populares.

2. A Estrutura da Central de Movimentos Populares: princípios, organização e propostas

No Congresso Nacional de 1993 (Congresso de Fundação da CMP), ao qual já se fez referência, definiu-se uma estrutura com realização de um congresso a cada três anos, sendo ele a instância máxima de deliberação. Anteriormente ao congresso seriam realizadas plenárias populares em nível nacional, estadual e municipal. Essas plenárias funcionariam como instâncias intermediárias de deliberação dos planos conjunturais.

A estrutura da CMP compreendia:

1. Uma Direção Nacional composta por 18 membros, sem presidência ou coordenação, uma Executiva Nacional, eleita por critérios de regionalidade, além de secretarias compostas por membros da Direção Nacional.
Os estados não eram obrigados a seguir esta estrutura, podendo construir a mais adequada às suas realidades sociais e políticas.
Em seu início, a CMP se organizava em 19 estados e em 05 municípios do Estado de São Paulo.
2. A Coordenação Nacional, eleita entre os representantes dos estados e referendada pela Direção Nacional.
3. A Executiva Nacional, colegiada, garantindo a participação de pelo menos 1 (um) representante por região do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste,

Sul e Sudeste. Tem a função de encaminhar as deliberações da Coordenação Nacional.

4. As Secretarias, construindo políticas e operacionalizando ações nas seguintes áreas: finanças, organização, formação e comunicação, relações internacionais e políticas sociais.

A CMP compreende as seguintes secretarias:

- Secretaria de Organização: tem por objetivo a organização interna e, principalmente, a política de articulação da CMP nos estados;
- Secretaria de Finanças: tem como propósito discutir e ampliar politicamente questões financeiras da CMP, procurando viabilizar a auto-sustentação;
- Secretaria de Formação e Comunicação: tem como objetivo elaborar um plano de formação para CMP e estabelecer contatos com Centros de Assessoria, visando aprofundar os diversos níveis de formação;
- Secretaria de Relações Internacionais: objetiva estabelecer e aprofundar laços com a América Latina, entidades da Europa e divulgar a CMP em outros países;
- Secretaria de Políticas Sociais: sua finalidade é abastecer e manter a articulação e organização da CMP através das lutas, estabelecer vínculos com ONGs e com estados, visando à proposição de políticas públicas.

No 1º Congresso, realizado em 1996, além dos representantes dos estados, também foram eleitos representantes por movimentos e setoriais de caráter nacional, podendo ter no mínimo 1 (um) e no máximo 3 (três) representantes por estado. Entretanto, com algumas exceções, os representantes de movimento de caráter nacional não acompanhavam sistematicamente as ações da CMP, revelando uma dificuldade em acompanhar as deliberações dessa entidade.

Outra dificuldade importante da estrutura foi a área das finanças, em virtude dos escassos recursos provenientes das agências de cooperação internacional. Em face dessas dificuldades, a CMP propôs uma estrutura mais ágil e enxuta, de forma a possibilitar a articulação dos diversos movimentos em torno de lutas estratégicas como fóruns, plenárias, encontros com ampla participação.

Os Congressos continuariam a ser realizados a cada 3 anos, constituindo a instância máxima de deliberação.

A Direção Nacional passou de 18 para 17 membros em sua composição, tendo sua forma de composição alterada em virtude da extensão territorial e das dificuldades financeiras para realizar as reuniões. A escolha da direção seria política não atendendo apenas o critério de representação dos estados, movimentos e setoriais, mas com a preocupação de expressar as diferentes visões políticas. Foi, então, proposta a formação de chapas com critérios de proporcionalidade. A Executiva Nacional passou a ser composta por 5 (cinco) representantes, escolhidos entre os membros da Direção Nacional.

O 2º Congresso da CMP, realizado em 1999, apontou a necessidade de rever a forma de escolher a sua direção e trabalhar melhor a capacitação de seus dirigentes eleitos. Discutiu-se mais uma vez acerca da estrutura política da direção. A Direção Nacional permaneceu com 17 (dezesete) membros e a Executiva Nacional passou a ser composta por 7 (sete), sendo que cada membro deveria ser responsável por uma das linhas de ação da CMP: mobilização, formação, organicidade, comunicação, relações internacionais, finanças e setoriais. O Congresso Nacional permaneceu a cada 3 (três) anos, com uma plenária nacional anual. Essa mudança inclui reuniões trimestrais da Direção e da Executiva Nacionais.

O 3º Congresso Nacional da CMP, realizado em 2003, deliberou sobre a estrutura política e organizativa. O Congresso Nacional passou a ser realizado a cada 4 (quatro) anos, em função do calendário eleitoral brasileiro, que torna difícil em ano de eleição conseguir grandes mobilizações nacionais. Como ocorre um

ano com eleição e outros três sem, num mandato de 4 (quatro) anos, restariam 3 (três) anos para organizar uma agenda de mobilizações.

Foi mantida a Plenária Nacional Anual, devendo realizar-se sempre em março de cada ano com membros das direções estaduais e dos coletivos regionais. Foram definidas as Direções Regionais, cada uma delas composta por 2 (dois) representantes de cada estado que tenha direção constituída. Cada região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) deve compreender no mínimo dois estados com direção constituída.

Criaram-se Setoriais, que deverão ter coletivos que se reúnam a cada 6 (seis) meses, para traçar políticas e distribuir tarefas de acordo com a área de sua atuação. Os membros da Direção Nacional participarão dessas reuniões. Para Raimundo Bonfim, os setoriais têm o papel de reunir as militâncias para que tragam para a Central, temáticas específicas e suas importâncias. São espaços temáticos com o papel de trazer propostas. Em São Paulo, temos setoriais de mulheres, de negros e negras, de moradia. Esses setoriais variam de estado para estado.

A estrutura da CMP é, na opinião de seus dirigentes, algo que deve ser constantemente avaliado, com o objetivo de colocar para a entidade o alcance de um grande desafio, ou seja, tornar-se uma entidade aglutinadora, eficiente, democrática e aberta a todos os movimentos sociais e populares do Brasil.

Princípios da CMP

A CMP, no intento de contribuir com a qualificação dos movimentos populares para que estes se assumissem como sujeitos de uma nova cultura social e política, fundamentou-se em alguns princípios básicos: ¹²

¹² IN Balanço e Perspectivas na Construção da Central de Movimentos Populares. Documento sem ano, p. 17.

- ✓ Democracia: cada movimento deve assegurar a todos os seus membros o acesso às informações e aos debates, o direito de participar das decisões internas, a pluralidade cultural e a forma de organização de cada movimento.
- ✓ Representatividade: as entidades não devem ser apenas cartoriais, mas representantes dos reais interesses dos movimentos. As direções devem ser eleitas de forma a serem representativas das lutas do movimento.
- ✓ Ser de base: o movimento deve ter um trabalho organizado capaz de qualificar sua participação na luta coletiva e evitar o distanciamento entre a direção e a base.
- ✓ Ser de massa: o movimento não deve se reduzir a um pequeno número de representantes, mas buscar envolver ao máximo os interessados, a fim de fortalecer a luta popular.
- ✓ Ser classista: os movimentos devem lutar pelos direitos e demandas das classes populares, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade sem opressão econômica, política e cultural.
- ✓ Ser combativo: lutar pelos interesses populares sem se curvar ao clientelismo ou à cooptação de grupos econômicos ou políticos.
- ✓ Solidariedade e fraternidade: constituem valores que os movimentos devem cultivar, apoiando-se mutuamente visando às realizações coletivas dos movimentos.

Estes são os princípios que orientavam a ação dos movimentos populares na caminhada conjunta pela busca de uma nova sociedade.

Esses princípios são reconhecidos por Pedro Pontual ao afirmar que:

“A Central de Movimentos Populares significa construir um espaço onde prevaleçam os princípios de autonomia, de representatividade, do respeito à diferença, da unidade na diversidade, da construção coletiva do poder e do conhecimento da democracia na suas diversas instâncias de relações. A Central de Movimentos Populares nasce com a meta de constituir-se como pólo que aglutina setores dos movimentos¹³.

Os dirigentes da CMP acreditavam que ela, ao se revestir da representatividade dos movimentos populares, tornar-se-ia a expressão nacional de suas demandas, reivindicações, propostas e lutas, podendo afirmar-se como interlocutor autorizado junto à sociedade civil, ao Estado, à mídia e à realidade internacional.

Organização da CMP

Falar na organização e propostas da CMP implica enunciar seu papel e objetivos. Ela esteve presente em vários momentos políticos desde sua fundação em 1993, colocando para si o papel de articular os movimentos populares na luta por conquistas que permitissem mobilizar e organizar a população.

Tem por objetivo *“construir um projeto popular alternativo, rumo ao socialismo,¹⁴ organizando e mobilizando os movimentos populares no combate ao projeto neoliberal, tornando-se uma referência na luta por políticas públicas com participação popular”*

Assumiu o caráter de uma entidade que denuncia, contesta e propõe. E nesta direção participou efetivamente das lutas gerais do país. Para os dirigentes da CMP, era necessário criar uma Central Nacional que fosse capaz de unificar o processo de construção e fortalecimento do movimento popular, ou seja, mesmo abrigando

¹³ Pontual, Pedro. IN “movimentos Populares – Projetos Políticos, Cidade” Fase. 1993, p.12

¹⁴ **rumo ao socialismo** Esta afirmação, encontrada em muitos documentos da CMP, esclarece pouco o conceito de “socialismo”. Pode-se, no entanto, verificar que se trata do término da sociedade capitalista, de sua exploração e dominação sobre as classes trabalhadoras, com a superação do conflito capital-trabalho.

diferentes movimentos, respeitar suas especificidades, sem nenhuma pretensão de uniformizar.

A CMP pretendeu ser um importante fator de estímulo à organização, mobilização e articulação dos movimentos populares, sem, contudo, substituí-los, mas apoiando e reforçando suas lutas específicas. Ao mesmo tempo, a CMP ressaltava a importância do processo de transformação social para o conjunto dos movimentos populares de modo a fundamentar, coletivamente, a construção de seu projeto político de uma sociedade mais democrática e mais igualitária.

A CMP realizou atividades permanentes e planejadas. Entre as planejadas, destacou-se o Seminário Internacional de Solidariedade – SIS; uma articulação Internacional entre a CMP e a Missão Central dos Franciscanos, entidade sediada em Bonn, na Alemanha, com o objetivo de trocar experiências. As atividades eram definidas anualmente de acordo com a conjuntura.

Compunham a agenda permanente da CMP manifestações como o “Grito dos Excluídos”, realizada todos os anos, no dia 7 de setembro e organizada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em parceria com a CUT e MST (esta atividade acontece desde 1995 e tem por objetivo denunciar a exclusão social e cobrar providências do Governo); o Dia Internacional da Mulher, (8 de março), o Dia Nacional de Luta por Políticas Públicas (31 de maio); a participação nos fóruns e conselhos.

A organicidade da CMP era trabalhada a partir de três áreas que se integram para fortalecer a luta geral proposta no eixo político: filiação, formação e política de finanças. As filiações deviam acontecer a partir dos municípios e dos estados e contemplar os mais diversos movimentos. Para consolidar a formação de novos quadros dirigentes, era preciso considerar as experiências de cada movimento.

Outro aspecto referia-se à organicidade da CMP nos estados. Nesse tocante, a CMP definiu como meta ampliar sua responsabilidade nos estados, ou seja, contar com CMPs estaduais e municipais devidamente estruturadas e setoriais temáticos que fossem, de fato, espaço de debates políticos.

Em sua fundação a CMP contava com a participação de 22 estados brasileiros. Na ocasião do 2º Congresso em 1999, chegou a ter apenas 10 estados participando. Hoje a CMP está organizada em 17 estados, a saber: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina (Sul); Acre, Pará (Norte); Piauí, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Paraíba (Nordeste); Goiás (Centro-Oeste); São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo (Sudeste).

Não é objetivo desta pesquisa aprofundar a trajetória das CMPs estaduais. Entretanto, como esse estudo realiza-se na cidade de São Paulo e como a CMP Nacional funciona na mesma sede da CMP-SP, considero importante trazer alguns elementos da constituição da CMP-SP, até mesmo pela proximidade física existente entre elas.

A CMP Nacional possui sede própria adquirida com recursos provenientes da organização não-governamental internacional E-Changer (Suíça). Sua sede localiza-se no bairro da Saúde na cidade de São Paulo e divide este espaço com a CMP-SP. A articulação dos movimentos populares do Estado de São Paulo sempre foi de especial relevância. São Paulo é o maior pólo urbano do país e sua região metropolitana foi cenário de inúmeras lutas populares, possuindo grande número de movimentos populares e variadas articulações temáticas.

Entre os movimentos populares da região metropolitana de São Paulo, destacam-se os de transporte, moradia, educação, saúde, mulheres, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência. A participação desses movimentos se pautava em grande parte, pelas situações de desigualdade social da cidade e pelas diferentes conjunturas que nela se conformam, principalmente, na contemporaneidade, com os impactos perversos do projeto neoliberal.

Tais impactos agravaram a questão social em suas diferentes manifestações de exclusão social, com alterações sócio-econômicas que afetaram diretamente a qualidade de vida da maioria da população de São Paulo, com o desemprego estrutural, violência crescente, aumento de favelas etc. Os graves efeitos dessa crise podem ser observados pela evolução dos indicadores de emprego: 15,9% de

desempregados só no município de São Paulo, face à população ativa (dados de agosto de 2001 da Fundação Seade- Dieese).

Alguns dados acerca da evolução do emprego nos setores industriais e de serviços no município de São Paulo nos últimos anos da década de 90 revelam a gravidade da situação. As tabelas 1 e 2 mostram que, em 1997, foram oferecidos 2.474.444 empregos e que este número foi reduzido para 2.222.518 em 1999.

Por outro lado, o Censo de 2000 (tabela 3) mostra que os chefes de família sem rendimento representavam 10,43% da população paulistana economicamente ativa; os chefes com renda até 1,5 salários mínimos representavam 9,6% e os com renda de 1,5 a 3 salários mínimos representam 20,03%. Conclui-se, pois, que 40,06% dos chefes de família ou não tinham renda ou ela era insuficiente para uma vida com um mínimo de dignidade.

Essa situação era ainda mais grave ao considerar os domicílios precários de favelas que totalizavam quase um milhão de pessoas (tabela 4).

TABELA 1

Estabelecimentos e Empregos nos Setores: Indústria de Transformação, Comércio e Serviços.

	Industria Transformação	Comércio	Serviços	outros(*)	Empregos 1999
Município	448.828	443.146	1.134.598	195.946	2.222.518

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relatório Anual de Informações Sociais / RAIS 1999 - DATAMEC

Elaboração: SEMPLA – Departamento de Informações / DEINFO - Equipe Atividades Econômicas
(*Inclui Agricultura, Extrações Minerais, Indústria da Construção Civil, Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Obs: Esta tabela não inclui 773.316 empregos da Administração Pública no Município, cujos dados não permitem tratamento espacializado por Distritos Municipais. Também não inclui empregos da categoria Outros/Ignorados.

TABELA 2

**Empregos nos Setores: Indústria de Transformação, Comércio e Serviços
Município de São Paulo**

	Indústria Transformação	Comércio	Serviços	outros(*)	Empregos 1997
Município	563.086	447.766	1.222.852	54.410	2.474.444

Fonte: Ministério do Trabalho/relatório Anual de Informações Sociais / RAIS. DATAMEC – Sistema Processamento de Dados

SEMPLA - Depto Informações / DEINFO - Equipe Atividade Econômicas

1. Os dados representam 76% dos empregos existentes em relação à RAIS 1997.

Exclui Administração Pública e Outros.

TABELA 3

CHEFES DE FAMÍLIA

	POPULAÇÃO TOTAL 2000	Total	Sem renda	% Sem renda	Com até 1,5 sm	% Com até 1,5 sm	com 1,5 a 3 sm	% Com 1,5 a 3 sm
CHEFES DE FAMÍLIA								
	Com 3 a 5 sm	% Com 3 a 5 sm	Com 5 a 10 sm	% Com 5 a 10 sm	Com 10 a 20 sm	% Com 10 a 20 sm	Com + de 20 sm	% Com + de 20 sm
SÃO PAULO	535.157	17,92	625.626	20,95	347.065	11,62	281.987	9,44

Fonte: IBGE/2000

TABELA 4

DISTRITO	Nº de Favelas	Domic.	Pessoas/ Domicílio	População		
				Total	Homens	Mulheres
MUNICÍPIO	1.067	250.660	3,63	909.370	448.147	461.223

Fonte: IBGE – Sinopse do Censo 2000

Elaboração: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano/Sempla - Departamento de Informações/Deinfo

Obs.: O Ibge só considera favela núcleos com mais de 50 barracos

Foi essa situação de exclusão aos direitos sociais básicos a que estava submetida a maioria da população que mobilizou a CMP-SP para atuar com bandeiras de luta contra a violência, o extermínio de crianças e adolescentes, contra a recessão e o desemprego.

A CMP-SP realizou, entre 1993 e 1999, três congressos estaduais e se consolidou na época como entidade representativa da articulação dos movimentos populares.

Em suas manifestações, bem como em suas lutas gerais, participou da organização do Grito dos Excluídos, das atividades do Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania, do Dia de Luta por Políticas Públicas, da manifestação do Dia Internacional da Mulher. Nessas atividades contou com a participação dos seguintes parceiros: CUT, CNBB, pastorais sociais, MST, SOF-Organização Sempre Viva Feminista, entre outros.

Os movimentos populares do Estado de São Paulo participaram, nos anos 1990 e 1991, da organização de uma grande plenária realizada na cidade de Santos, constituindo um embasamento necessário para participar, em 1993, do Congresso de Fundação da CMP com o maior número de representantes.

Em 1994, a CMP-SP realizou a Plenária Estadual de Lutas, em preparação à 1ª Plenária Nacional de Lutas, realizada em 1994, em Guarapari (ES), que teve por objetivo aprofundar com os movimentos populares nacionais o processo de consolidação da CMP, bem como, fortalecer a articulação entre esses movimentos, a exemplo da Luta por Políticas Públicas com Participação Popular, O Grito dos Excluídos etc.

Cabe destacar que, em 1995, a CMP-SP teve participação emblemática na Caravana Nacional de Movimentos Populares para Brasília, ocasião em que foram entregues ao presidente Fernando Henrique Cardoso suas propostas para as políticas públicas.

A CMP-SP, para além dessas bandeiras de luta na área metropolitana, esteve sempre vinculada às prioridades gerais da CMP-Nacional, participando de sua agenda de lutas e estratégias de mobilização: congressos, plenárias, caravanas e comemorações de datas significativas para as conquistas.

No que se refere à sua organicidade interna, a CMP-SP é composta pelos setoriais da criança e adolescente, de negros e negras, de mulheres.

A organização desses setoriais tem representado para a CMP-SP grandes desafios pelas dificuldades encontradas em articular movimentos ligados a esses temas. O mais consolidado deles é o de mulheres. Vale ressaltar que as mulheres têm se constituído em maioria na base dos movimentos populares, nas reivindicações por melhorias, serviços e equipamentos coletivos.

É importante ressaltar que a organização desses setoriais envolveu temas específicos. No entanto, os participantes procuraram se pautar, em suas discussões, pelo entrelaçamento entre os vários movimentos para abordagens e lutas acerca de questões mais amplas, visando a unificação em torno das bandeiras de luta prioritárias para a CMP.

Desenvolveram atividades permanentes na linha da capacitação visando a troca de experiências com os movimentos filiados. Para o desenvolvimento dessas

atividades, contaram com parcerias estabelecidas com a USP, PUC, Instituto Polis, Instituto Santos Dias e entidades ligadas ao MST.

Ainda nos marcos de sua organização, a CMP-SP atuou nas grandes mobilizações com parceiros como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores, partidos ditos de esquerda (PT, PSTU e PC do B), pastorais sociais da Igreja Católica (de jovens, idosos, população em situação de rua etc).

Desenvolveu parceria com o governo cubano, possibilitando que estudantes brasileiros, filhos de lideranças, pudessem freqüentar cursos de Medicina e Educação Física nesse país. Ao retornar, deveriam cumprir uma carga horária na CMP realizando trabalhos comunitários.

Outra parceria da CMP-SP foi com a Secretaria Latino Americana de Vivienda Popular- SELUIP, na Argentina, Uruguai e Paraguai. A parceria era constituída por troca de experiências e informações.

Dessa forma, a CMP-SP realizou um trabalho que estimulou a participação dos movimentos na luta pela constituição de um projeto democrático de sociedade.

Propostas da CMP

As propostas de ação da CMP originaram-se de seus eixos de luta e de suas bandeiras específicas. Os eixos de luta compreendiam as lutas mais amplas assumidas pelos movimentos específicos, enquanto as bandeiras de luta se davam no campo imediato, envolvendo propostas concretas de luta que se complementam àquelas já estabelecidas por cada movimento específico.

Nas propostas de atuação da CMP, havia as de caráter estrutural, outras relacionadas a soluções dos problemas da vida cotidiana e ainda aquelas voltadas para a formação de interlocutores que lutavam pelo alcance de direitos sociais.

Algumas dessas propostas estavam presentes desde a ANAMPOS e permearam todo o processo de construção da CMP. Possuíam características gerais e amplas, entre as quais se destacava a de articular os diversos movimentos e unificar suas lutas, bem como qualificar os movimentos para que fossem capazes de elaborar e propor políticas públicas, superando o estágio apenas reivindicativo.

Nesse caminho de lutas gerais, a CMP, junto com outros parceiros, participou do Fórum Social Mundial, Fórum Nacional de Lutas, Plebiscito da Dívida Externa e do Grito dos Excluídos (atividades mencionadas, em anexo, na Cronologia das Lutas e Atividades da CMP).

No que se refere aos aspectos econômicos houve a luta pela ruptura com o Fundo Monetário Internacional-FMI, o não pagamento da dívida externa, a suspensão e revisão das privatizações, o aumento do salário mínimo etc.

Em suas propostas para a área social, merecem citação a ampliação dos gastos públicos com saúde, educação, habitação, políticas públicas para as áreas de idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, as reformas agrária e urbana, políticas de geração de emprego etc.

Essas propostas eram acompanhadas de inúmeras estratégias como debates de temas, seminários, cursos de capacitação, marchas, encontros. Foram essas estratégias que, de certa forma, fortaleceram a luta dos movimentos populares e deram legitimidade à CMP.

A trajetória da CMP, em sua abrangência, evidencia a importância da participação dos movimentos populares, que vêm, teimosamente, contribuindo, com suas experiências, para a consolidação de uma democracia participativa e deliberativa.

É neste cenário, de riqueza e diversidade dos movimentos, que a CMP atua, buscando contribuir na elaboração de um projeto político que privilegie a participação popular na construção de uma sociedade mais igualitária e emancipada.

CAPÍTULO IV – OLHANDO OS DEZ ANOS DA CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES: SIGNIFICADOS DE SUA TRAJETÓRIA

1. Origem e constituição

Procurei compreender, neste capítulo, as falas dos sujeitos das pesquisas, e dar significado a elas, acerca da Central de Movimentos Populares – CMP. Destaco, com os depoimentos, a importância da criação de uma entidade que se propôs a articular e unificar a luta dos movimentos populares, com o desafio de transpor suas lutas específicas e vinculá-las a lutas mais gerais.

O surgimento e a trajetória da CMP, objeto desta investigação, deu-se no processo de reorganização dos movimentos populares e sindicais. A partir das discussões das lideranças que atuavam na construção do novo sindicalismo, a ANAMPOS - Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais foi fundada em 1980, em João Monlevade – MG.

Em sua 1ª fase, de 1980 a 1983, o objetivo principal da entidade foi a reorganização do movimento sindical, dando origem à CUT – Central Única dos Trabalhadores. Somente em sua 2ª fase, de 1983 a 1989, abriu espaço para os movimentos populares, passando a discutir a necessidade de sua unificação e constituindo, no final do período, a Pró-Central de Movimentos Populares.

Em sua 3ª fase, de 1989 a 1993, dentre várias ações, deu-se um movimento preparatório para a criação da Central de Movimentos Populares – CMP, fundada em 1993.

Frei Betto assim relatou a conjuntura de formação da ANAMPOS: “A ANAMPOS acontece no processo de abertura na virada dos anos 70 para os anos 80 e de toda a efervescência criada pelo novo sindicato e pelo Pólo Central de São Bernardo do Campo, presidido por Lula. Surge a idéia de ampliar esse leque das

forças populares em outra edição, no encontro que os representantes dos movimentos populares e dos movimentos sindicais tiveram em janeiro de 1980, em João Monlevade, na ocasião da posse do presidente do Sindicato dos Metroviários, João Paulo Pires de Vasconcelos. A idéia era que não poderiam só incensar o movimento sindical. Este estava começando a pensar num partido político, mas tínhamos que congrega sindicatos e movimentos populares, que evidentemente não podem estar atrelados a partidos políticos. Então surgiu a idéia de formar a ANAMPOS”.

Pedro Pontual também informou sobre as condições do nascimento da ANAMPOS: *“A ANAMPOS cumpriu um grande papel, conseguindo, independentemente da sua filiação partidária, obviamente que dentro do campo da esquerda, digamos assim, combativo, reunir vários movimentos em torno da afirmação de alguns princípios fundamentais. Houve a necessidade de articulação, independência em relação ao Estado, a questão da autonomia, a questão do fortalecimento da sua organização. Isso se expressa, no caso do movimento sindical, pela proposta de uma nova estrutura sindical. E, no plano dos movimentos populares, pela necessidade de articular um movimento popular forte, combativo, autônomo e independente”.*

Maria do Carmo enfatizou que, apesar do surgimento dos vários movimentos populares, advindos das novas condições sociais e políticas do país, eles eram ainda pouco valorizados em relação ao movimento sindical, no seio da ANAMPOS.

“No final dos anos 70, com as grandes greves de São Bernardo do Campo e depois se espalhando para São Paulo e para o Brasil inteiro, ocorreu uma emergência muito forte de novos sujeitos que recusaram o formato anterior, que é muito institucionalizado em padrões organizativos marcados pela

esquerda socialista. Não existia um modelo do sindicato, mas sim um modelo de transformação social, havia a subordinação do movimento social aos partidos socialistas. Tínhamos, no Brasil, outras subordinações muito fortes, da sociedade civil, ao coronelismo, ao populismo e ao trabalhismo na época de Getúlio. O Partido Comunista também procurava tutelar os movimentos sindicais. Havia também movimentos sociais desde o Império: o movimento de carestia, o movimento de inquilinos, de aluguéis, de organização de bairros e ainda o movimento de mulheres.

Tem-se, então, um movimento social que não é sindical, não valorizado por essa vertente socialista que prioriza a classe operária como protagonista principal da transformação, fazendo com que esses outros setores fiquem quase invisíveis, atribuindo a eles um papel menor, subalterno, coadjuvante. A ANAMPOS, embora se diga pela sigla que é uma Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais, tem uma marca principalmente sindical, embora os movimentos sociais não sindicais, não operários, sejam muito importantes nesta época”.

Afonso Póla também apontou a prevalência do sindical sobre o popular: “A ANAMPOS vislumbrava a necessidade de reaglutinar e reorganizar o movimento sindical, que havia sido bastante esfacelado no período do regime militar. Ao mesmo tempo, era preciso desenvolver ações buscando enxergar um espectro mais amplo de cidadania, que o corte sindical muitas vezes não abrange. Alguns setores não se viam representados no movimento sindical, pois uma central sindical se dedica, prioritariamente, a questões relacionadas com o mundo do trabalho. Penso que esse foi o principal motivo para se criarem duas centrais: uma sindical e outra popular, com ações distintas”.

Nesse período, a ANAMPOS realizou encontros nacionais, reunindo lideranças sindicais e populares, independentemente de sua filiação partidária. Suas pautas incluíam temas básicos como desemprego, legalidade das greves e criação da CUT, num cenário de rearticulação política e participativa, tanto das forças sindicais quanto dos movimentos populares. Estava presente a discussão dos papéis dos movimentos popular e sindical. Contudo, a articulação do novo sindicalismo tomava o centro das atenções da ANAMPOS e os movimentos populares, não sindicais, ficavam num segundo plano.

Essa organização das oposições sindicais deu origem à primeira CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras e, posteriormente, à criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Maria do Carmo concordou com a predominância do movimento sindical e defendeu os movimentos populares, ao afirmar: *“O movimento popular era o irmão menor do movimento sindical”, enquanto Devanir Ribeiro demarca a importância, naquele momento, de somar esforços, afirmando que, “na greve de 1978, tivemos um apoio muito grande do movimento popular espalhado pela cidade. Instituímos um fundo de greve para arrecadar fundos, para distribuir mantimentos e foi aí que eu descobri a força que tinha o movimento popular. Mostrei para o Lula e para o Olívio Dutra que estávamos equivocados, que precisavam existir a Central de Trabalhadores e a Central de Movimentos Populares”.*

O movimento sindical ganhou força e visibilidade social reorganizando suas bases e constituindo-se em importante sujeito político em sua luta pela construção de uma estrutura própria. Por outro lado, os movimentos sociais presentes no cenário nacional expressavam suas lutas por autonomia, garantia de direitos de cidadania e qualidade de vida, mobilizando-se a partir dos bairros ou de espaços da comunidade, onde se reuniam para traçar estratégias de lutas.

Os movimentos sindicais e populares eram bastante diferentes. Enquanto os movimentos sindicais tinham sua identidade dada por uma ideologia, pela questão de classe social e pelas relações entre capital e trabalho, os movimentos sociais não tinham uma base classista. Possuíam em comum a busca da autonomia e a democracia participativa. Várias de suas demandas se cruzavam e muitos interesses que a ala sindical e popular articulavam eram comuns, tanto no que se referia ao plano econômico e social, como político. Entretanto, enquanto um tinha recursos para manter uma estrutura organizativa consistente, o outro se desenvolvia na informalidade.

Flávia Pereira ilustrou bem esse momento, quando afirmou: *“Os sindicalistas sempre foram muito fortes e sempre tiveram estruturas. Eles defendiam a importância de fundar a central sindical porque ela poderia se relacionar em nível internacional, buscando contribuições e ter um papel informador. Não era um papel tão reivindicativo. Já os movimentos populares nunca tiveram estrutura, aglutinavam muita gente em torno de reivindicações por melhores condições de vida, do bairro, da saúde, de educação, de creche etc. Era difícil manter a Central, já que os movimentos associados não tinham estrutura. Estrutura é dinheiro, prédio, pessoal e recurso para promover capacitação”*

O avanço do movimento sindical, capitaneado pela ANAMPOS, levou à criação da CUT, em 1983. A ANAMPOS viveu então sua segunda fase, na qual o setor sindical se separou do popular. Passou a convergir seus esforços para se consolidar apenas como Articulador Nacional de Movimentos Populares.

É o que sugeriu **Frei Betto**, ao dizer: *“Quando a CUT foi criada, o “S” de ANAMPOS deixou de ser sindical e passou a ser plural de populares. Ficou claro que o movimento sindical luta especificamente pela relação de trabalho, enquanto o movimento popular luta por demandas de cidadania da sociedade civil em geral”*.

Esse processo, que se instalou após a criação da CUT, instaurou o debate sobre a necessidade de organizar os movimentos populares em uma instância central e que poderia ser uma “Central de Movimentos Populares”.

Entre os movimentos não havia unanimidade em relação à criação de uma Central. Alguns assessores que vinham acompanhando esse debate se preocupavam com a adoção do termo “Central”, pois poder-se-ia correr o risco de haver uma centralização dos movimentos, levando-os a perder sua autonomia.

Essa preocupação consta na fala de **Maria do Carmo**, quando disse:

“O movimento popular luta para firmar seu papel e, ao mesmo tempo, começa a querer adquirir o formato de movimento sindical. O movimento popular tem valores, outras forças, que são justamente os que vêm da sua liberdade, da sua pluralidade e de sua heterogeneidade. Ao querer se comparar e adquirir o formato de Central, semelhante a uma central sindical, fica inferiorizado. O movimento sindical tem recursos para ter quadros, salários e carreira. O movimento popular não tem nada e para oferecer para suas lideranças. Os próprios movimentos, por serem heterogêneos e dispersos, temiam também perder sua autonomia ao se unificar em uma entidade.”

Pedro Pontual compartilhava da preocupação dos movimentos populares em relação à autonomia e compreendia a Central de Movimentos Populares como “um espaço onde prevaleçam os princípios de autonomia, da representatividade, do respeito à diferença, da unidade na diversidade, na construção coletiva do poder e do conhecimento, da democracia nas suas diversas instâncias e relações.”

Estas posições eram contrárias à criação de uma entidade representativa dos movimentos populares mais democrática no que se referia à articulação, deles e de

suas lutas. Por outro lado, muitos dirigentes defendiam a importância da criação da Central.

Disse **José Albino**:

“A Central vem da necessidade de existir um ator na vida urbana que pudesse concentrar as diversas experiências de uma política de reivindicação no que diz respeito às políticas públicas (...) O período de 80 a 93 foi de muita conversa, seminários e articulações, com a tentativa de convencimento por parte de alguns intelectuais, que acreditavam que nós não

podíamos centralizar o movimento popular e que não podíamos ter uma entidade que fosse uma espécie de chapéu do movimento. E a nossa proposta não era nada disso. Foi um período de convencimento e o Frei Betto foi um dos que nos ajudou muito a convencer o meio intelectual da importância de ter uma entidade do movimento popular; Em 1993 realizamos o 1º Congresso de Movimentos Populares e criamos a Central dos Movimentos Populares, em Belo Horizonte. A partir daí, começamos a ir para os estados, a fim de discutir com os movimentos a necessidade de organizar a sua entidade. A Central dos Movimentos Populares nasce com a proposta de ser uma entidade autônoma e para que o movimento tivesse independência” .

Raimundo Bonfim relata:

“A ANAMPOS, a partir da criação da CUT em 1983, passou a articular apenas os movimentos populares e continuou com esse papel até 1989 , quando foi dissolvida. Em 1990 foi criada a Comissão Pró-Central de Movimentos Populares, com a tarefa de criar a Central de Movimentos Populares. A idéia de criar duas centrais já era discutida no interior da ANAMPOS, com Olívio Dutra, Frei Betto, Pedro Pontual e outros, mesmo antes da fundação da CUT. A CMP surge a partir de um

grande debate de que o movimento popular tinha um papel estratégico e que não era secundário”.

Djalma Costa disse:

“O período da fundação da CMP representou um processo extremamente rico, do ponto de vista da discussão política, de pensar a organização enquanto nascente de uma história de acúmulo de experiências de participação popular. Já a ANAMPOS serviu para aglutinar, por um período, tanto o movimento sindical quanto o popular”.

Para **Frei Betto**, *“o objetivo era criar uma articulação bastante democrática de movimentos populares brasileiros. Nós, assessores, que rodávamos muito o Brasil, constatamos que havia vários movimentos numa mesma área de atuação. Por exemplo, o movimento de mulheres. No Rio de Janeiro, um movimento de mulheres; eu ia pra Chapecó, e lá também havia um movimento de mulheres. Só que um movimento não sabia do outro. Um movimento não passava sua experiência para o outro. Nós assessorávamos movimentos similares, e víamos cada um indo para uma direção, com uma proposta diferente. Não que todos devam ir na mesma direção”* (Cartilha da CMP. Março de 1999: 10-11).

Nessa conjuntura de debates e discussões, surgiu de forma efetiva a idéia de uma Central de Movimentos Populares, no VIII Encontro Nacional de Movimentos Populares, realizado pela ANAMPOS, em 1990. A proposta de criação de uma Pró-Central de Movimentos populares refletiu o estado em que se encontrava a questão da centralização e articulação. A decisão pela não criação imediata da CMP considerou a fragilidade e dispersão dos movimentos naquele momento, instalando assim um período de preparação e organização da CMP.

Em 1990, foi realizada, em Brasília, a 1ª Plenária organizada pela Pró-Central. Sua criação foi justificada pela necessidade de organizar a articulação dos múltiplos

movimentos e definir critérios de participação na CMP, eixos de luta, papel e estrutura. A discussão desses critérios foi recheada de polêmicas e debates,

prevalecendo a idéia de fundar uma Central que não fosse confessional ou partidária e que tivesse como princípio norteador a não vinculação com a Igreja, partidos políticos e sindicatos.

Instalou-se uma polêmica acerca do veto para segmentos que não fossem considerados populares. Nesse sentido, foi excluída a filiação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ligadas à Igreja Católica. Para **Frei Betto**, que se destacava na condução desse debate, “*embora as CEBs fizessem parte do*

movimento social, elas não eram movimento popular e sim movimentos pastorais confessionalizados”.

A exclusão deste segmento, que sempre esteve ao lado dos movimentos e que formou importantes lideranças, causou descontentamento e questionamentos junto a alguns líderes dos movimentos populares.

Após um longo processo de discussão e debate, a CMP foi fundada em 1993, provocando, em alguns participantes, desconfianças quanto à sua capacidade de cumprir o papel para ela estabelecido. **Maria do Carmo**, a esse respeito, disse:

“Quando a CMP nasce em 1993, está terminando um ciclo, uma fase dos movimentos sociais, muito marcada pelo papel de serem transformadores da sociedade, de um movimento que tinha se formado na ditadura, para derrubá-la. Em 1989, quatro anos antes da formação da CMP, houve a derrocada do socialismo real e a utopia de transformação da sociedade um baque muito grande. Aquelas forças unificadoras das décadas de 70 e 80 ficaram profundamente fragilizadas. Desta forma, a CMP nasce na hora em que o movimento social estava sofrendo um baque muito grande e no fim do ciclo. É quase um nascimento póstumo”.

Nesse período, outra questão tomou o centro do debate: a CMP deveria articular ou dirigir os movimentos sociais?

Como se pôde constatar, não houve, até esse momento, entre os participantes, consenso em relação a muitas posições. Foi possível, pelos depoimentos, vislumbrar tendências e compreensões distintas da política, da participação, da organização e mesmo dos pólos de poder existentes neste grupo.

Enquanto uns entendiam que o papel da Central é articular, outros acreditavam que é dirigir. Para todos, entretanto, esta era uma questão difícil.

Como disse o **Dito**: *“É uma questão extremamente complicada esta, porque a CMP não é um movimento. Ela é uma articulação e, nesse sentido, articula agendas gerais e específicas. Ela não é uma rede, porque tem uma hierarquia, e a concepção que nós do movimento temos hoje é que a rede funciona de forma horizontal. A CMP tem uma horizontalidade, mas também tem uma verticalidade na sua estrutura. Do ponto de vista do enfrentamento com o poder público para implantação de políticas públicas, a CMP é uma articulação de movimentos. A relação entre a pauta do movimento popular e a pauta mais geral da CMP tem que ser muito bem combinada”*.

Alguns entrevistados pensavam a CMP apenas como articuladora das ações dos movimentos. **Frei Betto** assim se posicionou: *“Na minha opinião deve articular, jamais dirigir. Ela pode propor pautas, de uma maneira muito democrática, mas jamais dirigir. Ela não pode ter um caráter direcionista”*.

Nessa mesma perspectiva, **Gracinha** disse:

“Deve articular e respeitar a autonomia dos movimentos. Quando você parte do princípio que vai dirigir, é necessário dar posições e linhas, e isso o movimento já tem. O que

fazemos é juntar os movimentos de acordo com o tema, articulando-os em torno de eixos. Políticas públicas com participação popular são um dos eixos que dão a liga, porque todo mundo quer participar. Temos que buscar o que nos une, uma vez que todos os movimentos vêm e é possível trabalhar em parceria”.

Pedro Pontual também se manifestou nessa direção.

“Eu acho que essa polêmica estava posta desde a origem. De um lado a gente tinha um grupo de pessoas que acreditava que o papel de uma Central seria unificar os movimentos populares em torno de determinadas bandeiras. Havia outro que acreditava não se tratar de unificar os movimentos. Na área do movimento social havia diversidades que incluíam os movimentos sociais, os movimentos culturais, os movimentos contra discriminação. Havia, então, muitos questionamentos de como imaginar um processo de unificação”.

Outros defenderam a dupla função de articular e dar direção, como **Devanir Ribeiro**, que disse:

“Acho que hoje ela articula, mas não dirige, continuando com o vício do passado. A CMP é uma articuladora sem poder de direção, porque o movimento popular tem dono. A Igreja é dona, o deputado que está lá no bairro é outro dono, o vereador que chega é outro dono, a sociedade de amigos do bairro é dona (...) Eu acho que ainda vai demorar muito até a CMP ser dirigente. Ela tem que articular e dirigir, mas ela só articula”.

Também na linha da dupla direção, **Gegê** afirmou:

“Eu defendo que a CMP seja aglutinadora, mas há momentos em que é preciso ser dirigente. Veja, nós teremos a Caravana Nacional a Brasília. E a Central para isso assume um papel de

direção. Ela aglutinará os movimentos para uma posição política que é o combate à política neoliberal. O problema é que setores dos movimentos têm medo de que ao dirigir, a Central passe a cumprir o papel do movimento popular. E isso a CMP não pode fazer”.

Raimundo Bonfim também se posicionou:

“É preciso fazer duas distinções. A CMP, enquanto entidade, é considerada dirigente, mas dirigente no sentido de estabelecer eixos. Portanto, ela não tem o papel de dirigir os movimentos populares, isso é preciso deixar claro. A CMP entende que, em seus fóruns, tem o papel de decisão, mas não o de dirigir o movimento popular. Os movimentos populares devem ter autonomia”.

José Albino disse:

“Ela tem que ser uma entidade, articular os movimentos, na tentativa de não espantar ninguém. Mas não pode ser só isso. Precisa ter uma política, uma proposta, mas é complicado, porque os movimentos que pensam ser donos da história acham isso absurdo. É um conflito interno que temos”.

A identidade da CMP, enquanto sujeito político, esteve em discussão nessas falas e apareceram claramente posições antagônicas informadas por diferenças ideológicas e políticas. Todos afirmaram a importância da CMP, mas discutiram o seu escopo. Articular sem dirigir pode levar um grupo diferente e grande a ações coletivas de impacto? Articular e dirigir pode submeter a autonomia dos movimentos a pautas de lutas que se sobreponham a pautas particulares?

Articular e dirigir sem comprometer as diferenças, a heterogeneidade e, ao mesmo tempo, garantir a unidade rumo a propostas de lutas gerais representou o grande desafio.

Uma entidade de caráter geral como a CMP tinha que legitimar sua real representatividade e capacidade de mobilização ao pretender congregar esse universo tão plural de movimentos sociais, lidando com as disputas internas de cada movimento, recolocando estas questões e compatibilizando propostas locais e regionais com pautas nacionais. O pano de fundo dessa discussão foi a questão da autonomia. Como disse Gohn:

“Entendemos que a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico que sabe ler e re-interpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria” (2005, p. 33).

Por isso o medo dos movimentos de perder a identidade e a especificidade das lutas, ao se submeter a uma direção centralizada.

Pedro Pontual ressaltou a importância da autonomia para a prática política, ao afirmar:

“A autonomia consiste na capacidade dos movimentos em constituir sua identidade, de ter suas propostas e de se auto-regulamentar. Isto não deve ser confundido com a idéia de que os movimentos não devam se relacionar com os governos locais e com o Estado.

Preservar a autonomia dos movimentos não significa afastá-los de uma necessária interlocução com o Estado, com o governo e com partidos, deixando claro que eles precisam ter suas identidades, sua cara própria, e a sua capacidade própria de elaboração”.

Frei Betto disse:

“Não cabe à Central de Movimentos Populares unificá-los, a não ser em torno de alguma bandeira prioritária, criando canais de inter-relação entre eles, desestimulando qualquer competitividade e incrementando a solidariedade.

Os movimentos populares, ou movimentos sociais aliados, têm que aceitar a proposta da CMP e seus princípios básicos. Por exemplo: a crítica ao neoliberalismo, o combate à dívida externa, o combate a ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas).

A CMP não pode ter nenhuma ingerência que prejudique a liberdade e a autonomia desses movimentos. Cabe ouvi-los e não ditar regras”.

Raimundo Bonfim emitiu a seguinte opinião:

“É muito importante essa autonomia. Os movimentos populares são muito fragmentados. Por isso optamos, na CMP, por uma proposta de diálogo, no sentido de construir propostas conjuntas, de consenso, a partir de determinados temas ou eixos comuns”.

Eloísa Gabriel disse:

“Nós da CMP não pretendemos, de forma alguma, cumprir o papel dos movimentos, ou tirar a sua autonomia”.

Gegê afirmou:

“Eu sempre defendi que a autonomia deve ser preservada. Cada um deve encaminhar suas lutas, sem perder de vista as características políticas defendidas pela Central, cujo papel é articular, aglutinar e até dirigir rumo ao socialismo. E quem dirige rumo ao socialismo não vai vender seu povo”.

Djalma fez a seguinte consideração:

“É uma questão complicada. A autonomia do movimento popular, sobretudo na última década, tem sido difícil. O movimento popular vem sendo engolido por outros mecanismos e atores que surgem com o papel específico de direcionar. Se o movimento popular não for livre para traçar o seu planejamento, elaborar e propor, sem interferência

externa, perde o seu papel de movimento e passa a ser alguma coisa controlada”.

A polêmica entre direção e articulação dos movimentos populares e a questão da autonomia foram pontos recorrentes nas falas tanto dos assessores como dos dirigentes da CMP e permanecem até hoje, embora muito mais como preocupação, pois não impede a prática da CMP, tanto quando dirige como quando articula ou é parceira nas lutas gerais. Mesmo sem haver uma unanimidade sobre esses aspectos, eles não imobilizam esses agentes, que estão sempre presentes nos momentos políticos importantes.

2. A Dinâmica da CMP: revelando conflitos, dificuldades e perspectivas

O funcionamento da CMP, desde a sua fundação, se pautou pela articulação dos movimentos populares na luta por políticas públicas e pelo aprofundamento do processo democrático. Esteve presente em muitos momentos políticos importantes em nosso país, *“organizando e mobilizando os movimentos populares no combate ao projeto neoliberal, tornando-se uma referência na luta por políticas públicas com participação popular”*, diz um documento interno da CMP. (S/D)

Nesta dinâmica de articulação nacional dos movimentos sociais, a CMP criou uma estrutura que compreende a instância nacional e as instâncias estaduais (hoje em dezessete estados), tendo como instância máxima de deliberação o Congresso Nacional, realizado a cada quatro anos.

A CMP tanto propôs pautas de lutas nacionais que unificassem os movimentos sociais como participou ativamente de lutas mais gerais da sociedade. Na concepção da CMP, ficou estabelecida a exclusão dos movimentos ligados a instituições confessionais, como também daqueles que não eram considerados populares. Entretanto, o que se verificou posteriormente é que a CMP teve sempre uma atuação marcada por parcerias. Esses movimentos, circunstancialmente, se aproximaram e, em muitos momentos, coordenaram e desenvolveram lutas conjuntas.

Os sujeitos da pesquisa, em suas falas sobre as lutas da CMP, introduziram-me na dinâmica de suas ações e dos movimentos sociais unificados, suas realizações e dificuldades para levar adiante seu projeto.

Afonso Póla assinalou que

“nós realizamos muitas lutas na década de 90, algumas com maior visibilidade que as outras. Foi uma década muito atípica em vários sentidos. Primeiro, pela ausência de crescimento econômico, agravando em grande medida a vida de grandes parcelas da população brasileira. Trata-se de uma década caracterizada pelo desemprego, arrocho salarial, com grandes dificuldades do setor sindical, porque as pessoas estavam

mais preocupadas com a manutenção de emprego. Mesmo assim acho que conseguimos realizar algumas manifestações de impacto. A principal luta foi antes do governo FHC, o “Fora Collor”, um grande momento de avanço da democracia no Brasil.”

Frei Beto fez a seguinte consideração:

“Acho que o movimento popular tem contribuído com esse esforço de demandas, de denúncias de lutas reivindicatórias, de proposta política pública, de diálogos com as pessoas, com o poder público. Tem contribuído com suas várias formas de

mobilização que são conquistas, lutas de conquistas, lutas de demandas, lutas de denúncias, de protesto. De discussão de política pública em fóruns, esse somatório do qual o Fórum Social Mundial é a expressão mais internacional hoje e que dá visibilidade. Entretanto eu acho que os nossos políticos, e eu falo não somente dos políticos da direita, são muito mal preparados para lidar com o movimento popular.”

Dito afirmou:

“Nos últimos 20 anos vivemos grandes momentos de lutas populares no Brasil. Eu dividiria em dois momentos. O primeiro foi até a Constituição de 1988, quando a sociedade civil e os movimentos organizados lutavam pela consolidação de direitos sociais na Constituição Federal. E aí a CMP teve uma participação importante. O segundo momento é o da consolidação dessas lutas. Hoje nós lutamos para consolidar direitos já conquistados, pois o governo tenta solapar esses direitos. O ECA (estatuto da Criança e do Adolescente), por exemplo, foi uma grande conquista e hoje o governo tenta passar a lei de redução da idade penal. Hoje vivemos um momento não só de consolidação mas de resistência.

Segundo Raimundo Bonfim,

“a principal luta foi pela aprovação do Estatuto da Cidade, que é algo que extrapola a moradia, significa pensar o reordenamento da cidade em relação a transporte, saneamento etc. Essa é uma luta desde a Pró-Central, quando batalhávamos para incluí-la na Constituinte de 1988. Outra é fazer com que os Conselhos sejam realmente deliberativos, e também lutar para aumentar recursos sociais nos orçamentos.”

José Albino disse:

“A CMP sofre muito com a realidade dos movimentos. Há períodos que ela está em baixa porque os próprios movimentos também estão em baixa.

Há um propósito muito grande de fazer o enfrentamento com o Estado na questão da participação popular. Nos orçamentos, na questão da moradia houve várias movimentações no sentido de pressionar para que haja políticas nesta área e também na área da criança e do adolescente.

As mobilizações das pessoas se davam, freqüentemente, em cima de temáticas, como qualidade de vida, meio ambiente, as quais superam, às vezes, a questão partidária ou até mesmo a classe social.

Tuto afirmou:

“A CMP se reduziu nos últimos anos a cumprir agendas e não conseguiu implantar uma dinâmica qualitativa.

Estabeleceu o dia 31 de maio como o Dia de Luta Nacional por Políticas Públicas com Participação Popular. Outras vezes cumpre agendas impostas de fora, cumpre agendas dos congressos, encontros, seminários, que é algo voltado para dentro. A CMP tem capítulos: tal Congresso, depois próximo congresso, não havendo uma construção cumulativa de histórias que consolidem um projeto”.

Essa fala ressaltou a importância de a CMP, para além de uma agenda de luta, conformar essas estratégias com um projeto político que priorizasse o debate, a troca de experiências em torno de temas como políticas sociais, o combate à exclusão, a democratização, bem como servisse para ampliar a participação social e viabilizar a abertura do espaço público.

Gracinha afirmou:

“Essas lutas foram em cima de alguns eixos. No início eram as reformas urbana e agrária, mas que não deram muito certo. A reforma urbana ainda conseguíamos trabalhar, era nossa realidade, mas a reforma agrária era distante.

Outra luta foi em cima do eixo Políticas Públicas com Participação Popular. Em São Paulo, lutamos muito para aprovar o fundo de habitação, tanto em nível estadual como nacional.

Outras lutas compreenderam as caravanas, os encontros, o Dia Nacional de Lutas (31 de maio), Ato pela Paz, O Grito dos Excluídos etc.”

Gegê afirmou:

“A principal luta tem sido a defesa de políticas públicas com participação popular. Foi o que veio dar visibilidade à CMP, veio dar uma arredondada e possibilitar o alcance da identidade Criamos o Dia Nacional de Lutas por Políticas Públicas. E eu penso que esse é o eixo que tem que trazer todos os movimentos populares para a luta”.

Para **Djalma Costa**, os principais eixos foram

“a luta pela moradia, pela aprovação do fundo de habitação, o plebiscito da dívida externa, a criação do Dia 31 de Maio (Dia Nacional de Luta). E muitas outras”.

Foram inúmeros os depoimentos sobre as lutas da CMP que ilustraram a trajetória desta entidade e que deixaram evidentes as dificuldades de levar a cabo este ambicioso e importante projeto de congregar e articular tantas forças e movimentos espalhados pelo país. Contudo, notou-se que alguns movimentos

estavam mais presentes nesta parceria, e também se explicitavam as diferenças de posições em relação ao papel e ao protagonismo da CMP nas lutas sociais.

De forma mais detalhada, as lutas da CMP nos últimos dez anos estão relacionadas no Anexo. (período 1993 a 2003).

As dificuldades de mobilização e organização apontadas por muitos deles se deviam também às alterações conjunturais que mudaram a configuração das relações entre o Estado e as forças sociais.

Pedro Pontual analisou esta questão:

“Acho que nós vivemos uma conjuntura que não é mais de grandes mobilizações. Os movimentos procuram elaborar políticas, procuram conquistar espaços de co-gestores dessas políticas. É claro que isto, no meu modo de ver, muitas vezes, não significa que as mobilizações perderam o sentido. Em determinados momentos, a luta é desigual mesmo. Há momentos em que o movimento tem que fazer demonstração de força. E demonstração de força você faz com mobilização, mais isso não é o suficiente. Hoje é fundamental a capacidade de elaboração e de composição, a capacidade de co-gestão mesmo, desses espaços que vão se conquistando”.

Maria do Carmo também falou sobre os novos desafios:

“As pessoas estão aprendendo a ler orçamento, a fazer uma licitação, a saber como é que se controla a implantação de uma obra, como se analisa um balancete. Desde a Constituição para cá, o movimento popular perdeu aquele ímpeto, mas ele está ganhando muito em qualidade técnica, está sendo cada vez mais capaz de exercer o controle social

sobre as políticas públicas, as finanças públicas, discutindo orçamento.”

Como os depoentes bem disseram, muitas outras exigências foram se impondo aos movimentos sociais e, dentre elas, a formação de sujeitos políticos para ampliar sua capacidade de resistência e proposição. A capacitação de lideranças dos movimentos sociais se colocou como um dos objetivos da CMP, como forma de dar conta das temáticas atuais, buscando a renovação de métodos e estilos de trabalho no interior dos movimentos. A CMP não foi capaz de levar a termo esta tarefa, em função de diversas dificuldades que alguns entrevistados apontaram. Seguem depoimentos.

Pedro Pontual assim se expressou:

“O meu foco tem sido olhar para a formação dos movimentos. Estou convencido de que esses espaços, de democratização e de co-gestão das políticas, só vão de fato significar substância democrática, se os atores convidados a participar estiverem capacitados para propor e estabelecer novas relações. Não tenho conhecimento se há na CMP um processo sistemático e contínuo de formação.”

Para **Raimundo Bonfim**,

“tem sido fraca a formação política, temos feito muito esforço para intervir de forma mais qualificada, já realizamos seminários, produzimos cartilhas para compreendermos a origem das políticas públicas, o papel do Estado, mas tudo isso ainda é muito frágil, principalmente pela carência de recursos.”

José Albino disse:

“A CMP tem muita dificuldade, porque para capacitar é preciso investimento na área de formação e não é todo mundo que acredita ser possível mudar a partir do conhecimento, achando que para o movimento popular basta reivindicar. Mas isto não é bom!”.

Para **Flavia Pereira**, *“a CMP capacita muito pouco os movimentos populares.”*

Gegê considerou que *“a CMP investe pouco. E isso é muito ruim. Falta formação política e ideológica.”*

Segundo Gilson Isidoro, *“a capacitação está ainda fraca, pois faltam condições para implementá-la”.*

Djalma Costa assim se posicionou:

“Acho que os movimentos populares necessitam de melhor capacitação e qualificação, porque eles têm uma riqueza enorme do ponto de vista da acumulação prática, mas não sabem sistematizá-la. A CMP tem procurado capacitar os movimentos por meio de seminários e debates, porém de forma frágil. O ideal seria ter uma escola de capacitação a exemplo do MST.”

Penso que a capacitação das lideranças é parte fundamental do processo de preparação da luta política, mas essa era uma dificuldade não só da CMP, mas também dos inúmeros movimentos. Tanto a questão da infra-estrutura, como as diferenças de enfoque político dificultaram a efetivação deste trabalho, que contudo não teve sua importância minimizada pelos depoentes, ao contrário, foi vista como meta a ser atingida.

A consolidação da CMP enfrentou complexos desafios conjunturais. Esses desafios estavam postos tanto para a CMP, enquanto um sujeito específico, como para o conjunto dos movimentos sociais.

O desafio de se tornar uma entidade articuladora e dirigente das lutas gerais que envolvesse os diversos movimentos sociais esbarrava em conflitos internos e externos, ao lado das dificuldades em conseguir uma infra-estrutura para sua manutenção, investimento em capacitação e formação dos agentes políticos.

Os conflitos e dificuldades tinham diferentes origens: divergências quanto ao papel da CMP, disputas por espaços de direção que se vinculam diretamente a filiações ideológicas e partidárias, falta de preparo para enfrentar os desafios políticos, dificuldades de ações horizontais que unissem os diversos movimentos, evitando a polarização de uns em detrimento dos outros, a participação de lideranças em mandatos políticos e no governo, criando dificuldades para compatibilizar os papéis e as demandas, a dificuldade de trabalhar na linha das políticas públicas, um dos eixos prioritários da CMP.

As falas dos depoentes apontaram claramente estes conflitos e dificuldades.

Raimundo Bonfim opinou sobre a questão da formação e do déficit de recursos financeiros para a manutenção da entidade. Ao mesmo tempo, referiu-se à busca de identidade desse sujeito político, ou seja, a CMP precisava levar os movimentos a compreender o seu papel de articuladora das lutas mais gerais dos movimentos, garantindo a riqueza, experiências e protagonismo dos próprios movimentos, quando disse:

“Muitos militantes de base ainda não absorveram a compreensão de que a CMP é o resultado dos movimentos populares que aderiram à CMP. Isso leva as pessoas, ao se referirem à CMP, a parecer que estão falando de outro ente. Esse é um problema que temos enfrentado no dia a dia. Eu avalio que é a busca de identidade dos movimentos que leva a

isso. Muitas vezes, não é nem por divergências, penso que é por uma série de fatores, até porque as pessoas do movimento popular são mais pobres, mais excluídas. Então, por mais que a gente diga que a prática é importante, e é, é preciso correr atrás e se capacitar. Tanto que, pegando o exemplo de São Paulo, vários dirigentes da CMP, que saíram da base dos movimentos populares, foram cursar uma universidade. É o meu caso, que estou cursando Direito, do Dito que se formou em Direito, da Gracinha, também formada em Direito, da Eloísa Gabriel que se formou em Serviço Social e da Genilse em Ciências Sociais, e tantos outros dirigentes da CMP que julgaram fundamental a capacitação teórica.”

Gracinha também se referiu à identidade da CMP e dos movimentos, que muitas vezes não possuíam a clareza sobre quem era o protagonista. A CMP? Os movimentos? A esse respeito, ela afirmou:

“A grande dificuldade da CMP é capacitar as entidades filiadas. Estas estão se capacitando muito mais por conta própria, porque faltam recursos.

Falta clareza se é o movimento popular ou a CMP quem participa. Por exemplo, as pessoas nas plenárias se identificam como movimento de determinada região, porque querem que o movimento tenha visibilidade naquele processo, então as pessoas ficam confusas sem saber como devem se identificar. E é por isso que, às vezes, a CMP não tem muita visibilidade.”

Flávia Pereira referiu-se tanto à importância da formação quanto à necessidade de um trabalho de base junto aos movimentos sociais que desse visibilidade à CMP. Apontou ainda, como outros, a dificuldade de convivência de tendências políticas diferentes buscando a direção da entidade. Ela assim se expressou:

“A CMP, no meu modo de ver, não consegue unificar plenamente os movimentos populares. Tanto na Central Sindical, como na CMP, temos o problema da formação de militantes para as Centrais, para que os militantes se tornem dirigentes. Existem muitas divisões dentro da CMP, que aglutina vários setores, com predominância dos movimentos de moradia. Acho que existem movimentos populares importantes que não conhecem um dirigente da CMP, que nunca foram convidados para nada. Não há um trabalho de base para que estes participem das discussões nos encontros e nos congressos. A gente tem que formar pessoas, e o que se percebe é que muitos têm medo, muitas pessoas de esquerda têm medo de formar politicamente, porque quando você forma uma pessoa, ela vai te questionar, vai disputar com você”.

Um importante conflito foi a questão de formar novos dirigentes e enfrentar, a seguir, disputas maiores de poder no seio da entidade e dos movimentos sociais. A questão da autonomia, que esteve presente desde o início da fundação da CMP, mais de dez anos depois não parecia superada e algumas falas demonstraram as desconfianças dos movimentos.

Gilson entendeu que

“a CMP está muito frágil. Já chegou a atuar em 20 estados e hoje talvez chegue a 17 apenas. A direção da CMP deveria estar mais presente nas lutas dos movimentos. Por outro lado, alguns movimentos, não se aproximam muito da CMP, porque temem perder a liberdade. A CMP não conhece todas as estratégicas dos movimentos populares”.

Os depoimentos que seguem também fazem referência a alguns conflitos e dificuldades.

Raimundo Bonfim disse:

“Temos conflitos em determinados locais, pelo fato de algumas lideranças da CMP também estarem vinculadas, até mesmo para poder sobreviver, a governos democráticos ou a mandatos políticos. Em alguns casos o movimento popular reage e diz: agora você é Governo, não deve mais interferir em nossas estratégias de lutas”.

Djalma Costa falou dos conflitos, tanto no que se refere à forma de composição da CMP, como aos critérios de representação utilizados nos Congressos:

“A forma de composição dos dirigentes não leva em conta o conjunto de movimentos de cada região, de cada estado. O método adotado pela CMP, nos últimos anos, tem sido, em algumas ocasiões, o de levar em conta a identificação político-partidária de determinados movimentos. Outro aspecto é o “direito” de acesso à direção de quem leva mais pessoas aos Congressos. A região Nordeste, por exemplo, está toda dividida, com vários conflitos “rachas”, justamente pela questão da representatividade. A angústia que tenho em relação à CMP é que, muitas vezes, nas disputas internas, existe muito individualismo e luta pelo poder.”

É preciso ressaltar que a questão da representação sempre foi conflitiva para os movimentos sociais, podendo esconder outras disputas.

Tuto disse:

“A CMP não conseguiu se desvincular de processos de disputa pelo preenchimento de espaços. A maior parte de lideranças mais significativas tende a depender de liberação de mandatos, ou são vinculados a outros grupos políticos menores e muito mais radicais, o que dificulta a composição. A

CMP não conseguiu fazer prevalecer os movimentos qualitativos. Os Congressos poderiam ser, a modelo do Fórum Social Mundial, grande encontro de troca de experiências, de discussões, de aprender para enriquecer os processos de cada segmento específico. Entretanto, têm sido o momento em que mais se gastam os recursos que a CMP conseguiu alavancar e que menos aglutinam e propiciam o crescimento de articulação, porque se transformaram em momento de disputa. Isto imobiliza a CMP, que não se libertou dessas disputas de grupos, de influências de tendências”.

José Albino apresentou, em sua fala, outro conflito, relacionado com a luta por espaço político:

“Existem características corporativas: o movimento de moradia luta pela moradia, o de saúde luta pela saúde. Não há articulação entre esses movimentos, pois cada um quer sua fatia.”

Com o mesmo entendimento, **Eloísa Gabriel** se manifestou:

“Um dos conflitos é a questão do corporativismo dos movimentos, principalmente os de nível nacional, que não assumem a CMP como sua principal articuladora”.

Maria do Carmo ressaltou:

“O movimento popular perdeu líderes importantes, que não estão no dia-a-dia do movimento porque assumiram cargos na administração pública. Eu acho que isso dificulta e enfraquece o movimento. Mas eles estão também trazendo informações, fazendo qualificações, estão trazendo capacidade de gerir a sociedade, de propor políticas públicas, de governar.”

Além da relação endógena e também com os movimentos sociais, outro campo de conflito e dificuldades estava na relação com sujeitos sociais importantes como a Igreja, os partidos políticos e o poder público. A relação com o poder público foi fundamental para a CMP, já que a busca pela implementação e criação de políticas públicas era um de seus objetivos, além das lutas por direitos de cidadania.

A Constituição Federal criou os mecanismos de participação, deliberação e construção de políticas públicas e os movimentos populares procuraram ocupar esses espaços, construindo com o poder público uma relação de interlocução e de controle social.

Este era um campo que comportava profundas oscilações, sempre sujeitas à conjuntura, o que em alguns momentos permitiu maior aproximação do movimento com o Estado e, conseqüentemente, maior poder de negociação e outros de rechaço do poder público ao movimento.

Nesta dinâmica, a CMP lutou para garantir uma interlocução propositiva com o Estado, realizando diversas ações para viabilizar a construção de políticas públicas afetas ao movimento que representava. Buscou realizar o controle social sobre as ações públicas com vistas à transparência nas diversas áreas, principalmente no tocante à aplicação do orçamento.

Os participantes da CMP explicitaram em seus depoimentos a visão que tinham deste papel de interlocutores entre a sociedade e o Estado e as dificuldades vividas nessa prática.

As informações prestadas pelos sujeitos da pesquisa foram críticas em relação ao projeto da CMP, aceitando cada um desvelar os conflitos, dificuldades e fragilidades que não só perpassavam a ação da entidade, como de cada sujeito envolvido. Permitiram que víssemos por dentro essa entidade, de modo a perceber que, ao longo de sua trajetória, conseguiram se impor como sujeito estratégico na luta por direitos sociais e de cidadania empreendida pelos movimentos sociais.

Pedro Pontual afirmou:

“Considero que os movimentos sociais no Brasil são os atores responsáveis pela gestação de propostas e de experiências das mais inovadoras em políticas públicas. Vou dar um exemplo, vivido por mim. Quando assumimos a Prefeitura de São Paulo com Paulo Freire em 89, criamos o Mova São Paulo. Foi fundamental, na sua concepção, a existência do movimento de educação na cidade de São Paulo que, desde os anos 70, trabalhava na educação popular de jovens e adultos. Naquele momento nós criamos o Fórum dos Movimentos Populares, que era o espaço de interlocução da Prefeitura.

A participação dos movimentos nos ajudou a desenhar a própria proposta. Vou dar outro exemplo, na questão da moradia e da luta pela reforma urbana. Eu diria que a última conquista importante foi a formulação do estatuto da cidade, consequência de uma longa luta travada pelos movimentos sociais, pelos movimentos de moradia e pelas ONGs ligadas a este campo. O Fórum Nacional da Reforma Urbana, cuja composição foi dos movimentos sociais e as principais propostas que estão hoje no Estatuto da cidade tiveram origem neste campo.

Considero que os movimentos sociais são fundamentais pela capacidade de criar e gestar propostas que passem a se constituir em alternativas inovadoras das políticas públicas. Por que acho que as questões de governos democráticos e de governos populares são complementos indispensáveis à questão dos movimentos sociais? Porque as políticas públicas precisam ter uma dimensão de universalidade, que os movimentos sociais, sozinhos, não têm condições de

proporcionar. Somente o governo é capaz de tornar universais essas políticas.”

Póla fez a seguinte ponderação:

“Acho que superamos o dilema pelo qual a chegada ao poder se dá por uma via pacífica ou revolucionária. O que falta é disputar a hegemonia dentro da instituição. Neste sentido é obvio que a relação dos movimentos com o Estado precisa ser de cobrança e reivindicação. Quem é responsável por prover as necessidades básicas? É o Estado ou o mercado? Esta é uma dicotomia que esteve muito presente, tanto na década de 1980 como na década de 1990. Hoje há um consenso de que o Estado não pode fazer nada sozinho, mas o Estado, o meu ver, continua sendo um instrumento universalizante de políticas. É neste aspecto que os movimentos populares têm que cobrar do Estado. Os movimentos devem usar esse espaço para fazer denúncias. A participação tem que ser autônoma, com possibilidade de fazer críticas, mesmo que seja na relação com o governo democrático que você ajudou a construir.”

Tuto assim se expressou sobre a relação entre a CMP e o poder constituído:

“Quando o poder público tem uma visão antagônica ao movimento popular, a CMP tem mais capacidade de construir-se. Quando é uma relação democrática e popular, ela se esvazia”

Djalma se posicionou de modo semelhante a Tuto:

“Se olharmos a história recente da CMP, quando se tem um poder público considerado de direita ou de centro, há mais eficácia nas proposituras, nas cobranças, nas reivindicações. Agora quando se tem governo, seja local ou global, dito de esquerda, ou pelo menos do campo democrático, há uma certa passividade e há também um engolimento do próprio movimento popular, pois há uma cooptação de lideranças populares para assumir cargos estratégicos e políticos, enfraquecendo de certa forma o movimento.

Os movimentos populares, apenas os amadurecidos, conseguem interferir na efetivação de políticas públicas. O fato de o movimento popular cobrar determinadas ações do poder público é extremamente positivo, mas do ponto de vista elaborativo, de sistematizar o que se pretende, está muito aquém do desejado.”

Entendo que este foi um problema grave que os movimentos precisaram enfrentar. Que governo “amigo”, do “campo democrático”, foi este que desestruturou movimentos que disse defender e que provocou o esvaziamento da própria CMP?

Afinal de contas, somente haveria razão para tal esvaziamento ocorrer se as reivindicações dos movimentos tivessem sido atendidas, mas esta nunca foi a realidade. Parece-me, então, que não teriam sido os movimentos que esvaziaram. Haveria, isto sim, além da cooptação, omissão de suas lideranças por não terem efetuado o desgastante, porém necessário enfrentamento com o governo.

José Albino emitiu a seguinte opinião:

“Houve tentativa de erguer o movimento, sobretudo trabalhando na questão de moradia, da criança e adolescente, que é um outro campo abandonado. Surgiu agora a batalha de

redução da idade penal. Há um movimento muito grande de fazer o enfrentamento com o Estado na questão da participação popular nos orçamentos. A CMP sempre procurou fazer um debate, intervir nesse campo. Nossa atuação nesses últimos dois, três anos, foi sobretudo priorizar a participação popular na definição dos orçamentos. Na questão de moradia houve várias movimentações no sentido de pressionar para que se tenha política nesta área e também na área de criança e adolescente”.

Dito afirmou:

“Em São Paulo, quando o movimento popular discute e debate a construção de uma coordenadoria da mulher, é possível sair de um patamar específico e ainda fazer com que o Estado dialogue com o movimento popular, porque as políticas públicas vêm para qualificar as condições de vida das pessoas. Essa participação pode ocorrer nas lutas por mutirões, na participação no processo de orçamento participativo e em outras lutas. São diversas as formas de luta para implementar políticas públicas, mesmo em administrações democráticas. O movimento popular deve lutar, manifestar-se e não ficar engessado. A máquina estatal não é montada a favor dos trabalhadores. Cabe, à CMP convocar seus agentes que atuam em diversas frentes para construir lutas coletivas e exercer diálogo permanente com o Estado”.

Raimundo Bonfim disse:

“Primeiramente, nós entendemos que a CMP não tem como objetivo substituir o papel do Estado. Há muitas ONGs e grupos com o entendimento de que a sociedade deve começar

a fazer parcerias, convênios. A CMP não entrou nessa linha. Nós defendemos que o Estado tem que dar conta das políticas públicas, cabendo à CMP reivindicar e ajudar construir, mas jamais pegar para si a implementação dessas políticas.”

Gracinha disse:

“Em São Paulo, diferentemente de outros municípios, já tem muito avançada a discussão do que é movimento popular e o que é governo. A CMP e as entidades filiadas participam das plenárias do Orçamento Participativo, embora a gente questione muito até onde é viável, pois aprovamos uma série de projetos, por ordem de prioridade, mas, ao final de 4 anos, vemos que não se cumpriram nem 10% das prioridades apontadas”.

Vê-se que há consenso de que esta foi uma relação importante, capaz de construir efetivamente respostas do Estado às demandas populares, embora fosse sempre uma relação difícil e conflituosa.

A relação dos movimentos com os partidos era também difícil, colocando a todo tempo a questão da autonomia. Em afirmações anteriores, sobre a relação com o poder público, alguns afirmaram que a relação dos movimentos com um partido, com o qual tinha ligação, levou a ação dos movimentos a ser mais tímida. Isso demonstrou a força real que os partidos tinham nos movimentos e na CMP, mesmo eles dizendo que se devia manter autonomia. Na composição das direções da CMP, os partidos tinham uma ação direta e isso foi dito por eles em depoimentos anteriores.

Os depoimentos que seguem evidenciam os conflitos que a presença e a influência dos partidos políticos provocaram nos movimentos populares.

Raimundo Bonfim disse:

“Com os partidos políticos, sobretudo os progressistas, nós temos desenvolvido parceria nas grandes lutas estratégicas. Desde o impeachment do Collor, quando ainda era Pró-Central, a CMP sempre compôs em fóruns de grandes lutas nacionais, nas marchas a Brasília e nas caravanas. Estivemos juntos com os partidos políticos, construindo agendas mais gerais, como estivemos juntos também com a CUT, a CNBB e as pastorais sociais, no sentido de construir mobilizações unificadas .

Temos, no entanto, alguns conflitos em determinados locais pelo fato de algumas lideranças da CMP também estarem vinculadas a governos democráticos ou a mandatos políticos, até para poderem sobreviver. Em alguns casos, o movimento popular reage e diz:

- Agora você é governo, não deve mais interferir em nossas estratégias de lutas.

Há casos como o meu e do Dito, que viemos compor o governo e nem por isso deixamos de atuar e intervir no cotidiano das lutas do movimento popular. Acho que é perfeitamente possível conciliar as duas coisas”.

No meu entender, o relacionamento dos movimentos e de suas lideranças com os partidos ou com o governo foi importante para sua sobrevivência política e econômica.

Tuto disse:

“É uma crise aguda. Com o PT, por exemplo, existe o problema das tendências. No nível nacional há outro problema muito sério e que foi resolvido no 3º- Congresso em Belo Horizonte, que é a utilização da CMP por pequenos partidos da esquerda como o PCR (Partido Comunista Revolucionário), o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Urbanos), mais

radicais. Neste Congresso, a CMP conseguiu impedir que esses grupelhos fizessem da CMP um trampolim para se projetar, não enquanto militância de movimentos, mas enquanto articulação de grupos partidários. Para a CMP se fortalecer como um espaço de articulação do movimento popular, inclusive relacionando-se com outros setores como movimento sindical e com os partidos políticos, deve haver uma relação autônoma e crítica de colaboração consolidando um projeto próprio. Neste sentido existe uma forte crise de identidade da CMP, que tende a se agravar.”

Dito explicitou:

“A CMP é uma articulação de movimentos populares que lutam pelo direito à moradia, saúde, educação e articula também setoriais de negro, de mulheres, de crianças e adolescentes etc. Ela vem estabelecendo, nesses últimos anos da sua construção e da sua organização, uma estreita relação com os partidos políticos, especialmente o PT, mesmo porque grande parte de seus membros atua no movimento popular. Nesse sentido, o PT é um parceiro da CMP nas lutas mais gerais. Por exemplo, se a gente tem uma agenda nacional em defesa das liberdades democráticas, como foi na década de 80, ou se a gente tem uma agenda organizada pelo Fórum Nacional de Lutas, a CMP constrói essa agenda junto com o PT e com os partidos do campo popular (PC do B , PCB, PSB, PDT e PSTU). Também compõem esse cenário a CUT , a UNE, ABONG, CONAM. São essas entidades que nos últimos quatro anos vêm organizando o Fórum Nacional de Lutas”

Djalma afirmou:

“Tenho uma frase que não é minha e não é nova: “O movimento popular não é um instrumento do PT”. Ele é que deve ser um instrumento do movimento, pois nasceu dos movimentos. E essa relação hoje é ambígua, porque o PT se coloca acima do movimento”.

.Flávia disse:

“A relação com os partidos políticos é bastante difícil e com o PT ela é meio traumática, apesar de a maioria ser petista. Acho que o problema é de ambas as partes. A CMP tem que ser mais abrangente e que possa incluir pessoas de outros partidos políticos, de outras ideologias, desde que tenham um programa comum de ação e de resgate da cidadania do povo. Sou dirigente do PT e fui dirigente da executiva, fui secretária de políticas públicas do PT e sempre foi muito difícil fazer coisas para a CMP. Se com o PT existe essa dificuldade, imagine-se com outros partidos.”

Percebe-se, com essas falas, a importância de objetivar os papéis e enfrentar as dificuldades dessas relações, pois os movimentos tinham, com os partidos de esquerda, uma forte vinculação, desde a fundação da CMP. As lutas mais gerais da CMP contaram sempre com a parceria dos partidos e muitas vezes os papéis de ambos se confundiam, pois alguns dirigentes da CMP eram também dirigentes partidários. Havia, nas relações da CMP com os partidos, um rebatimento das tendências hegemônicas destes.

Assim, a autonomia desejável esteve sempre muito comprometida, colocando em questão a proposta de a CMP ser a representante dos movimentos populares na cena nacional.

Outro ator importante nas transformações sociais ocorridas no Brasil foi a Igreja Católica. Nasceram nela muitos movimentos e lideranças populares que atuaram no processo de democratização do Estado brasileiro. Foi, também, a instituição que acolheu os grupos populares e líderes políticos e consolidou-se como importante canal de organização desses movimentos.

A relação da CMP com a Igreja teve momentos conflituosos, principalmente na sua fundação, por não considerar os movimentos ligados à Igreja como populares, mas sim confessionais. Nessa primeira fase, ela não fez parte da CMP, mas pouco a pouco se tornou grande parceira em várias lutas. No entanto, nos últimos tempos, surgiu outro conflito nessa relação. O cenário político, no qual as experiências dos movimentos populares se inseriam, ganhou amplitude, bem como suas lutas incluíram novos grupos e incorporaram novas temáticas, que a Igreja não encampava. Contudo, grande parte desses líderes era ligada fortemente à Igreja e a viam como parceira e defensora dos direitos humanos e sociais, como mostram os depoimentos que seguem.

Gracinha afirmou:

“É uma relação muito forte, até porque a maioria das pessoas que compõem as direções veio da Igreja. Nós preparamos junto com a Igreja e a CNBB, o Grito dos Excluídos e o plebiscito da dívida externa, embora quando a chamada é em torno de uma determinada bandeira como a luta contra a descriminalização do aborto, movimentos que defendem direitos dos homo-sexuais, os setores da Igreja mais conservadores não participam.”

Tuto disse:

“A CMP teve forte relação com a Igreja em sua origem. Na medida em que a CMP se assume enquanto espaço de representação dos movimentos, chama movimentos que nunca seriam chamados pela Igreja como os homossexuais,

as lésbicas, as próprias mulheres com bandeiras contra descriminalização do aborto. Aí a Igreja se afasta”.

Bonfim assinalou:

“A Igreja sempre participou, como na organização do Grito dos Excluídos. Mesmo que alguns grupos da CMP levantem bandeiras sobre as quais não há consenso na Igreja como a luta das mulheres contra a descriminalização do aborto, realizamos parceria com a ala mais progressista da Igreja”.

Djalma afirmou:

“existe uma boa relação, principalmente porque a CMP não tem nenhuma intenção de ser comandante das ações sociais que a Igreja realiza. Temos vários exemplos de parceria muito forte: O Grito dos Excluídos, Plebiscito da Dívida Externa, entre outros”.

Observa-se assim que as relações com o Estado, partidos e Igreja faziam parte do cotidiano da CMP e sua grande tarefa consistiu em encontrar a medida que estabelecesse proximidade sem dependência e parceria sem perda de autonomia.

Na pesquisa realizada com a CMP, ouvindo cada um destes participantes, constatou-se ser unânime a convicção de que, apesar das dificuldades, entraves, avanços e recuos, a CMP e os movimentos sociais tiveram papel de destaque nas lutas pela democratização do país. Eis como os participantes se posicionaram a esse respeito:

Pedro Pontual é enfático ao afirmar o protagonismo dos movimentos sociais:

“Considero que nos movimentos sociais da CMP, as práticas de democracia participativa são um alargamento e um aprofundamento fundamental de democracia no Brasil, porque nós temos uma tradição de cultura política brasileira profundamente marcada pela tutela do Estado sobre a

sociedade, marcada profundamente pelo clientelismo nas instalações do Estado e que se manifestou na história brasileira de diferentes formas.

“A novidade que os movimentos sociais trazem é que, ao convidarem o cidadão a deliberar sobre os assuntos públicos de uma cidade ou região, como no orçamento participativo, coloca-se este cidadão no exercício direto da democracia, ao mesmo tempo em que alarga o espaço público.”

Maria do Carmo atribuiu ao movimento social papel relevante nas lutas pela democratização do país e entendia a CMP como produto dessa luta:

“Penso que os movimentos sociais são os principais construtores da democracia. O Brasil é um país em que a democracia formal, o regime democrático, as instituições, os partidos, nunca foram capazes de constituir uma democracia consistente, e a democracia que a gente tem construído é consequência dessa luta teimosa, desses sujeitos que são os movimentos sociais. Eles têm uma face propositiva muito importante. Além de ocupar a cena pública constroem o que a gente tem hoje de democracia. Acredito firmemente que foram as lutas dos movimentos sociais que construíram a democracia no Brasil. Tínhamos uma democracia de fachada, uma democracia oligárquica institucional e muito impermeável, não totalmente, porque eu acho que nada é totalmente impermeável, mas muito impermeável aos interesses populares. Os movimentos, na década de 70 e 80, vão ocupando um espaço importante na sociedade e mudam a Constituição. A Constituição de 88 cria a possibilidade da democracia direta, por meio dos conselhos, das audiências públicas. Quem conquistou tudo isto foi o movimento popular, não a Central de Movimentos Populares, mas a CMP é produto disso” .

Frei Betto disse:

“A participação dos movimentos populares tem criado uma consciência maior de cidadania neste país. E isto é uma forma de fortalecer a democracia. Na medida em que tira as pessoas do anonimato, da imobilidade, da passividade, faz com que elas comecem a entender a vida não como mera reprodução e movimentação biológica, mas como processo histórico.

Eu acho que o movimento popular tem contribuído com esse esforço de demandas, de denúncias, de lutas reivindicatórias, da proposta de políticas públicas, de diálogos com as pessoas do poder público. Tem contribuído com suas várias formas de mobilização que são conquistas”.

Afonso Póla:

“Democracia é um processo que não tem fim, é o que você constrói diuturnamente, e na medida que se tem ações e desdobramentos que alcançam determinados resultados, você vai cultivando cada vez mais na consciência das pessoas o fato de que elas têm possibilidades de se mexer, você rompe um pouco com aquela visão mais predominante da década de 1980, de que brasileiro era muito acomodado e não gostava de brigar. O que é um pouco verdade mesmo, a maior parte das pessoas tinham vergonha de reclamar. Porém ao mesmo tempo em que houve avanços significativos, o país continua patinando em algumas coisas, o número de processos por corrupção é imenso. Então tudo isso significa ter a democracia consolidada. A grande estratégia é a formação do cidadão enquanto ser social que se instrumentaliza para se enxergar enquanto sujeito de direito”

Tem razão Afonso Póla ao afirmar que “a democracia é um processo que não tem fim” e, mais que todos, os líderes populares sabem que ser partícipe do sonho de igualdade, da solidariedade, da justiça social comporta dificuldades, sofrimentos,

erros e acertos que poderão, se olhados com seriedade, serem os artífices de um novo projeto político.

As informações prestadas pelos sujeitos da pesquisa foram críticas em relação ao projeto da CMP, ao desvelar os conflitos, dificuldades e fragilidades que não só perpassavam a ação da entidade, como de cada sujeito envolvido. Permitiram perceber que, até o momento, a CMP luta para se impor como sujeito estratégico na busca por direitos sociais e de cidadania, empreendida pelos movimentos sociais.

Os depoimentos revelam a trajetória de luta da CMP, que envolveu desejos, dificuldades disputas internas e externas para ganhar legitimidade e representatividade junto aos movimentos sociais.

Esta entidade nasceu em um momento em que se criaram os mecanismos de representação e participação popular no seio do Estado e ela compreendeu que, além das lutas gerais, havia um campo fundamental a ser ocupado, o da relação entre o Estado e sociedade civil.

O seu grande esforço para se constituir em uma instância articuladora dos movimentos sociais foi o de dar unidade aos movimentos sociais dispersos em toda a sociedade brasileira para, numa ação integrada, buscar uma interlocução com o Estado mais representativa. Desta forma, não seriam os movimentos sociais isolados a tratar com o Estado, mas uma entidade que congregasse e unificasse suas lutas, portanto uma força mais significativa.

Essa atuação proposta pela CMP teve momentos importantes nos quais ela funcionou como força catalizadora dos movimentos sociais e os representou junto ao poder público.

Os movimentos foram em busca da construção de políticas públicas, da priorização nos orçamentos de programas e projetos mais permanentes para o

atendimento de suas demandas. Disputavam recursos nos orçamentos públicos e colocavam para si o papel de exercer o controle social sobre as ações do Estado.

Viu-se que foram inúmeras as dificuldades na caminhada da CMP, mas o que se destaca é que, apesar dos problemas, a CMP continua atuando, buscando manter seus princípios.

Contudo, observa-se uma redução do número de participantes na entidade e que os movimentos de moradia e das mulheres acabam por impor suas lutas sobre as demais. Esses movimentos setoriais têm influenciado grandemente nas políticas públicas e estão sempre presentes no cenário nacional.

No balanço realizado pela CMP acerca do seu funcionamento há posições diferentes, marcadas pelos assessores e pelos dirigentes. Os assessores são mais críticos e mais céticos, enquanto que os dirigentes reconhecem dificuldades, mas vêem-na com mais tolerância. Entretanto, todos apontam para a necessidade da superação das dificuldades existentes e afirmam o protagonismo da CMP, sem contudo negar a independência dos movimentos sociais .

Embora haja crítica dos depoentes às oscilações na dinâmica de funcionamento da CMP, que às vezes é interpretada como refluxo ou enfraquecimento, alguns autores, como Ruschinsky (1999) e Gohn (2005) defendem a tese de que não há refluxo nos movimentos sociais e sim uma reconfiguração, uma rearticulação de seu papel na sociedade, posição essa com a qual concordo.

A CMP tem passado por situações de esvaziamento, mas continua com agendas de lutas gerais, muitas vezes reconfigurando sua atuação.

Não se pode desconhecer que existem problemas, que há questões internas e externas a serem enfrentadas, como a falta de unidade política, mas a trajetória da CMP evidencia que construiu, ao longo desses dez anos, um espaço de articulação e expressão da diversidade existente nos movimentos sociais.

Considerações Finais

As reflexões empreendidas no decorrer deste processo investigativo, acerca da CMP e de sua trajetória, possibilitaram-me a aproximação com uma realidade dinâmica que vem se constituindo ao longo de dez anos, confrontando-se com as contradições e conflitos presentes na realidade brasileira.

A metodologia adotada nesta pesquisa propiciou o acesso às informações fundamentais à compreensão da CMP, por meio de relevantes depoimentos de personagens históricos e atuantes que protagonizaram os vários momentos da vida da CMP e as principais mobilizações da sociedade civil.

Esses depoimentos constituíram um riquíssimo material analítico e revelaram a complexa trajetória da CMP. O conjunto de dados, que surgem a partir das entrevistas, vem acompanhado de significados impressos nas lutas sociais protagonizadas pela CMP que, na década de 1990, emerge com o propósito inédito de articular os movimentos sociais e populares no âmbito do Brasil, procurando intervir nas relações com o Estado e alargando os espaços públicos.

Considero que a existência de múltiplos movimentos sociais demonstra a grande capacidade de mobilização e organização das classes populares expressarem suas demandas sociais, criando e recriando experiências diante das adversidades conjunturais que enfrentam no cotidiano de suas vidas. Esta capacidade ganha um maior significado se analisada a partir das circunstâncias em que esses movimentos sociais se formaram. As pessoas que os integram são, em sua maioria, oriundas do vertiginoso e desordenado processo de industrialização e urbanização que o Brasil experimentou. Ao migrar para os grandes centros urbanos, perdem muitas de suas referências, familiares e do meio em que viviam. É surpreendente que, mesmo assim, tenham conseguido se associar para a defesa de interesses coletivos.

Neste sentido, o surgimento da CMP, após um longo processo de discussão e preparação, veio para fortalecer esses movimentos e dar unidade a eles, com a proposta de se constituir numa entidade nacional articuladora das diversas lutas sociais. Contudo, esta tarefa se mostrou de difícil realização, já que existiam muitos movimentos regionais e locais, e alguns dos movimentos, que conseguiram ter abrangência nacional, não quiseram abrir mão do seu protagonismo e liderança, como é o caso do Movimento Nacional de Moradia, que receava perder espaço político ao aliar suas reivindicações históricas ao conjunto de lutas mais gerais.

No entanto, os depoimentos ressaltaram que a CMP, em sua trajetória, carregou inúmeras lutas ao longo desses dez anos e revelaram que as reivindicações dos movimentos não significaram atendimento a meros benefícios mas, ao contrário, a constituição de direitos, tendo sido este o estímulo para a continuidade das lutas.

As CMPs estaduais poderiam coordenar as lutas nos estados ou mesmo nos municípios maiores, mas isso também se mostrou de difícil realização. O que verificamos na região metropolitana de São Paulo foi a participação na CMP dos movimentos de moradia, mulheres, crianças e adolescentes, negros e negras, articulados em setoriais que nem sempre dialogam entre si.

Foi possível identificar a presença da CMP em lutas importantes e mais amplas que mobilizaram os movimentos e entidades da sociedade civil. A CMP também compôs, com outras organizações, a coordenação de atividades previstas em agendas nacionais, como o Dia Nacional de Luta por Políticas Públicas com Participação Popular, Grito dos excluídos, Dia do Trabalho, Dia Internacional da Mulher. Essas atividades envolveram a realização de encontros, seminários, plenárias, caravanas e concentrações dos diferentes movimentos sociais.

A pesquisa apontou um enfraquecimento da CMP e um esvaziamento em suas ações mobilizatórias, que parecem se dar, em parte, pela dificuldade encontrada pelas lideranças em realizar um trabalho de base com os movimentos sociais, formando líderes para assumir responsabilidades na direção da entidade. Apenas alguns dirigentes buscaram se qualificar, o que poderia ter sido uma ação mais ampla da CMP.

Percebeu-se que, nesses dez anos, praticamente não houve renovação do quadro diretivo. A meu ver, isso se deve à profunda ligação existente entre a CMP e o PT e outros partidos de esquerda, aos quais os dirigentes se vinculam, quase que numa relação de simbiose. Desta forma, esses dirigentes não cedem lugar para outras lideranças, porque, a meu juízo, perder a direção da CMP significa uma perda para o partido, uma vez que esta entidade, embora tenha enfrentado dificuldades em cumprir seus objetivos é uma referência importante na correlação de forças no campo dos movimentos sociais. Evidencia-se, assim, uma luta pelo controle da entidade.

Penso que é preciso repolitizar a convivência social entre a CMP e os movimentos sociais, como diz Boaventura Souza Santos, “*Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformarem em relações de autoridade partilhada*” (2001, p. 271).

A relação com partidos apareceu de forma enfática nos depoimentos e foi apontado, consensualmente, que os movimentos sociais de um modo geral, e a CMP em particular, não devem ter caráter político-ideológico, no sentido de não se vincular a um partido ou a uma ideologia, pois isto restringiria o universo de sua abrangência, como também sua base de apoio na sociedade.

De fato, esta é uma questão muito difícil e polêmica, pois o apoio necessário à manutenção dos movimentos sociais acaba sempre vindo de organizações com estruturas formais como sindicatos e partidos políticos. Nesse sentido, não se pode esperar uma total desvinculação, mas é necessário que se garanta uma autonomia capaz de impedir que uma instância interfira noutra ou que haja dominação de uma sobre a outra.

As relações da CMP com o Estado, Igreja, sindicatos e partidos ainda não estão bem equacionadas. Contudo, os conflitos e polêmicas expostos neste estudo podem resultar em saudáveis controvérsias que estimulem a permanente discussão, com vistas à consolidação desta importante entidade que continua marcando presença no cenário social.

As primeiras polêmicas remontam ao tempo da ANAMPOS. Trata-se da polarização entre os setores sindical e o popular, em que as identidades de cada um foram exaustivamente debatidas. Mais tarde, com a criação da CMP, outra polêmica se manifestou sobre os critérios de participação, que definiam a inclusão apenas de

movimentos populares e não atrelados a qualquer institucionalidade (igreja, partidos, sindicatos). Historicamente, a restrição a estes sujeitos políticos vem diminuindo, de forma que, em vários momentos importantes, eles constituem parcerias nas muitas lutas pela consolidação e aprofundamento do processo democrático.

Esse estudo empírico também traz uma polêmica que se instalou, no processo de criação da CMP, quanto ao nome “Central”. Considero que este não é mesmo um nome muito apropriado, pois o termo Central pode trazer embutida uma concepção sindical que é sempre dirigente e controladora.

Outra questão polarizada nesta trajetória da CMP foi quanto ao seu papel, de articuladora ou dirigente dos movimentos sociais. Esta questão encontra-se explicitada na introdução deste trabalho e me fez, depois de vários processos investigativos, seja pelos depoimentos, seja pelas leituras e aproximações com a realidade empírica desta entidade, concluir que a CMP, enquanto estrutura federativa que envolve diversos movimentos sociais, tem mais peso como porta-voz destes e portanto maior facilidade para o encaminhamento de suas demandas. Porém pode aí, caracterizar-se como uma arena de disputa ao articular tantas diversidades desses movimentos sociais.

No seio dessas disputas emergem questões relacionadas à garantia da autonomia dos movimentos sociais, quando suas demandas são representadas por uma entidade de caráter central. A questão da autonomia dos movimentos também está colocada na introdução deste trabalho. A meu ver, ela prevalece no ideário desses movimentos e se coloca como condição necessária em seus relacionamentos com a CMP, uma vez que sua autonomia é que lhes dá identidade.

Portanto, não se trata de dirigir os movimentos. A CMP em nenhuma hipótese pode pretender substituí-los, mas sim congregá-los para reforçar politicamente suas ações. A CMP precisa de uma direção política, que implica um projeto democrático na relação com suas bases, uma relação de complementaridade e nunca de

atrelamento ou submissão. A partir de suas especificidades e com suas identidades, devem se somar ao projeto da democracia participativa, com a perspectiva de alterar suas relações com o Estado, criando espaços públicos mais democráticos.

Um outro aspecto, ressaltado na fala de um assessor, é a questão de que as atividades da CMP ultimamente se resumem a cumprir agendas e que, entre os Congressos, (instância máxima de deliberação), que define os eixos e as bandeiras de luta, os dirigentes da entidade não aprofundam o debate sobre organização, estrutura interna e propostas, demonstrando fragilidade e ausência de um projeto político.

O projeto político fundamental para a CMP, eixo afirmado nos dois últimos Congressos, é a questão das políticas públicas com participação popular. Hoje muitas das demandas de todos os movimentos sociais se dirigem à criação ou consolidação das políticas públicas.

Essa questão precisa ser incorporada pelas bases dos movimentos e pelas CMPs estaduais. As garantias de melhores condições de vida e direitos de cidadania estão diretamente vinculados à criação de políticas públicas nas diversas áreas de atuação do Estado.

A história da formação da CMP demonstrou que houve um longo processo de discussões até sua implantação e que, ainda hoje, exige de seus dirigentes posicionamentos mais diretos e objetivos que possam manter unidade nas lutas que continuam a ser travadas.

A CMP é, sem dúvida, uma entidade indispensável dentro da atual realidade brasileira. Tendo apenas dez anos de existência, está em permanente construção e tem muito a se aperfeiçoar na sua dinâmica organizativa.

Ficou explícito na pesquisa que muitas fragilidades da CMP, referentes à sua organização e capacidade de articulação, provêm da falta de recursos financeiros. Isso aponta para a necessidade de buscar formas institucionais de aporte de

recursos e que podem ter origem tanto na esfera pública quanto em setores da iniciativa privada.

A pesquisa revelou ainda, do ponto de vista de sua proposição, que as indagações feitas na introdução desse trabalho foram pertinentes, pois reforçaram a necessidade de compreender as tramas inscritas na trajetória da CMP, que de antemão se sabia que eram complexas e conflitivas.

Essas dificuldades e conflitos se expressaram também no balanço político feito pela CMP na ocasião de preparação do III Congresso em 2003. Nesse balanço foram avaliados os avanços e os recuos desta entidade nos dez anos de sua atuação. Foram feitas referências à fragilidade da formação, ao déficit de recursos e o quanto este compromete a missão da CMP de articular e estreitar relações com os movimentos sociais.

O balanço indicou fragilidades nas estratégias de mobilização dos movimentos sociais. Parte dessas dificuldades é atribuída à conjuntura da década de 1990, considerada desanimadora para os movimentos sociais, criando um visível clima de descrença por parte de alguns movimentos com a CMP. Aponta também alguns desafios postos a esta entidade, entre os quais está o da organicidade da CMP nos estados, que no início atuava com vinte e dois estados, tendo sido reduzidos a dezessete ao final de 2003.

Outro elemento desta avaliação foi a política internacional da CMP, que em seu nascimento realizou grandes articulações, na América Latina e Europa, constituindo parcerias importantes com agências de cooperação internacional.

Verificou-se, no entanto, pelos depoimentos, que essas parcerias estão se esgotando e que é necessária uma política financeira própria que dê suporte ao cumprimento de suas agendas de luta.

Houve, nesse balanço crítico, um consenso quanto à necessidade de elaborar um estatuto político, que servisse de referência aos estados como forma de garantir unidade política nas ações.

Olhando para as questões apontadas por este balanço crítico feito pela CMP e para as dificuldades e fragilidades que este estudo constatou, cabe ressaltar que, apesar de toda esta complexa trajetória, a CMP tem muitos significados que a valorizam.

Tornou-se imprescindível no campo da luta por direitos sociais. Só o fato de conseguir constituir-se institucionalmente como interlocutora privilegiada dos movimentos sociais e reforçar as suas lutas, já a coloca como partícipe legítima desse processo. Outro elemento, que muito a valoriza, é a capacidade de, ao longo de sua trajetória, ter travado inúmeras lutas em nível estadual, nacional e internacional.

Realizou plenárias, campanhas, caravanas, marchas, debates, conferências e congressos, assumindo um amplo leque de temáticas voltadas para os diferentes segmentos sociais: crianças e adolescentes, jovens, idosos, discussões de raça, gênero e etnia, lutas por políticas públicas nas áreas de moradia, saúde, transporte, educação, e saneamento e meio ambiente.

Essas ações demonstram que a CMP está em permanente construção, que foi e continua sendo importante organização da sociedade, com o seu protagonismo articulador dos movimentos sociais, ampliando e renovando suas formas de fazer política.

Este estudo permitiu apontar que as muitas questões apresentadas ainda não estão superadas e que o desafio consiste em construir estratégias permanentes de interlocução com a base dos movimentos sociais, a fim de fortalecer suas lutas específicas e influenciá-los para um projeto maior que é a democratização permanente da sociedade brasileira. Se antes o desafio era superar a ditadura, hoje o cenário político envolve a disputa entre dois grandes projetos, o projeto democrático participativo, que supõe participação e deliberação acerca dos interesses públicos e o projeto neoliberal, no qual não está incluída a possibilidade da participação e deliberação, restringindo os espaços participativos já existentes na sociedade.

As lutas da CMP devem continuar na direção de fortalecer o aprofundamento do processo democrático brasileiro participativo, contrapondo-se ao projeto neoliberal.

A CMP precisa, a meu ver, implementar estratégias para envolver, além das classes populares, as classes médias e outros setores importantes da sociedade como o setor empresarial não comprometido com o projeto neoliberal, a mídia, as universidades, associações de classe etc, pois a participação desses múltiplos sujeitos é indispensável para tornar o Estado mais permeável e influenciar a implementação de medidas capazes de reverter o quadro de exclusão a que está submetida a maioria da população brasileira.

Tenho a convicção de que o exercício permanente de práticas participativas possibilitará um processo de aprendizado e desenvolvimento da consciência política, capaz de constituir sujeitos coletivos que lutem pela afirmação de direitos sociais.

Espero, com este estudo, poder contribuir para as reflexões acerca do processo de participação e democratização do Estado brasileiro, do qual a CMP é um dos sujeitos coletivos de grande significado no universo dos movimentos sociais. Trata-se de um primeiro estudo, que não está esgotado e sugere a necessidade de proceder a outras investigações que privilegiem aspectos não contemplados neste trabalho.

Por fim, esta investigação revelou que mesmo com todos os percalços e adversidades, a CMP contribuiu significativamente para o debate sobre o processo democrático participativo brasileiro, que assumiu, segundo Santos, “*um lugar central no campo político durante o século XX*” (202:39) e que, neste início do século XXI, permanece com necessidade de ampliação e aprofundamento.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sônia, DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org). *Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos: Novas literaturas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ARENDT, Hannah. *Idéias*. Campinas 5(2) 6(2) 1998 – 1999 (org) Grupo de estudos da UNICAMP sobre construção democrática.

BAVA, Silvio C. *A luta nos bairros e a luta sindical*. In KOWARICH, Lucio. *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Dilemas da Gestão Municipal*. In VALLADARES, Lucia e COELHO Magda Prates (org). *Governabilidade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

BENEVIDES, Maria Vitória. *A Cidadania Ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. *A trajetória dos Movimentos Sociais*. In Dagnino Elvira (org) *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Maria do Carmo. *A participação social no Brasil hoje*. In Coleção PAPER 98 nº 2 São Paulo: Polis, Nov/1994.

_____. *Eppur si Muove... Os movimentos sociais e a conquista da democracia no Brasil*. In Dissertação de Mestrado apresentada para o Departamento de Ciências Políticas do Instituto Estadual de Campinas UNICAMP, 1997.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- CHIZZOTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- COVRE, Maria de Lourdes M. *O que é Democracia*. São Paulo: Brasiliense 1991.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo. Polêmica do nosso tempo*. Nº 51. São Paulo: Cortez Editora. 1992
- DAGNINO, Evelina. *Cultura, Cidadania e Democracia. A transformação dos discursos e iniciativas na esquerda Latino-Americana*. In *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Editora UFMG. 2000.
- _____. (org) *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo:Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J. e PANFICHI, Aldo. *A disputa pela Construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. *A Construção da Esfera Pública no Âmbito da política Social*.Tese de Doutorado em Serviço Social: PUC-São Paulo, 1997.
- _____. (org) *Sociedade Civil e Espaço Público no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DEMO, Pedro. *Participação é Conquista*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- FREI BETTO. *Síntese da Oficina da CMP no II Fórum Social Mundial. Um outro mundo é possível*. Política pública. 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *O Protagonismo da Sociedade Civil. Movimentos Sociais, Ong's e Redes Solidárias*. Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, nº 123, 2005.
- _____. *Os Sem Terra, Ong's e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Movimentos Populares urbanos. Crises e Perspectivas. Fase ? Cidades.* São Paulo, 1992.

_____. *História dos Movimentos e Lutas Sociais. A Constituição da Cidadania dos Brasileiros.* São Paulo: Loyola, 1995.

_____ (org). *Movimentos Sociais no Início do Século XXI. Antigos e Novos Atores Sociais.* 2ª Ed. São Paulo: Vozes, 2004.

GUARÁ, Isa Ferreira de Rosa. *Gestão Municipal dos Serviços de Atenção à Criança e ao Adolescente.* Série Programa e Serviços de Assistência Social. Instituto de Estudos Especiais da PUC.SP, 1998.

HABERMAS, Idéias. Campinas 5(2) 6(2) 1998 – 1999 p 54 (org) Grupo de estudos da UNICAMP sobre construção democrática.

KOWARICH, Lucio. *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo. Passado e Presente.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Movimentos urbanos no Brasil Contemporâneo: Uma análise da literatura.* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 3 nº 01. Fev.1987.

KRISCHKL, Paulo J. *Aprendendo a Democracia na América Latina: Atores sociais e mudança cultural.* Ed. PUC-RS 2003.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.* Petrópolis: Vozes. 2000.

MANCE, Euclides; PONTUAL, Pedro (et all) *Por uma Central de Movimentos Populares.* Petrópolis: Vozes, 1991.

MEJIA, Raul Marco. *Transformação Social. Questão da nossa época.* 2ª Ed. São Paulo: Cortez, nº 50, 2003.

MELLUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.* Petrópolis: Vozes. 2001.

_____. *Um objetivo para os movimentos sociais?* In Lua nova revista de Cultura Política, nº 17, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 7ª edição. São Paulo-SP. HUCITEC. Abrasco 2000 – sétima edição.

MIRANDA, José da Cruz Bispo. *A central de movimentos populares do Piauí: Dilemas e perspectivas*. Dissertação de mestrado defendida na PUC-São Paulo 1998.

OLIVEIRA, Francisco. *Privatização do Poder Público, Distribuição da Fala e Anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global.. Petrópolis: Vozes, 1999.

PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. *Conflitos e negociação no Brasil contemporâneo*. In Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-Americano. ALVAREZ, Sônia E. DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (org) Ed. UFMG 2000.

PAOLI, Maria Célia. *Movimentos Sociais e democráticos no Brasil*. “Sem a Gente Não Tem Jeito”. São Paulo: Marco Zero, 1993.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. *Dimensões e indicadores da participação social na avaliação de programas habitacionais*. Tese de Doutorado em Serviço Social. PUC-SP, 2002.

PONTUAL, Pedro. *Rumo à Central de Movimentos Populares. Movimento Popular*. São Paulo: Polis CPV Abril de 1989.

_____. *Por uma pedagogia popular*. In VILLAS BOAS, Renata (org) Participação popular nos governos locais. São Paulo. Publicação: Polis nº 14.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Variações sobre a técnica o gravador no registro da informação viva*. São Paulo T.A. Queiroz. Ed. Ltda 1991.

_____. *Relatos orais do indizível ao dizível: 38ª Reunião Anual de SBPC*. Curitiba Paraná, 1986.

RIBEIRO, Edália Maria. *Movimentos Sociais em Tempos de Democracia e Globalização em Santa Catarina. Os anos 90*. Fundação Bolteux, 2005.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Como Elaborar citações e notas de rodapé*. 3ª ed. Ampliada – São Paulo: Associação Editorial Humanista, 2005.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Atores Políticos e Lutas Sociais. Movimentos Sociais e Partidos Políticos*. Porto Alegre: Editora PUCRS, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa, AVRITZER, Leonardo (org). *Para ampliar o cânone democrático*. In Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva*. In Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Subjetividade, cidadania e emancipação*. In Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHERER WARREN, Ilse. *Redes e espaços virtuais. Uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação*. Trabalho apresentado no VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Novos Olhares. Sociólogos Sobre o Urbano. Brasília, 1997.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho Científico*. 22ª Ed. São Paulo: Cortez 2000.

SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e participação na reforma do estado*. São Paulo: Cortez. Questões da Nossa Época. 103 2003

SILVA, Maria Lucia Carvalho. *Movimentos Sociais: Gênese e principais enfoques conceituais*. In Revista Kairós v.4 2001 p. 32.

TATAGIBA, Luciana. *A institucionalização: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo*. In A participação em São Paulo. AVRITZER, Leonardo. Editora UNESP 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo. *A participação cidadã*. In O Local e o Global. Limites e desafios da participação cidadã. 3ª Ed. São Paulo: Cortez 2002.

TELLES, Vera da Silva. *Sociedade civil, direito e espaço público*. In Revista Polis. Nº14. São Paulo. Sobre o Pensamento de Hanna Arendt, 1994

_____. *Anos 70: Experiências, práticas e espaços políticos*. In KOWARICH, L. (org) 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *Sociedade civil, direito e espaço público*. In Revista Polis. Nº 14. São Paulo. PÓLIS / Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. 1994.

TOURAINÉ, ALAIN. *Crítica a Modernidade*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1998.

VIEIRA, LISZT. *Os argonautas da cidadania. A sociedade civil e globalização*. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2001.

VIGEVANI, Tullo. *Movimentos Sociais na Transição Brasileira. A dificuldade de elaboração de projetos*. Lua Nova. Revista de Cultura e Política nº 17, 1989.

VILLAS BOAS, Renata (org) *Para que participação popular nos governos locais?* Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. SP 1996.

WANDERLEY, Luiz Eduardo do W. *Educação para a cidadania*. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2000. nº 62

_____. *Movimentos Sociais Populares: aspectos econômicos, sociais e políticos*. In Ciências Sociais na Atualidade. Movimentos. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. *Movimentos Sociais e Populares: Aspectos econômicos, sociais e políticos*. In Encontro com a civilização. Petrópolis: Vozes, 1981.

WELFORT, Francisco. *Qual Democracia?* São Paulo: Companhia de Letras, 1992.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- ✓ CPC Comissão Pró-Central. Tese da II Plenária Nacional de Movimentos Populares. In Maria, Euclides, Pontual, Pedro, ... (et all) por uma Central de Movimentos Populares. Petrópolis. Vozes 1991.
- ✓ Pró-Central. Textos base em preparação ao I Congresso dos Movimentos Populares. São Paulo. Maio 1993
- ✓ Relatório do 2º Congresso Nacional de Movimentos Populares. 1999
- ✓ Relatório da II Plenária de Movimentos Populares. São Bernardo do Campo-SP 18, 19 e 20 de outubro de 1991.
- ✓ Pela Construção da Central de Movimentos Populares. São Paulo. s/d
- ✓ Relatório do 1º Congresso Nacional de Movimentos Populares. Praia Grande. São Paulo. 25 e 28 de maio de 1996.
- ✓ CMP um Instrumento de Luta de Movimentos populares. s/d
- ✓ Pesquisa: O perfil dos participantes do 1º Congresso Nacional de Movimentos Populares. 1993
- ✓ II Congresso da Central de Movimentos Populares CMP 13, 14, 15 e 16 de maio de 1999. Belo horizonte/MG
- ✓ Políticas públicas com Participação Popular. CMP 2002
- ✓ Oficina da CMP no II Fórum Social Mundial. Um outro mundo é possível 31 de janeiro de 2002.
- ✓ Jornais da CMP de 1993 a 2003
- ✓ Tese da 2ª Plenária Nacional de Movimentos Populares. 1991
- ✓ O PT discute a Central de Movimentos Populares. 1993
- ✓ Cartilha da CMP. 1999
- ✓ Fóruns e Movimentos Sociais na cidade de São Paulo Instituto Polis. PUC-RS nº 27. Observatório dos Direitos do Cidadão. Acompanhamentos e análises das lutas políticas da cidade de São Paulo. 2006
- ✓ Movimentos Sociais. Os desafios da participação. Nº25 Instituto Polis PUC-RS nº 27. Observatório dos Direitos do Cidadão. Acompanhamentos e análises das lutas políticas da cidade de São Paulo. 2005
- ✓ GOMES, Genilce Francisca. Os dez anos da Central de Movimentos Populares. Trabalho de conclusão de curso em ciências sociais. PUC.SP. 2004

ANEXO I - Cronologia das lutas e atividades da CMP nos dez anos de sua trajetória – 1993 -2003.

Cronologia das lutas e atividades da CMP nos dez anos de sua trajetória – 1993 - 2003

1993

Calendário Pró-Central

1 de Junho a 30 de Julho – Realização de plenárias específicas

15 de Julho a 30 de Agosto – Plenárias municipais regionais

30 de Agosto a 30 de Setembro - Plenárias estaduais

Setembro até 08 de Outubro – Envio de atas, relatórios e documentos

Outubro – Reuniões da Coordenação Nacional

De 28 a 31 de Outubro – Congresso de Fundação da CMP, realizado em Belo Horizonte.

Multiplicaram-se, pelo Brasil, movimentos por terra, moradia, saúde, saneamento, transporte, creches, favelas e cortiços, movimento negro, de meninos e meninas de rua, catadores de papelão, prostitutas, vítimas da AIDS, homossexuais, pessoas com deficiência, de índios, de cooperativas de produção ou consumo (habitação, costura, pão, escolas comunitárias, movimentos ecológicos etc).

1994

- A Coordenação Nacional realizou reuniões em alguns estados no período entre **fevereiro** e **dezembro**, com o objetivo de encaminhar deliberações e preparar o conteúdo das reuniões da Coordenação Nacional, bem como acompanhar as atividades nos Estados.
- Participou da realização do evento Ação e Cidadania, que organizou a arrecadação de alimentos do Comitê Contra a Fome.
- Realizou campanha pela aprovação de leis de iniciativa popular, que criou o Fundo e o Conselho Nacional de Habitação Popular.
- Participou juntamente com a CUT na preparação do Ato pela Cidadania por Emprego, Salário e Cidadania.
- Organizou a Caravana da Marcha até Brasília, da qual participaram cerca de 10 mil militantes.
- A CMP estava organizada em 19 estados.
- Participou com representação, na cidade de Havana (Cuba), do Encontro de Solidariedade. Esse encontro teve como objetivo discutir a solidariedade entre os povos e contou com a participação de várias organizações e entidades populares.
- Realizou um seminário nacional de movimentos populares.
- Participou da 10ª Reunião da Coordenação Continental em Cochabamba / Bolívia, no dia 02 de Junho.
- Com a visita de Rigoberta Menchi ao Brasil, a CMP organizou um roteiro de atividades que incluía viagens à cidade de Chapecó (SC), com visita à comunidade indígena Kaigangui, participação em Ato das Mulheres Trabalhadoras Rurais e, na

cidade de São Paulo, visita à favela Heliópolis, Ato de Solidariedade à Causa Indígena, entre outras.

- Realização de debates em preparação à Plenária Nacional de Lutas em diversas regiões do país com o objetivo de conhecer mais profundamente os problemas sociais brasileiros e as causas que geram as desigualdades sociais tão gigantes em nosso país. Os primeiros temas debatidos foram: saúde, habitação, discriminação, violência e educação.

- Realização da Plenária Nacional de Lutas nos dias 17, 18 e 19 de Junho. Participaram dessa Plenária cerca de 200 pessoas entre delegados, convidados e observadores.

- Participou da Conferência do Fórum Global, realizado em junho, em Manchester (Inglaterra). Essa conferência contou com a presença de 800 pessoas, representantes em torno de 60 cidades dos 04 continentes.

Essa conferência teve como objetivo dar continuidade às deliberações da Rio/92, no que se refere ao meio ambiente e às condições de vida nas cidades.

- Realização do I Encontro Nacional de Formação, nos dias 12, 13 e 14, em São Paulo. Contou com a participação de vários centros de assessoria, destacando-se o instituto Cajamar.

1995

- Planejamento participativo da CMP (janeiro/95)

- Passeata contra a Anistia de Lucena e contra o veto ao reajuste do salário mínimo. (fevereiro)

- Ciclo de Debates sobre Feminismo e Direitos da Mulher (fevereiro)

- Seminário “Desafios e Perspectivas dos Movimentos Sociais no Brasil” (fevereiro)

- Seminários de avaliação e planejamento do Fórum Popular de Saúde (fevereiro)
- Debate sobre a Reforma Constitucional (março)
- Caravana Nacional a Brasília “Pela Reforma Urbana e Cidadania” (março), que contou com a participação de cerca de 20 mil manifestantes de diversos movimentos sociais, bem como do então Presidente do PT (Luiz Inácio Lula da Silva) e da CUT (Vicente de Paula da Silva), além de alguns deputados do PT e do PC do B.
- Audiência no Planalto, na qual a CMP entregou um documento que reivindicava programas de habitação, verbas para saúde, educação e saneamento, geração de empregos e medidas concretas de combate à violência e a corrupção. Participaram desta audiência os presidentes do Movimento Nacional de Direitos Humanos, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, do Movimento Popular de Saúde, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, do Movimento de Pessoas com Deficiência, da União dos Movimentos da Moradia, entre outros. (março)

Participações:

- Da organização do I Congresso Nacional de Conselhos de Saúde em Salvador (abril)
- Da reunião do Fórum Popular de Assistência Social (abril)
- Do ato público em apelo à greve dos metalúrgicos (maio)
- Encontro do Fórum Nacional de Reforma Urbana no Rio de Janeiro (maio)
- Debate sobre a relação do PT com os movimentos populares em São José dos Pinhais (maio)
- Do Fórum Estadual São Paulo de Moradia Popular (junho)
- Do XIV Encontro Nacional de Agentes da Pastoral de Negros em Maceió (julho)

- Do Encontro Nacional de Mulheres da CMP em Campo Grande (julho)
- Do II Congresso do MST em Brasília (julho)

- Do 1º Grito dos Excluídos, que teve como tema: “A Vida em 1º Lugar” O evento ocorreu simultaneamente em 170 cidades brasileiras (setembro)
- Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Brasília (novembro)
- I Congresso Latino Americano dos Povos Negros em São Paulo (novembro)
- Plenárias Municipais rumo ao Congresso Nacional da CMP (novembro)
- Seminário “Participação Popular nos Governos Locais”, promovido pela Prefeitura de Recife e ONG’s (novembro)

Propostas:

Para o **Saneamento Ambiental:**

- Elaboração do Plano Nacional de Saneamento, que tinha como objetivo mobilizar, articular, integrar e coordenar recursos naturais, humanos, institucionais, tecnológicos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes e sustentáveis de salubridade ambiental para a população brasileira.
- Criação de um Fundo Nacional de Saneamento, tendo como um de seus objetivos viabilizar financeiramente a Política Nacional de Saneamento.
- Criação de um Conselho Nacional de Saneamento, com participação partidária do Governo e da sociedade civil organizada.

Para a área de **Transporte**:

- Imediata ampliação dos planos diretores de transporte urbano, assim como fazer cumprir a lei de acesso das pessoas com deficiência.
- Maior integração entre ferrovias, hidrovias, metros e ônibus urbanos.

Para a área de **Crianças e Adolescentes**:

- Implantação com prioridade absoluta de políticas sociais básicas, capazes de assegurar o acesso e a permanência com equidade, qualidade de serviços de educação, saúde, cultura, esporte, lazer e formação profissional.
- Criação e implementação do Programa de Atendimento à Criança e Adolescente, com padrão e a qualidade preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
- Gratuidade para todos os recém-nascidos dos exames preventivos de deficiência.

Para a área da **Educação**:

- Escolas públicas e gratuitas
- Criação de conselhos escolares com a participação de alunos, pais e comunidade.

Para a área da **Saúde**:

- O acesso universal a todos os serviços, especialidades e ações necessárias à promoção, prevenção e tratamento, incluindo as obrigações governamentais pela vigência epidemiológica e sanitária.
- A não privatização da saúde.

Para a área da **Economia Popular e Geração de Renda:**

- Políticas públicas de geração de emprego com financiamento e isenção fiscal para projetos populares de geração de renda, incluindo passe livre para desempregados e aprovação do projeto de renda mínima.

Para área da **Habitação:**

- Implantação do Sistema de Locação Social
- Política de subsídios para famílias com renda mensal até 5 salários mínimos
- 5% dos orçamentos governamentais para habitação
- Imediata aprovação do Estatuto da Cidade e Implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
- Urbanização das favelas
- Controle dos preços dos aluguéis residenciais
- Construção de moradia, infra-estrutura, saneamento e equipamentos urbanos.
- Concessão do direito real de uso dos imóveis da União.
- Os financiamentos concedidos pelo Fundo Nacional de Habitação devem atender prioritariamente pretendentes com renda familiar até 12 salários mínimos
- A política habitacional deve definir uma política de terras, utilizando os instrumentos legais necessários como a desapropriação e definição de zonas de interesse social.

Para a área dos **Direitos Humanos:**

- Democratização do Poder Judiciário
- Criação e homologação dos Conselhos Populares de Segurança Pública

1996

- Realização do 1º Congresso da CMP – na Praia Grande, São Paulo. Este congresso reafirmou a importância da CMP. (março)
- Mobilização para o Dia Internacional da Mulher (08 de março)
- Dia Nacional de Luta pela Saúde (abril)
- Movimento Continental Indígena, Negro e Popular, surgido a partir do III Encontro Continental em 1992, em Manágua, Nicarágua
- Xª Conferência pela Saúde em Brasília (setembro)
- Dia da Consciência Negra (novembro)
- 2ª Assembléia do Povo de Deus, realizada na Colômbia. A CMP participou com 1 representante. Contou com a presença de cerca de 360 pessoas unidas de 24 países dos continentes Europa, Ásia e África e representantes de vários movimentos.
- Participação do 2º Grito dos Excluídos, com o tema “Trabalho e Terra para Viver”. O ato ocorreu em 300 municípios (setembro)
- Seminário Internacional de Solidariedade (SIS) com objetivo de analisar a realidade brasileira e europeia a partir dos excluídos.
- Participação na Organização e Mobilização dos Gritos I e II da Terra. Um processo de grandes ocupações e caminhadas para as capitais, com realização de caravanas de movimentos populares, com vistas a conhecer a realidade dos acampamentos e assentamentos.
- Participação na Conferência HABITAT II, em Istambul, na Turquia (junho)
- VII Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho.
- Caminhada pela Paz em Defesa da Vida (novembro)

1997

- A CMP estreitou laços com o MST através de um projeto de intercâmbio, no qual trabalhadores rurais ligados ao MST visitaram favelas e cortiços de São Paulo, para conhecerem a realidade do problema urbano. Membros da CMP visitaram acampamentos e assentamentos do MST.

- Nos dias 09 e 10 de junho, a CMP realizou a 2ª Caravana Nacional de Movimentos Populares a Brasília. Participaram desse ato cerca de 4.500 manifestantes de 18 estados, dos quais 1.500 eram de São Paulo. Estiveram presentes entidades que lutam por saúde, educação, transporte, emprego criança e adolescente e direitos humanos.

- Organizaram-se em comissões que foram recebidas pelo assessor especial do Ministro do Planejamento Antonio Konder. Foi entregue um documento contendo sugestões de políticas que abrangessem as áreas de moradia, saúde, educação. Outra comitiva foi recebida pelo Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e pela Secretária de Políticas Urbanas, Maria Emilia Rocha Mello.

- Protestaram contra a política do FHC e exigiram o cumprimento das propostas de políticas sociais apresentadas em 1995

No dia 25 de julho de 1997, aconteceu em todo o país o Movimento “Abre o Olho Brasil”, promovido pela CMP, CUT, MST, CNBB e partidos políticos. A mobilização teve por objetivo denunciar a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e clamar por terra, trabalho e moradia.

- A CMP, CUT, MST e o Setor Social da CNBB, promoveram o 3º Grito dos Excluídos com o tema “Queremos Justiça e Dignidade”. Ocorreram atos em cerca de

750 cidades, sendo o principal ato em Aparecida do Norte – SP, com participação de cerca de 150 mil pessoas.

- Participou em conjunto com a Associação Brasileiro das Ong's – ABONG e partidos políticos do Encontro Popular Contra o Neoliberalismo, com o seguinte tema “Todos por Terra, Trabalho e Cidadania”.

- VI Encontro da Frente Continental de Organizações Communales – FCOC, como o tema “10 Anos de Luta Popular”, realizado na cidade de Porto Alegre, RS

- A CMP apoiou a campanha lançada pelo Partido dos Trabalhadores – PT “Rainha é Inocente. Crime é não fazer reforma agrária”

- Priorizou a formação de mulheres, que organizaram setoriais em vários estados brasileiros: Santa Catarina, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul, além dos já existentes Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia, Paraná e Minas Gerais.

- Participou em 06 de dezembro de um ato de protesto contra o pacote fiscal e o desemprego. A manifestação reuniu 4 mil pessoas na Praça da Sé.

O cenário de atuação da CMP em 1997 foi o de crise econômica, altas taxas de juros, desemprego e diminuição de investimentos nas áreas sociais.

1998

- Realizou protesto no centro de São Paulo, pelo segundo aniversário da morte dos sem-terra em Eldorado do Carajás – PA

- Dias 19 e 20 de maio a CMP, junto com a União Nacional de Moradia, UNM e a CUT organizou em Brasília a Jornada de Luta por Emprego e Direitos Sociais.

- Participou do “Ato Contra a Violência e em Favor da Vida”, em protesto contra o assassinato do padre italiano Leo Commisari, em São Bernardo do Campo

- Em protesto contra o desemprego e a fome, cerca de 220 manifestantes liderados pela CMP, CUT e MST sitiaram três supermercados em São Paulo, São Bernardo do Campo e São José dos Campos. Entre as principais reivindicações estavam a isenção de taxas públicas para desempregados, distribuição imediata de cestas básicas, entrega gratuita de passes de ônibus e o desenvolvimento de políticas de geração de emprego.

1999

- Realização do II Congresso Nacional da CMP. O processo de preparação para este congresso foi antecedido de plenárias específicas, regionais e estaduais.

- Foram realizados debates e reflexões sobre a conjuntura do país e a importância da organização e articulação dos movimentos populares, na luta contra o projeto neoliberal.

- Participou da “Moradia Popular pelo Brasil”. A marcha saiu de diversos estados, com destino a Brasília. Além da CMP, o ato contou com o apoio do Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania, da CUT e das pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

- A CMP, por ocasião do II Congresso, dotou como eixo central de luta “Políticas Públicas com Participação Popular”

- A CMP participou, junto com a CNBB, da organização do 5º Grito dos Excluídos, com o tema “Brasil, um filho teu não foge à luta”. O ato criticou o modelo adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e solicitou revisão de acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI, redução de juros. Ocorreu em 1200 cidades brasileiras, dentre as quais a cidade de Aparecida, que reuniu cerca de 80 mil pessoas.

- Participou da Marcha Nacional de Educação, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.
- Participou, junto com a CNBB, da organização em 12 de outubro, em Brasília do “Grito Latino Americano dos Excluídos”. Esse evento se repetiu em 12 países simultaneamente.
- A CMP, junto com o MST, a CNBB, o Conselho Nacional da Igreja Cristã – CONIC e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, promoveu, no Rio de Janeiro, nos dias 26 a 28, o Tribunal da Dívida Externa. Esse evento contou com a participação de cerca de 1200 pessoas do Brasil e de outros países.
- Participação na inauguração oficial da Universidade Latino Americana de Ciências Médicas em Havana (cuba). Solenidade presidida pelo comandante Fidel Castro. Essa nova universidade se insere num projeto de solidariedade entre os povos e oferece curso de medicina. Em sua 1ª Turma dos 1200 estudantes de países da América Latina e Caribe, 160 destes são brasileiros.
- Realizado em 4 de dezembro, em Porto Alegre, o Congresso de Fundação da CMP do Rio Grande do Sul.
- Em 17 de novembro, a CMP-SP realiza uma grande Marcha Pró-Políticas Públicas com participação popular até o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado.
- Participou do Congresso Regional da CMP, em Foz do Iguaçu – PR, com cerca de 200 pessoas.
- Participou, em 22 de setembro, do Fórum Estadual de Lutas de Minas Gerais, composto pela CUT, MST, PT, PC do B e PSTU.
- Participou no VIII Encontro da Frente Continental de Organizações Comunitárias – FCOC, no Chile, com o tema “Pela Solidariedade e Unidade Social do Continente

Americano”. Estiveram presentes delegações da Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Estados Unidos, México, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.

- Participação no II Encontro Americano pela Humanidade Contra o Neoliberalismo, em Belém do Pará.

2000

- A CMP realizou Plenária Nacional Ordinária com a participação de delegacias dos estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba, Bahia, Piauí, Acre, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraná. Compôs com os seguintes movimentos sociais: União Nacional de movimentos de Moradia – UNMM; Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM; Movimento Popular de Saúde – MOPS; União do movimento Popular de Saúde – UMPS; e Movimentos Comunitários: gays e lésbicas, de mulheres, crianças e adolescentes.

- Realização do Seminário Nacional de Políticas Públicas com Participação Popular com debates acerca dos temas: A origem das políticas públicas no Brasil, a incidência do projeto neoliberal nas áreas sociais, experiências de participação popular no Brasil.

- Participação do Fórum Nacional de Lutas e do Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

- Participação da Assembléia Mundial de Moradia, convocada pela Coalizão Internacional para o Habitat e a Fundação Charles Leo Pold Mayer para o Progresso da Humanidade, cujo eixo era “Repensando a cidade a partir do povo”

- Organizou e instituiu o dia 31 de maio como o Dia Nacional de Luta por Políticas Públicas com Participação Popular.

- Participou do 6º Grito dos Excluídos com o tema “Brasil, por Trabalho, Justiça e Vida”, junto com a CNBB, MST, CUT, Pastorais etc.

- Participou da III Conferência Mundial da organização das Nações Unidas – ONU, contra o racismo, xenofobia e formas correlatas de intolerância, com movimentos sociais de negros do Brasil e de outros 15 países da América Latina e Caribe.
- Participou, em Cajamar, da II Plenária Social da Campanha Jubileu 2000 “Por um Milênio sem Dívidas”, com representação de 18 estados brasileiros e mais 40 entidades e organizações entre as quais: MST, UNE, CUT, PT, PSTU PC do B e pastorais sociais.
- No dia 31 de maio a CMP promoveu o Dia Nacional de Luta por Políticas Públicas com Participação Popular, com uma série de mobilizações e atividades em todo o país.
- No dia 7 de abril, a CMP e o Movimento Popular de Saúde – MOPS e outros movimentos populares ligados à Central, realizam a Marcha em Defesa da Saúde Pública e Qualidade, constituída por caminhada em diversos estados do país.
- Participação na organização do VI Grito dos Excluídos com o tema “Progresso e Vida Pátria sem Dívida”. Foi realizado em 3 mil municípios em todo país. Em São Paulo a manifestação ocorreu em frente ao Museu do Ipiranga.
- Participação na coordenação do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Solidariedade realizado no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo.
- Coordenação do XIII Encontro Nacional Feminista, com o tema “O feminismo nos 500 anos de dominação: resistências, conquistas e perspectivas”. O setorial de mulheres da CMP teve presença significativa.
- Participação na mobilização para realização do Plebiscito Nacional da Dívida Externa.

- Participação no II Encontro Mundial de Amizade e Solidariedade realizado em Havana-Cuba, com o objetivo de reafirmar a amizade entre os povos e a solidariedade do povo cubano contra o bloqueio econômico que o país sofria por parte dos Estados Unidos.

- A CMP – regional noroeste realizou, em Recife – PE, o Seminário “A Origem dos 500 Anos” inserido no contexto do movimento “Outros 500! Resistência Indígena, Negra e Popular”.

2001

- Participou da organização da paralisação dos caminhoneiros, que reivindicavam o não pagamento dos pedágios e a criação de uma tabela de preços dos fretes.

- Realizou, junto com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, o Dia Nacional de Luta por Moradia.

- Realizou o Dia Nacional de Luta por Saúde.

- Participou do Fórum Social Mundial – em Porto Alegre, junto com lideranças dos Estados de São Paulo, Acre, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Pernambuco.

- Participou do 1º Encontro preparatório para o Seminário Internacional de Solidariedade – SIS, na Alemanha.

- Em 28 de junho, 70 mil pessoas foram à Brasília protestar contra o Apagão.

- A CMP firma parcerias de bolsistas em Cuba para carreira de Educação Física.

- Realiza, junto com a CNBB e outros movimentos populares, o 7º Grito dos Excluídos com o tema: “Por Amor a Esta Pátria Brasil”

- Realiza, em 15, 16 e 17 de outubro, o I Congresso Nacional pelo Direito a Cidade, no Palácio das Convenções Anhembi.
- Participou do Dia Mundial Contra AIDS.
- Participou do Dia Nacional de Luta por Políticas Públicas com Participação Popular, com o tema: “Em Defesa do Social, Contra a Lei de Responsabilidade Fiscal”. Foram realizados atos de protesto em 14 Estados.

- Em João Pessoa – PB, cerca de 800 pessoas protestaram contra os cortes nas áreas sociais.
- A CMP de Rio Branco, no Acre, organizou mesa redonda com debates.
- A CMP gaúcha, organizou em várias cidades tribunais populares – espaços agendados por entidades nas Câmaras Municipais para debates a participação popular nas políticas públicas.
- Em Sergipe, a CMP liderou, junto com a CUT, MST, OAB, Movimento Estudantil e Sindical um Ato Contra a Corrupção e o Apagão.
- Em São Paulo, cerca de 3000 pessoas saíram da Praça da Sé em caminhada.
- Em Maceió, foram realizadas caminhadas.
- A CMP mineira realizou caminhada noturna com velas, lamparinas e lampiões no centro de Belo horizonte.
- Outros estados que realizaram protestos foram: Rio de Janeiro, Paraná, Ceará, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte.
- A CMP-SP participou do 1ª Conferência Municipal de Habitação, junto com os Movimentos populares de Moradia.

2002

- Nos dias 10 a 30 de janeiro, aconteceu o II SIS – Seminário Internacional de Solidariedade, com a 1ª etapa realizada no Brasil
- De 30 a 31 de janeiro – realização da Plenária Nacional da COM antecedendo o II Fórum Social Mundial. Essa Plenária Nacional teve como objetivo discutir a preparação do III Congresso Nacional da CMP.
- Nos dias 31 de janeiro a 5 de fevereiro, a CMP participou do II Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

- De 23 a 24 de fevereiro, realizou o “Seminário Nordeste” sobre organicidade e planejamento, com representantes da CMP dos Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Sergipe.
- Dia 02 de março – realização de Marcha em Defesa das Políticas Públicas para Afro-descendentes.
- Dia 08 de março, participou da comemoração do Dia Internacional da Mulher.
- Dia 07 de abril. Organizou o Dia Nacional de Lutas pela Saúde.
- 1º de maio. Participou de várias atividades do Dia Internacional dos Trabalhadores.
- 31 de março. Organizou atividades do Dia de Mobilização para Políticas públicas.
- 3 a 5 de junho. Plebiscito da ALCA em São Paulo.
- 08 de junho. Realizou o Dia Internacional do Orgulho Gay.
- Nos dias 28, 29 e 30 de junho, a CMP Nacional promoveu a Conferência Nacional em Ipatinga, Minas Gerais, com o objetivo de analisar a conjuntura nacional em relação aos movimentos populares.
- 07 de setembro. Realização do 8º Grito dos Excluídos e o Plebiscito da ALCA.

- No dia 21 de setembro, realizou o Dia Nacional de Lutas das Pessoas com Deficiência.
- 15, 16 e 17 de outubro. 1ª Conferência das Cidades, realizado em São Paulo.
- 20 de novembro. Realizou o Dia da Consciência Negra.
- Dia 26 e 27 de novembro. Realizou a Caravana Nacional pelo Direito à Moradia em Brasília.
- Novembro. Eleição de Lula.
- 27, 28 e 29 de novembro, realizou a 3ª Conferência das Cidades. E o lançamento do livro: Estatuto das Cidades com Oficinas: Habitação, Gestão e Perímetro Urbano.
- 1º de dezembro. Participação do Dia Mundial de Luta Contra a AIDS.

2003

- Realização do III Congresso Nacional da CMP, com participação de cerca de 150 delegados de 15 estados, convidados e observadores realizado em São Paulo, do dia 9 a 13 de julho.
- Realização de balanço crítico da CMP, após 10 anos de existência.
- Discussões acerca das relações internacionais da CMP.
- Discussão sobre a estrutura política e organizativa com propostas de alterar o Congresso Nacional para cada 4 anos, pois diante do calendário eleitoral brasileiro, fica difícil em ano de eleição haver grandes mobilizações nacionais.
- Definida a manutenção da Plenária Anual Ordinária, sendo sempre até março de cada ano.
- Definida a Direção Nacional, composta de 17 membros e 6 suplentes eleitos no Congresso Estadual.

- Uma Executiva Nacional com membros da direção nacional, composta de 7 membros, cada um desses responsável pelas áreas de ação: mobilização, formação, organicidade, comunicação, relações internacionais, finanças e setoriais.
- Na relação com o Governo Democrático Popular, foi definida a estratégia de organizar os movimentos populares para irem às ruas e reivindicar do Governo Lula o rompimento com o FMI, o não pagamento da dívida externa, a realização da reforma agrária e a reforma urbana.

O plano de lutas, aprovado no II Congresso Nacional, teve como meta consolidar e realizar:

- Um seminário nacional para discutir o papel do Estado.
- Criação de um grupo de advogados populares para entrar com ações contra o aumento abusivo das tarifas públicas (água, luz e telefone).
- A não aprovação da autonomia do Banco Central.
- Aumento do emprego e do salário mínimo.
- Apoio ao direito de greve dos funcionários públicos.
- Adiantamento da Reforma da Previdência.
- Consolidação do Dia Nacional das Políticas Públicas.
- Nas lutas gerais, a CMP continuará participando do Grito dos Excluídos Nacional e Latino-Americano e do Fórum Nacional de Lutas – FNL.
- Continuará participando do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial e da luta contra o pagamento da dívida externa.

ANEXO II - ROTEIRO DAS QUESTÕES FEITAS A ASSESSORES E DIRIGENTES DA CMP E DA ANAMPOS

ENTREVISTAS COM DIRIGENTES E ASSESSORES

- 1- O que é a Central de Movimentos Populares e como surge?
- 2- Qual a estrutura atual da CMP? Quem a compõe?
- 3- Como a CMP está organizada?
- 4- Quais os estados onde a CMP tem atuação?
- 5- Qual a relação da CMP com os partidos políticos?
- 6- Como se dá a relação da CMP com o poder público ?
- 7- Em que setores a CMP atua?
- 8- Como se dá a organização desses setores dentro da CMP ?
- 9- Como a CMP articula a implementação de políticas públicas?
- 10- A CMP dirige ou articula os movimentos populares?
- 11- Como se dá a articulação feita pela CMP em São Paulo junto aos movimentos populares no que se refere à implantação de políticas públicas?
- 12- Qual a relação da CMP com os partidos políticos ?
- 13- Qual a relação da CMP com o poder público?
- 14- Quais as principais lutas sociais implementadas pela CMP na década de 1990?
- 15- Que estratégias a CMP utiliza para aglutinar os movimentos populares ?

ENTREVISTAS COM DIRIGENTES DA ANAMPOS

1. Gostaria que inicialmente você falasse do surgimento da CMP desde a ANAMPOS.
2. Qual é, na sua opinião, o papel de uma Central de Movimentos Populares?
3. Na sua opinião, a Central de Movimentos Populares deve dirigir ou articular os movimentos populares?
4. Como você vê a autonomia dos movimentos populares?
5. Qual a relação da CMP com o poder público?
6. Qual a relação da CMP com os partidos políticos?
7. Até que ponto os movimentos populares, tentando interferir no poder público, contribuem para a efetivação de políticas públicas?
8. Qual a relação das lutas travadas pela CMP com o processo democrático?
9. Como você vê o fato de existirem duas Centrais: uma sindical e outra de movimentos populares?
10. Como, na sua opinião, a CMP capacita os movimentos populares?
11. Quais as principais lutas sociais implementadas na década de 1990?

ANEXO III

Quadro da diretoria e suplentes da CMP, de 1999 a 2003

Diretoria nacional (X) Supl (*)	99	Supl	00	Supl	01	Supl	02	Supl	03	supl
Ane Carrion(RS)	X		X		X		X			*
Benedito Roberto Barbosa (SP)	X		X		X		X		X	
Claudineia Apolinário (SP)	X		X		X		X		X	
Eloísa Gabriel dos Santos (SP)	X		X		X		X		X	
José Albino de Melo (SP)	X		X		X		X		X	
José Apolinário da Silva	X		X							
José Claudio dos Santos (AL)	X		X		X		X		X	
José Geraldo dos Santos (MG)	X		X		X		X		X	
Luiz Gonzaga da Silva (Gegê) (SP)	X		X		X		X		X	
Maria da Fátima Costa (?)	X		X							
Nelson Cardoso (PR)	X		X		X		X		X	
Osório Borges Neto (PR)	X		X		X		X			
Raimundo Vieira Bonfim (SP)	X		X		X		X		X	
Rosália Oliveira da Costa (?)	X		X							
Simone Leite (SE)	X		X		X		X		X	
Lisânia Aparecida Gomes (MG)	X		X		X		X		X	
Valdir Bulim Goss (RS)	X		X		X		X			
Abraão Nunes da Silva (MG)		*		*	X		X		X	
Carlos Alberto (SP)		*		*		*		*		*
Donizete Fernando de Oliveira (SP)		*		*	X		X		X	
Eloísio Godinho (MG)		*		*	X		X		X	
Felícia Mendes Dias (SP)		*		*		*				
José Wellington F. Nascimento (SP)		*		*		*		*		*
Ronaldo José Lacerda (SP)		*		*		*		*	X	
Valter Cruz de Oliveira (SP)		*		*		*		*		
Osório Borges (PR)									X	
Ana Zica										*
Charles Vieira (AC)										*
Edjales Benício de Brito (RO)										*
Eliane Almeida (CE)										*
Eron Barrosop Silva Menezes (PB)										*
João Monteiro (RS)									X	

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.